

ISSN-0103-5576

TRAVESSIA



revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXVIII, nº 77, Julho - Dezembro/2015

77



Daoismo

Nordestinos

MIGRAÇÃO: SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO
- dossiê -

Chineses/Taiwaneses

Haitianos

Cultura Popular

Refugiados LGBTI

Orientação Sexual

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor

José Carlos Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia. Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrini anos)
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ)
Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP)
Francisco Nunes (Casper Libero)
Giralda Seyferth (Musel. Nacional/PPGAS/UFRJ)
José Guilherme Cantor Magnani (USP)
José Jorge Gebara (UNESP)
Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)
Lorenzo Principe (CNR/Roma)
Marcia Anita Sprandel (Gt. Migrações Internacionais da ABA e CEMI/Unicamp)
Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)
Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)
Sidney Antonio da Silva (JFAM)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Arantes Nasser (USP)
Heinz Dieter Heidemann (USP)
Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ)
José Carlos Pereira (SPM e Unicamp)
Léa Francesconi (USP)
Margarida Maria de Andrade (USP)
Marilda Aparecida de Menezes (UFPB)
Odair da Cruz Paiva (UNIFESP)
Sidnei Marco Dornelas (Assessor CNBB)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225

Bairro Liberdade

01514-000 São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340.6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte

sergioricciuto@gmail.com

www.sergioricciutoconte.com.br

SUMÁRIO

Apresentação - Possibilidades de travessias 05
José Carlos Pereira

DOSSIÊ: MIGRAÇÃO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO

Vivendo em liberdade? Homossexualidade, diferenças e desigualdades
entre brasileiros na Espanha..... 13
Isadora Lins França

Migrações internas e internacionais motivadas por orientação sexual e
identidade de gênero 29
Vítor Lopes Andrade

Refugiados LGBTI no Brasil 49
Fernanda Martinelli Sobreira

ARTIGOS

Daoismo e migração: imigração taiwanesa como início do daoismo no
Brasil 67
Matheus Oliva da Costa

As manifestações da cultura popular nordestina em Sorocaba - SP . 81
Amanda Alves Gomes; Neusa de Fátima Mariano

Perfil dos haitianos acolhidos na Missão Paz de janeiro a julho de
2015 97
Patrícia Nabuco Martuscelli; Dirce Trevisi Prado Novaes

RESENHA

Humanitarian crises and migration: causes, consequences and
responses115
Sidnei Marco Dornelas, cs

CONTO

Ao fim desta estrada121
Lucas Florêncio Costa

“**E**nvolvendo trabalho, política, imaginário, saúde, cultura, redes, desejos, gênero, etc. desde Marcel Mauss ([1950], 2005) e Abdelmaleck Sayad (1998) se compreende a migração como um fato social total. Isto é, um fato histórico que preserva características sociais e sociológicas próprias, mas que alcança e envolve as mais diversas relações institucionais e sociabilidades cotidianas de migrantes e não migrantes.

A mobilidade do trabalho (Jean-Paul de Gaudemar, 1977) há tempos constitui um dos principais fatores das migrações. Mais recentemente, embora perceptíveis já há algum tempo, políticas migratórias laborais transnacionais (Battistella, 2015), guerras, conflitos étnicos e religiosos, mudanças climáticas e orientação sexual têm se destacado como motivações relevantes de fluxos migratórios e como chaves de análise para a sua melhor compreensão e formulação de políticas públicas voltadas à migrantes, apátridas, deslocados e refugiados.

Nesse contexto, a sexualidade se destaca como um fator que impulsiona grandes eventos, rotas migratórias, afirmação da cultura de urbanidade e o surgimento de “regiões morais”, isto é, territórios abertos, pouco abertos ou muito fechados, refratários a interações sociais, comportamentos e manifestações de orientações sexuais, como a não heterossexualidade. Através de seus colaboradores, Travessia pretende contribuir nesse debate.

Nesta edição, publicamos o dossiê “Migração, sexualidade e identidade de gênero” composto por textos de Isadora Lins França (*Vivendo em liberdade? Homossexualidade, diferenças e desigualdades entre brasileiros na Espanha*); Vítor Lopes Andrade (*Migrações internas e internacionais motivadas por orientação sexual e identidade de gênero*) e Fernanda Martinelli Sobreira (*Refugiados LGBTI no Brasil*). Estes autores nos apresentam reflexões teóricas amalgamadas à situações empíricas reveladoras de ações coletivas e institucionais que ora atraem, acolhem ora bloqueiam, rechaçam imigrantes e refugiados por orientação sexual.

Mas, o que buscam esses imigrantes? Os autores apontam para a busca por liberdade de expressão da sexualidade negada ou bloqueada nas sociedades de origem. Porém, na imigração o alcance dessa Liberdade pode ocorrer de forma contraditória, ambígua. A ruptura com situações de

preconceito e discriminações da sociedade de origem é descompensada pelas dificuldades de acesso à documentação, pelo sofrimento com a xenofobia, com o trabalho precarizado, criminalizado, posto que informal, principalmente desumanizado, mas sempre demandado por autóctones e turistas privilegiados em todo o mundo.

Marc Augé (2010) fala mesmo em “escândalo do turismo” nas frequentes situações em que essa atividade é desenvolvida com base no consumo a-histórico de paisagens, ruínas, objetos, animais, “lugares exóticos”. Podemos apontar ainda para a exploração sexual de adolescentes amparada no déficit de fiscalização, na impunidade e na servidão por dívida; para populações marginalizadas que são visitadas como Zoo humano.

A imigração, vista na perspectiva da orientação sexual e identidade de gênero, propicia o surgimento de “regiões morais” como espaços de interação entre imigrantes, turistas, empresários e estimulam a propulsão de atividades culturais, políticas, laborais, turísticas, como o Circuit Festival de Barcelona. Este festival atrai turistas e imigrantes trabalhadores heterossexuais, mas principalmente não heterossexuais que, ao lado do trabalho, têm entre as principais motivações de sua imigração a busca por liberdade de expressão da sexualidade.

Em se tratando de migrantes e refugiados devido a sua orientação sexual e considerando a afirmação de uma cultura de urbanidade, os autores indicam que esses migrantes podem ser vistos como pessoas que imaginam os grandes centros urbanos como depositários da possibilidade de liberdade e anonimato. Nos países de liberdade e anonimato imaginados, há turistas e migrantes que expressam mais ativamente a sua não heterossexualidade e, em vários casos, trabalham como “chaperos”, “michês”, “Gogo boys”, atividades estas que lhes possibilitam organizar as condições materiais de vida, mas que, muitas vezes, também são percebidas como prostituição masculina. Isto faz com que a liberdade imaginada possa ser inatingível ou seja contraditória em relação ao que se busca e ao que é concretamente vivido. O Dossiê mostra também a existência de migrantes que abrem mão dessa orientação sexual para conseguir trabalho remunerado, sendo este o princípio motivador de sua migração, a despeito de viverem como heterossexuais em seus países de origem.

Isadora L. França analisa situações no Brasil e na Espanha, especialmente em boates de São Paulo e no *Circuit Festival* de Barcelona. Vítor L. Andrade e Fernanda M. Sobreira apresentam abordagens teóricas mais gerais e enfocam situações empíricas no Brasil entrevistando imigrantes e autoridades públicas competentes ao tema migração e refúgio LGBTI.

Ainda merece destaque social e sociológico a solicitação de refúgio sob justificativas de direitos e ameaças de morte devido à orientação sexual e identidade de gênero. Situação esta que é analisada com maior ênfase no artigo de Fernanda M. Sobreira. De acordo com a autora, há solicitantes de refúgio que, embora sofram violações de direitos ou criminalizações devido à sua identidade de gênero e orientação sexual, omitem essa real motivação apresentando outras justificativas como perseguição política, religiosa, cultural.

O que explicaria a omissão da real motivação da solicitação de refúgio? Para Fernanda Sobreira trata-se do temor dos solicitantes de revelarem a sua identidade de gênero ou orientação sexual e tornarem-se alvos muito visíveis a rechaços e ataques preconceituosos na sociedade de refúgio, seja por parte das pessoas autóctones, de outros imigrantes ou ainda eventuais compatriotas que também vivam nessa sociedade e sejam intolerantes à orientação sexual revelada. Ademais, a autora aponta que há pedidos de solicitação, cuja real motivação é ocultada em razão do medo do solicitante de se apresentar como não-heterossexual; medo de que tal orientação seja vista como uma doença; como um crime, já que em 78 países ela é criminalizada e sofre punições que vão de chibatadas até a pena de morte, inclusive por apedrejamento.

Como essa questão atinge atores institucionais (Estados, comitês, conselhos, etc.) na formulação de políticas públicas que atendam as necessidades concretas desses imigrantes e refugiados devido a sua orientação sexual? Como os movimentos sociais percebem e reivindicam direitos para um grupo social até pouco tempo não reconhecido como sujeito de direitos ou sem nenhum direito em muitos países?

No plano político e analítico, o enfoque do Dossiê apresenta um claro movimento de suplantação do caráter economicista preponderante em determinadas correntes teóricas como a da “atração e repulsão” ou “push-pull” de migrantes (Ravenstein [1885] (1980), Jackson, 1991)

que priorizam a análise de fatores econômicos produtivos tidos como determinantes da origem, do destino e dos sujeitos das migrações. Esse movimento estimula e amplia o campo epistemológico sobre a migração e chama a atenção para novos horizontes teóricos e metodológicos, a partir dos quais se pode divisar outros fatores como o imaginário, territórios morais, gênero, afetividade, sexualidades articuladas às questões clássicas como documentação, raça, etnia, classe social e trabalho antes consideradas quase que como exclusividade nas pesquisas.

Outra proposta nas entrelinhas dos textos que compõem o dossiê é a investigação dessas questões com base em um “nó analítico e metodológico” que as aglutina, sem tampouco confundir as suas especificidades individuais como diriam Saffioti (1992) e Silva (1999).

Os autores, a partir de suas respectivas pesquisas, apontam que o perfil social dos imigrantes, sua identidade vinculada a raça/cor/etnia/nacionalidade e orientação sexual adquirem relevo político e analítico. Ao mesmo tempo que influencia na sociabilidade cotidiana, na atração de parceiros amorosos e acesso ao mercado de trabalho, o perfil social dos migrantes desafia a proposição de políticas articuladas e olhares interdisciplinares capazes de revelarem conexões entre gênero, sexualidade políticas migratórias, trabalho, direitos humanos, etc. O Dossiê apresenta o amálgama entre estas questões e ainda entre elas e a clássica migração interna de pequenos para grandes centros urbanos articulados à migração transnacional.

Na intersecção analítica entre lugares, sentimentos, valores, trabalho e orientação sexual torna-se mais perceptível o imigrante não reificado ou reduzido ao caráter econômico da mão de obra, ao indocumentado ou à estatística divorciada de análises qualitativas. Ao contrário, aquela intersecção permite perceber a presença da pessoa humana com contornos étnicos, políticos, à procura de trabalho, mas também portando valores culturais, visões de mundo, medos, coragem, contradições, anseios por uma liberdade sonhada, imaginada.

Assim, ao demarcar “identidade de gênero e sexualidade” como objeto de estudo no âmbito de um campo mais abrangente, o das migrações, não se busca isolá-las de outras questões como o trabalho, políticas migratórias, interculturalidade, direitos humanos, etc. Ao contrário, se faz necessária a articulação entre estes temas, pois a despeito das

especificidades entre classe, etnia, raça, cor, imaginário em intensidades diferenciadas, elas preenchem o cotidiano dos migrantes para obter documentos, expressar suas culturas, conseguir trabalho, moradia, estudos, etc. Eis aí, mais uma vez, oportunidades para o surgimento de áreas de intersecções sociais, políticas, culturais, epistemológicas que exigem análises e ações articuladas entre si.

Além desse Dossiê, esta edição de Travessia traz outros textos sobre o mundo das migrações discutindo temas como religião, cultura popular, perfis sociais de imigrantes haitianos atendidos na Missão Paz, uma resenha e um conto.

Em “*Daoismo e Migração: imigração taiwanesa como início do Daoismo no Brasil*”, Matheus Oliva da Costa nos fala sobre a história do Daoismo no Brasil a partir da presença de imigrantes chineses e taiwaneses no país. O autor destaca a articulação entre migração, religião e política mostrando como estas questões estavam vinculadas à tomada do poder político pelo Partido Comunista na China e sua consequente revolução cultural que, dentre outras medidas, restringia a prática religiosa de determinados grupos sociais. A partir da história de duas famílias taiwanesas no Brasil e o seu projeto de desenvolver o Daoismo, fortalece a constatação de que não se imigra apenas a força de trabalho. Imigram pessoas com suas ideias, costumes, culturas, sentimentos, crenças, religiosidade, etc. Matheus O. Costa observa que a prática do Daoismo sofreu algumas transformações e contribui para a interação entre imigrantes e a cultura brasileira através da literatura, do erguimento de templos e da formação de brasileiros para atuarem como sacerdotes. Nessa perspectiva, a história do Daoismo no Brasil mostra certa bricolagem entre tradição, modernidade e universalidade proporcionada pelo processo migratório taiwanês e a sua gradual interação cultural com a sociedade brasileira. Também ajuda a relativizar certo censo comum de que a imigração chinesa é muito fechada em torno de si mesma.

Amanda A. Gomes e Neusa F. Mariano fazem uma abordagem sobre “*As Manifestações da Cultura Popular Nordestina em Sorocaba - SP*” a partir das formas de organização territorial dos imigrantes e suas mediações com o poder público e a sociedade local. As autoras fazem um breve relato histórico sobre a presença e organização cultural dos nordestinos na cidade no contexto do desenvolvimento industrial. Elas destacam que a “desterritorialização” dos nordestinos e a sua “posterior

reterritorialização” não aniquilaram a sua cultura. Contudo, a falta de apoio institucional, as pressões sociais, as dificuldades sofridas por suas instituições como o CCTN- Centro Cultural de Tradições Nordestinas, a ambiguidade entre o reforço da tradicional “identidade territorial” nordestina e a sua negação através da afirmação de uma “identidade urbana” paulista como símbolo de “moderno”, contribuem para forjar uma cultura fragmentada, agregada de novas significações como valores comerciais. Sem ufanismos as autoras concluem destacando o processo de fragmentação dessa cultura seja pela falta de apoio político institucional, seja pela postura ambígua de seus portadores originais. O que é possível nessa realidade é a expressão esparsa, “restrita” e “marginalizada” da cultura nordestina em Sorocaba expressa em músicas, danças, artesanatos, culinária, festas e religiosidade sem, no entanto, se vincular diretamente ao CCTN.

O “*Perfil dos haitianos acolhidos na Missão Paz de janeiro à julho de 2015*” foi apresentado por Patrícia Nabuco Martuscelli e Dirce Trevisi Prado Novaes a partir da sistematização de registros cadastrais de 620 imigrantes haitianos que buscaram atendimento emergencial na Missão Paz, em São Paulo, entre janeiro e julho de 2015. Há tabelas e gráficos sobre o tempo médio necessário para chegar até São Paulo, idade, sexo, documentação, CTPS—Carteira de Trabalho e Previdência Social e ocupação laboral. Algumas dessas informações foram analisadas considerando o sexo, feminino ou masculino, dos imigrantes. As estatísticas apresentadas são informações privilegiadas para outras pesquisas. As autoras propõem algumas análises sobre os dados e apontam que a maioria dos haitianos está no auge de suas capacidades produtivas, com idade média de 33 anos. Também indicam desarticulações nas políticas institucionais que bloqueiam o acesso à documentação, a despeito da propalada política de acolhida a esses imigrantes.

Sidnei Marco Dornelas resenha o livro “*Humanitarian Crises and Migration: causes, consequences and responses*” organizado por Susan Martin; Sanjula Weerasinghe e Abbie Taylor. A obra resenhada procura diagnosticar e esclarecer a crise humanitária que vem destruindo instituições, sociabilidades, equilíbrio ambiental, produzindo medos, angústia e violências. Sidnei Dornelas observa que seus autores buscam “definir que tipo de fenômeno se trata. Eles reúnem elementos esclarecedores em torno de noções como “crise humanitária”, “migração

de crise”, “migrações forçadas”, “migrantes ambientais” e interpelam as suas relações com os Internal Displacement Persons (IDPs ou deslocados internos) e o estatuto do refúgio”. A despeito de apresentar limites em seu leque analítico, a obra constitui, sem dúvida, uma valiosa contribuição aos esforços de compreensão da crise humanitária e à formulação de alternativas políticas para superá-la.

E “*Ao fim dessa estrada*” traz uma história sobre o projeto migratório de uma família nordestina, nos anos 1960, contada por Lucas Florêncio. Resistindo à ideia corrente de que é preciso emigrar para alcançar uma vida digna, Manoel (Neco) reluta em deixar sua terrinha no árido sertão pernambucano e partir para o Sul, caminho do roçado para muitos sertanejos, como constatou Afrânio Raul Garcia Jr. (1990). Mas, por fim, Neco não resistiu aos clamores de Maria Muniz, sua mulher, que trazia sempre presentes as cartas que as suas comadres, retirantes das primeiras levas, lhe enviaram do Rio de Janeiro e de São Paulo, imaginados por ela não como o caminho do roçado, mas como símbolos do Sul Maravilha, da modernidade onde ela, Neco e seus filhos poderiam escapar à brevidade de suas vidas expostas à pobreza calcinante do sertão. Neco e Zé, seu filho mais velho, se enveredam na tortuosa estrada que ruma para o longínquo Sul. No meio da travessia, o inesperado e assombroso acidente que misturou tragédia, raiva, doçura, ingenuidade e a certeza de que, ao fim da estrada, meninos haveriam de se transformar em homens sensíveis e prontos para a “vida severina”.

Sérgio Ricciuto Conte, capista de Travessia, nos convida a uma mirada para imigrantes e refugiados sobre uma corda bamba. Seria uma figuração do permanente estado de insegurança social e pendência dos migrantes? Mas, é interessante notar seus objetos que irradiam cores, luzes anunciando ao mundo a necessidade de utopia e travessia para uma vida nova. E os migrantes contribuem para isto, pois trazem inscritos em seus corpos e pensamentos os símbolos de um novo mundo possível. A lua colorida na bagagem da pessoa sobre a corda nos inspira à convivência intercultural sem distinção de raça, credo, classe social, etnia, gênero e orientação sexual, posto que são frutos de nossas sociabilidades compartilhadas no fazer e refazer das possibilidades de travessias da condição humana. Boa leitura!

Referências

- AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: Edufal/Unesp, 2010.
- BATTISTELLA, Graziano. Falhas e sustentabilidade do sistema migratório laboral temporário. São Paulo, *Travessia*, nº76, jan-jun, 2015.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. *O Sul, caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero, UNB, MCT CNPq, 1990.
- GAUDEMAR, Jean-Paul. *A mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- JACKSON, John A. *Migrações*. Lisboa: Escher, 1991.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2005.
- RAVENSTEIN, Ernest George. [1885] As leis das migrações. Trad. Hélio A. Moura. In: MOURA, Hélio A. (org.) *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88, 722p.
- SAFFIOTI, Heleieth, “Rearticulando Gênero e Classe”. In COSTA. Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de Gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SAYAD, Abdelmaleck. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo. Edusp, 1998.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Unesp, 1999.

Vivendo em liberdade? Homossexualidade, diferenças e desigualdades entre brasileiros na Espanha

*Isadora Lins França**

Introdução

Recentes trabalhos têm indicado a variação de movimentos migratórios de brasileiros para a Espanha e de espanhóis para o Brasil. Tais movimentos se intersectam de modo fundamental às mudanças nas situações econômicas de ambos os países. Se até meados dos anos 2000 havia uma tendência ao incremento de imigrantes brasileiros na Espanha (FERNANDES, NUNAN: 2008), após a crise econômica de 2007, da qual aquele país ainda não se recuperou, essa tendência passa a decrescer progressivamente. Em 2012, quando realizei a maior parte da pesquisa de campo que dá origem a este artigo¹, a presença de brasileiros na Espanha era ainda expressiva, mas encontrava-se em pleno decréscimo: dados do Instituto Nacional de *Estadística* da Espanha (INE-ES) apontavam, por exemplo, que em 2012 a presença de estrangeiros brasileiros na Espanha havia reduzido 10% em relação ao ano anterior: de cerca de 86 mil, passava-se a 78 mil brasileiros no país, aproximadamente².

Por outro lado, a situação econômica no Brasil no momento em que realizei a pesquisa era de relativa prosperidade, com baixos índices de desemprego, inflação controlada e crescimento regular. Em relatório de 2013, relativo a dados de 2011, registra-se a existência de um fluxo migratório de jovens espanhóis que buscavam trabalhar ou investir no Brasil, movimento coincidente com o agravamento da crise na Espanha³. Apesar disso, o relatório afirma que apenas uma minoria dos imigrantes brasileiros entrevistados em Portugal e Espanha desejavam retornar ao Brasil. A maior parte dos entrevistados que pretendia permanecer na Espanha ou se declarava indeciso a esse respeito ou apontava como motivo o “nível de vida superior” que levavam naquele país, bem como a nova inserção laboral (ICMPD, 2013: 24).

* Professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP) e pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp

Os números brevemente mobilizados indicam uma variedade de tendências e apresentam um panorama mais geral dos fluxos migratórios entre Brasil e Espanha, mas não esgotam os aspectos que giram em torno das articulações entre mobilidades, diferenças e desigualdades. Quando lidamos com questões relacionadas à sexualidade, particularmente, as estatísticas apontam ainda menos caminhos para a análise, já que se trata de variável pouco investigada no geral. É preciso considerar que as posições de sujeito habitadas por imigrantes nos trânsitos que efetuam por entre fronteiras nacionais evidenciam também diferentes desejos, esperanças e aspirações. Além disso, se constituem num complexo jogo de intersecção de diferenças como gênero, sexualidade, classe social, cor/raça, etnicidade, entre outros. Interrogar tais processos pressupõe necessariamente o exame da produção de diferenças *em* e *através* umas das outras, ou seja, o modo como sexualidade se produz a partir de raça, como raça se produz a partir de gênero, como gênero se produz a partir de classe e assim por diante e em revés (Mc CLINTOCK, 2010).

Neste trabalho, procuro abordar as posições sociais ocupadas por imigrantes brasileiros que se autoidentificaram como gays durante etnografia que realizei no ano de 2012 na cidade de Barcelona, tendo como foco a circulação de pessoas, informações e bens num contexto global de mercado relacionado à homossexualidade. Ainda, o faço a partir do contraste com a experiência de turistas gays na cidade e no contexto de promoção de uma narrativa da cidade que a associa a um vibrante e bem-sucedido mercado voltado para gays e lésbicas. Meu argumento é o de que os deslocamentos realizados pelos interlocutores permitem interpelar os significados associados à cidade de Barcelona como lugar de “liberdade” e de fruição. Quando contrastamos o discurso tão comum ao mercado de turismo com o cotidiano dos trabalhadores imigrantes que são fundamentais para a manutenção desse setor, percebemos também diferentes tipos de constrangimentos sociais enfrentados pelos imigrantes na busca pelo seu sustento diário – e as possibilidades de agência diante desses mesmos constrangimentos.

Aposto fortemente que contextos relacionados ao mercado também se prestam à produção de diferenças e desigualdades, não estando dissociada do Estado ou dos movimentos sociais⁴. Utilizo, aqui, o mercado de lazer voltado para gays e lésbicas em Barcelona como contexto e cenário para a reflexão sobre mobilidades e trânsitos de homens gays brasileiros. Busco olhar para consumo, trabalho e mobilidade de modo articulado, investigando como os deslocamentos realizados pelos sujeitos em meio a esse cenário afirmam, desafiam e deslocam normas e regulações. Tenho em conta, ainda, o problema de como as diferenças e desigualdades sociais que marcam o contexto brasileiro se reeditam e se deslocam em espaços transnacionais a partir dos trânsitos realizados pelos próprios sujeitos – ao mesmo tempo em que se produzem marcadas por convenções relacionadas a gênero, sexualidade, raça e nacionalidade.

Vivendo em liberdade? Circuitos e circulações

Um intenso trânsito de informações, objetos e pessoas estabelece uma espécie de circuito global de consumo associado à homossexualidade. Uma expressão desse mercado gay de caráter global se dá a partir de uma determinada cena cultural que reúne homens musculosos, consumo de psicoativos sintéticos e música eletrônica, cuja expressão eu já havia observado, em âmbito local, na cidade de São Paulo (França, 2012). Barcelona é uma das cidades centrais desse circuito, sendo considerada um dos destinos turísticos globais mais fortes entre o público gay, o que também é intensificado pela sua localização mediterrânea e pela sociabilidade fortemente marcada pela praia e exposição do corpo, bem como por uma ideia largamente difundida de que seria uma cidade em que há mais liberdade em relação à homossexualidade – como me foi enfatizado por meus interlocutores de São Paulo e pelos brasileiros que encontrei na pesquisa de campo na Catalunha. Ali também acontece o *Circuit*, o maior festival europeu de música eletrônica voltado para gays, que acompanhei durante a pesquisa e que menciono mais adiante, destacando a presença de brasileiros, turistas e imigrante, no evento.

Durante o período de realização da pesquisa, um vetor do deslocamento de brasileiros que poderíamos identificar provisoriamente como LGBT⁵ estava relacionado ao envolvimento no ativismo, na produção artística e na universidade, campos para os quais a agitada cena política e cultural de Barcelona oferece uma oportunidade de troca e de atuação. A indústria de construção civil e o trabalho com cuidado, serviços domésticos e turismo também figuravam como possibilidade de ocupação para brasileiros que desejavam viver na Espanha, independente de sua sexualidade. Durante a pesquisa de campo no contexto dos lugares de lazer relacionados à homossexualidade na cidade encontrei rapazes brasileiros que realizavam uma ou várias dessas ocupações, revezando-se entre as diferentes saídas possíveis na batalha cotidiana de ganhar a vida no país.

Ainda, a Espanha de modo geral parece ser um país central para imigrantes brasileiros gays ou, pelo menos, para os que se engajam no mercado do sexo nesse projeto migratório. Algumas ONGs espanholas dão conta de que a maioria dos *chaperos*⁶ em Madri ou Barcelona são brasileiros⁷. Em São Paulo, durante minha pesquisa de doutorado (França, 2012) era recorrente a fala, em tom jocoso, de que alguns rapazes diziam viajar à Espanha a turismo ou para viver, quando na verdade tinham como objetivo o trabalho como *chaperos*, ocupação bastante desvalorizada, ainda que bastante presente no cotidiano dos espaços de sociabilidade voltados para gays no Brasil, como em outros países. Assim, se, por um lado, a relação entre a migração de homens brasileiros e a atuação como *chaperos* na Espanha está longe de ser predominante no que concerne aos trânsitos mais gerais de brasileiros (gays ou não) em direção àquele país, por outro lado, no contexto do mercado de lazer voltado para gays e lésbicas

em grandes cidades da Espanha frequentemente se associa o trabalho sexual a imigrantes, dentre os quais brasileiros representariam uma importante parcela. Tal associação era motivo de incômodo para alguns dos meus interlocutores de pesquisa, que se ofendiam com propostas em bares ou boates. Para outros, que efetivamente trabalhavam como *chaperos*, tratava-se de tirar vantagens de outras convenções que associariam ainda os brasileiros a estereótipos relacionados ao vigor e à disposição sexual. Como pesquisadora, me pareceu importante tematizar aspectos envolvendo o sexo em troca de bens, dinheiro ou mesmo de oportunidades de acesso a lugares e serviços na análise das possibilidades de agência e deslocamento vividas por imigrantes brasileiros gays em Barcelona.

Passo, então, a articular as questões que expus de forma um pouco introdutória no início deste artigo com notas etnográficas oriundas da pesquisa de pós-doutorado. No período em que realizei minha pesquisa de campo em Barcelona, o *website* de turismo e agenda cultural da prefeitura mantinha uma sessão que tratava de diversidade sexual, disparando o *slogan*: “Barcelona, uma capital que inspira a viver em liberdade”. Essa sessão demarcava um sinal distintivo da cidade de Barcelona: a valorização da diversidade e da liberdade sexual, descrevendo a cidade como aberta, plural, tolerante, o que se atestava pela presença de um mercado gay vibrante e moderno. Na mídia brasileira voltada ao público gay, também é comum encontrar matérias que descrevem a cidade de modo idílico, como uma reportagem de 2009, que caracteriza Barcelona como “gay até a medula”, dona de um ar “descolado” e “descompromissado”, marcada pela festa, informalidade, flerte e pela presença de homens desejáveis e disponíveis, “malhados e dourados”.

O *Festival Circuit*, que observei em Barcelona é um dos cenários importantes deste trabalho, também faz parte desse contexto. Trata-se de conjunto de festas ininterruptas que acontece durante 10 dias e que procura abarcar um amplo público gay masculino entre os seus 70 mil participantes, mas que tem na imagem do seu consumidor ideal um homem gay, branco, musculoso, jovem e apto a certo estilo de consumo. As festas de música eletrônica, para milhares de pessoas, em locações diversas pela cidade, são de responsabilidade do grupo empresarial *Matinée*, de Barcelona, que convida outros grupos empresariais do universo do mercado gay de Amsterdam, Madrid, Tel Aviv, Londres e também do Brasil, que participa do festival com a festa organizada pela boate paulistana *The Week*, onde realizei pesquisa etnográfica para meu doutorado.

O recurso ao turismo e ao “cosmopolitismo” é bastante explorado pelo festival que, de fato, recebe um contingente notável de estrangeiros, cerca de 70% do público. Destes, 40% vêm de países europeus (franceses, ingleses, italianos, alemães, suecos, holandeses e belgas, principalmente) e 30% vem de outras partes do mundo, com o Brasil liderando o número de participantes não-europeus (cerca de 4 mil pessoas), seguido de Estados Unidos, Austrália, Israel, Rússia e Canadá. Todos os brasileiros que conheci que tinham ido ao festival na

qualidade de turistas, desde o Brasil, eram profissionais liberais, em torno dos seus 35 anos, residentes em São Paulo, e haviam contratado pacotes turísticos especialmente para o festival.

Argumento aqui que iniciativas como a do *Festival Circuit* concorrem para a produção de oposições entre a Europa, lugar da diversidade sexual e da fruição da liberdade num mundo cosmopolita tão “moderno” como “global”, e mundos menos “livres”, “menos globais” e “menos modernos”. Um trecho de reportagem do jornal *El Periódico*, de 2012, descreve uma festa do *Circuit* e sublinha: “no caminho para a festa, se fala mais línguas do que na sede da ONU, gays e lésbicas (elas não passam de centenas) de todo o mundo, entre árabes, estadunidenses, israelenses, brasileiros, russos, italianos, gregos, porém, se entendem com apenas alguns gestos”⁸. Se a sede da ONU aqui é construída como uma figura de metonímia do mundo todo, o festival global se apresenta como uma espécie de mundo gay em miniatura, cuja diversidade se expressa nas línguas faladas e nos países de procedência, que indicam certa diferença cultural, até que uma identidade gay universal estabeleça, com base em alguns gestos, a consonância.

Essa perspectiva também aparece nos releases do festival, destacando sua “função social”:

O *Circuit Festival* desempenha importantíssimo papel social entre a comunidade gay e lésbica, pois oferece ambiente seguro e relaxado em que eles podem se reunir ano após ano. Não por acaso, para alguns participantes, ser visíveis como homossexuais, encontrar parceiros ou simplesmente relacionar-se livremente em seus países de origem é difícil ou praticamente impossível, por isso esperam o festival durante o ano todo para se expressar sem medos, ampliar seus círculos e se encontrar com conhecidos do mundo todo. O festival tem contado com alcance mundial, graças ao público crescente que vem do Brasil, Estados Unidos, Egito, Líbano, Rússia, Austrália e até mesmo Tailândia ou China (*Matinée GROUP*, 2013)⁹.

Eventualmente, o Brasil aparece no rol de países cuja presença no festival é importante e nos quais a homossexualidade se cerca de intolerância. No jornal catalão *La Vanguardia*, em matéria de 2013, a organização do festival afirma que “o crescimento de participantes de países como Brasil, Egito ou Rússia se deve ao contexto econômico desses países, mas também à falta de *liberdade* ou *tolerância* com respeito à sua *orientação sexual*, sendo que os que podem passar uns dias em Barcelona, o fazem de modo a poder desfrutar plenamente do seu tempo livre” [tradução livre]¹⁰. Assim, nesses países, a conjunção entre um bom momento econômico e a falta de liberdade e tolerância em relação à sexualidade teria sido responsável por uma espécie de fuga – controlada, ou seja, apenas por alguns dias, para turismo e não para permanência ou trabalho

– para Barcelona. Observe-se, além disso, que a ideia da cidade como refúgio adequado para “LGBT” – embora com destino e atividades definidos e data certa para voltar – aplica-se aqui, embora não evoque a figura jurídica do refúgio. Cabe notar também que essa produção do “outro” não é apenas espacial, mas também temporal, como bem destaca Doreen Massey (2012), reeditando-se antigas convenções que associam territórios à adesão a determinados sistemas de valores tradicionais ou modernos.

Tal discurso, porém, não se restringe apenas à mídia e à versão oficial do festival, o que nos impele a levar a sério o modo como alguns desses enunciados ganham sentidos e ressonâncias particulares no modo como brasileiros imigrantes constroem narrativas da sua estadia na cidade. Lucas, por exemplo, empregado de uma loja de cuecas e sungas para gays no bairro do Eixample¹¹, carioca, branco, musculoso e nos seus 30 anos me explicou:

aqui tem muita liberdade, 70% das pessoas são liberais e você anda de mão dada numa boa no meio da rua. Você vai ver o tanto de homem gay nessa calçada [estávamos no centro gay do bairro do Eixample], ainda mais na época do Circuit, todos com shortinho e camiseta totalmente cavada. Faz uns meses que fui pro Rio e fui andar com um shortinho assim perto da praia, quando eu e meus amigos percebemos que todo mundo olhava feio ou espantado pra gente. Virei pra ele e disse: “viado, tá todo mundo olhando pra gente!”. Daí a gente vê a diferença entre Brasil e Espanha. (entrevista com Lucas, Barcelona, julho de 2012).

A fala de Lucas se assemelha a outras situações em que presenciei a articulação, por parte dos meus interlocutores imigrantes, de versões próprias da *liberdade* associadas ao contexto europeu catalão. Narrativas como a sua, contudo, nos colocam de certa maneira o desafio de abordar criticamente uma construção positivada de certa versão da homossexualidade que privilegia expressões mais visíveis do mercado e tem na tolerância uma espécie de índice civilizacional. Atentar para o contexto de circulação das pessoas e para diferentes posições de sujeito permite perceber como a *liberdade* enunciada em muitos momentos é vivida e negociada a partir de constrangimentos sociais que expõem desigualdades diante dos regimes de mobilidade (SCHILLER, SALAZAR, 2012) pelos quais circulam imigrantes e turistas no mercado de lazer e do sexo da cidade.

Pablo, que não é brasileiro, mas um venezuelano de 50 anos, me apresentou parte dos meus interlocutores brasileiros e que conheci no bar de um “hotel heterofriendly”¹² no Eixample. Pablo é engenheiro e reside em Barcelona há cerca de 10 anos. Quando perguntei-lhe sobre o *Festival Circuit*, esperava uma resposta entusiasmada, espantando-me frente à sua reação de profundo desgosto: “no, por favor, ya me había olvidado de Circuit, ah, no!”. Diante da minha surpresa

e das explicações de Pablo, fui entendendo que, se para a profusão de turistas esse é um grande evento, para Pablo significa trabalho duro em condições ainda mais adversas que o trabalho que o engenheiro realiza como garçom em uma grande sauna gay.

Apesar de não se sentir realizado profissionalmente, Pablo não tem intenção de procurar outro trabalho, considerando-se até feliz por ter sido promovido da área da limpeza para o balcão da sauna. Queixa-se de que, na época do festival, o movimento aumenta muito e o trabalho se torna insuportável. Segundo ele, a sauna se enche de homens que aparecem bastante alterados em razão do uso de psicoativos e os funcionários têm de agir para separar brigas e socorrer clientes que passam mal.

Pablo conheceu Barcelona a turismo e narra ter decidido permanecer por causa da liberdade vivida nas *pegações*¹³ da montanha de Montjuic, um dos cartões postais da cidade – e que, numa versão sexualizada, é conhecida pelos gays como um clássico lugar de *pegação*. Ainda que se ressinta do trabalho, da solidão e da inadaptação a um universo de consumo gay em que se vê como um sujeito pouco desejável – Pablo é mais velho, muito magro, baixo e latino –, o venezuelano não cogita voltar para seu país de origem, que considera muito fechado à homossexualidade e destruído pelo chavismo. Quando o conheci, estava acompanhado de um soldado americano que descansava de temporada no Afeganistão no terraço do hotel *hetero friendly* da cidade, no bairro de Eixample.

Em um quiosque voltado para gays da praia de Marbella, Pablo me apresentou Jonas, um rapaz mineiro de cerca de 30 anos, bronzeado de sol, sempre sorridente. É seu colega na sauna, trabalhando na área da limpeza, vivendo há 6 anos com documentos de permanência ainda pendentes. Detesta o trabalho que faz no que é, segundo ele, a pior ocupação possível ali: *tem de limpar tudo, merda, esperma, preservativo, e vai muita gente só para se colocar*¹⁴. O trabalho da limpeza de espaços para sexo talvez possa ser considerado aqui também como uma espécie de “trabalho sexual”, borrando fronteiras entre territorialidades, lugares, sujeitos, práticas, corpos e fluidos e operando a partir de noções de puro/impuro que organizariam também escalas morais. Produzir-se-ia aqui uma analogia, no âmbito do trabalho, com o borramento de fronteiras que também verificamos entre mercado do lazer e mercado do sexo em muitos outros aspectos em que se observa a circulação de pessoas, dinheiro e categorias nesse contexto de mercado voltado para a homossexualidade na cidade¹⁵.

De todo modo, Pablo e Jonas compensavam simbolicamente o fato de ocupar posição tida como desvalorizada no espaço da sauna ao comentarem jocosamente sobre como os clientes podiam cair no ridículo quando procuravam ocultar dos funcionários o fato de que estavam *colocados* pelo uso de psicoativos ilícitos, denunciando-se pelos tiques e movimento incessante das mãos e dos pés. Ambos também reclamavam dos clientes e gerentes que tratavam os funcionários com pouca polidez. A conversa dos dois girava em torno das fofocas

sobre o ambiente de trabalho: o colega cubano havia falado mal de Jonas e este alegava que os cubanos *não trabalhavam nada*. Além do cubano, citou também um chinês, outro brasileiro e um colombiano. O único espanhol que trabalhava nesse espaço foi descrito como *retardado e lento*.

Diante da crise na Espanha, Jonas pensava em emigrar para o Canadá e *juntar algum dinheiro* ou voltar para o Brasil. Apesar disso, falava todo o tempo da insegurança das grandes cidades brasileiras e fazia cálculos sem parar sobre a equivalência em termos de acesso ao consumo no Brasil e na Espanha¹⁶. A contabilidade era bastante detalhada e invocava o custo de vida e o acesso ao lazer nos ambientes gays e a roupas de grife. O que esse custo deixava de transparecer, ainda, eram as oportunidades de consumo e acesso que Jonas obtinha apenas se aproximando das pessoas com alguma malícia, simpatia e aparente ingenuidade – além de, eventualmente, fazer uso da sua aparência, já que era um rapaz bonito. Na Espanha ou no Brasil, Jonas aproveitava-se da situação de deslocamento e das possibilidades de explorar a diferença em termos de nacionalidade a fim de obter acesso a bens, serviços e ambientes dos quais de outra maneira não poderia desfrutar. Isso tudo estava também relacionado a trocas sexuais ou mesmo a uma simples situação de flerte. Quando perguntei a Jonas porque morava em Barcelona, me explicou:

no Brasil eu sou só mais um. Aqui não, sou brasileiro, já querem conversar, já chama a atenção, pois brasileiro faz sucesso. E agora quando fui para o Brasil, já tenho um sotaque diferente, então se me perguntam, digo que sou espanhol e daí a pessoa já se interessa porque não tem como saber, né? Digo que sou espanhol e falo português. Às vezes digo que sou meio espanhol, meio italiano, já é sucesso em dobro, né? Daí, já imagina... Fui a São Paulo faz uns meses, quando fui pra visitar minha irmã, e conheci na Paulista um cara, que me levou para jantar, depois para a casa dele, passei super bem, lá, em Higienópolis. (entrevista com Jonas, Barcelona, janeiro de 2013).

Assim, Jonas agia a partir da sua posição de sujeito e da possibilidade de manejá-la que a experiência de deslocamento internacional lhe proporcionava, “atuando a brasilidade” (PISCITELLI, 2013) e agenciando de certo modo o que no âmbito profissional o relegava a trabalhos com pouca segurança. Suas possibilidades são parecidas com as de Juninho que, entre os meios de que dispunha para ganhar algum dinheiro ou para apenas participar de um universo de consumo e lazer a ele vedado, elencava também o sexo com outros homens, especialmente turistas. Juninho havia emigrado de Feira de Santana para Barcelona, com 17 anos, seguindo sua mãe, que se casara com um espanhol, o que ele também pretendia fazer em breve. Já havia cerca de 7 anos que residia na Espanha e seu objetivo mais urgente, quando o conheci, era conseguir um

trabalho no Mc Donald's como atendente, esperando que isso o possibilitasse a entrada no mundo dos empregos formais na Espanha.

Embora Juninho descrevesse o balneário de Sitges, ao lado de Barcelona, como um “paraíso gay”, fez questão de ressaltar em entrevista o quanto esse paraíso se opunha ao cenário que encontrou logo que chegou na Espanha, tendo ido morar na cidade de Sória. Num misto de espanhol e português, conta que *em Sória não há viado, tem que ser discreta, porque eles não aceitam. Eles não vão por aí perdendo plumas, quando vão a Madri que as plumas caem*¹⁷. Enquanto a oportunidade na lanchonete multinacional não vinha, seu leque de trabalhos era amplo:

trabalho de marinete, de empregada doméstica, limpo apartamento, dou banho no cachorro, penteio. Trabalhei em fábrica, de camareiro, ajudante de cozinha, também vendo salgado e doces pro pessoal das lojas aqui perto. Trabalhei de carpinteria. Já fiquei com outros caras que não são meu marido, mas pelo dinheiro. 200 euros, 300 euros, me pagavam, conheço todos os hotéis de luxo de Sitges. Tinha cada cliente bom, passei a noite com dois franceses uma vez, com moët x chandon, morango com chocolate, hotel 5 estrelas, passei cada noite tão bem que você não acredita. (entrevista com Juninho, Barcelona, julho de 2012).

Tendo um irmão encarcerado na Espanha por tráfico de drogas, Juninho finaliza sua fala dizendo que *a Espanha é boa, pero hay* que andar na linha. A experiência do encarceramento não está distante da vida de imigrantes brasileiros na Espanha, seja em decorrência do envolvimento com atividades consideradas ilegais desempenhadas pelos imigrantes – que muitas vezes têm de recorrer ao mercado informal de trabalho ou a essas atividades na ausência de documentos que os permitam adentrar o mercado formal - da própria situação irregular como imigrantes, ou de acusações que articulam as duas posições, como menciono adiante no caso de Marcos¹⁸.

As histórias de Juninho e Jonas são exemplares no sentido de revelar possíveis agenciamentos de gays brasileiros imigrantes, que vivem na Espanha exercendo ocupações variadas de forma instável e com baixas remunerações. Isso imprime um caráter bastante imprevisível ao seu cotidiano e demanda habilidade no sentido de criar e aproveitar oportunidades de sobrevivência que se situam nas fronteiras entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, procurando jeitos de se virar e de se garantir enquanto circulam pela cidade¹⁹.

As histórias também revelam o papel intermitente e flexível que o sexo transacional pode ter na vida desses rapazes, sendo que a fixação como trabalhador do sexo era só uma dessas possibilidades. Fazer programas era um caminho cogitado em algum momento por parcela dos meus interlocutores, seja

porque recebiam propostas de outros homens em locais de sociabilidade, numa associação direta entre brasileiro e trabalhador do sexo, ou porque essa ocupação se apresentava como um recurso entre outros num momento de dificuldade. Não obtive narrativas em que essa atividade aparecia particularmente como um problema, apresentando-se como mais uma possibilidade de luta pela sobrevivência num contexto adverso.

Finalizo este trabalho trazendo a história de Marcos, de cerca de 30 anos, *moreno*, recifense. Marcos já trabalhava como *michê* no Brasil, vindo a exercer a mesma ocupação na Espanha, além do trabalho como *gogo boy*²⁰ em festas e clubes, bem como numa ONG de prevenção às DST/Aids. Como agente de prevenção, conseguia acesso às caras festas Circuit, onde aproveitava para se divertir e para estabelecer relações com possíveis clientes futuros. Estava sempre em trânsito entre países como Áustria, Bélgica, Alemanha, Holanda, Suíça e Dinamarca, de modo a se mostrar como novidade no mercado do sexo em cada contexto. Dizia que ainda era possível viver como trabalhador do sexo na Espanha, mesmo com a crise, desde que se estivesse em movimento constante por outros países europeus.

Mesmo tendo sido abandonado durante a infância e adolescência no Brasil, o momento de maior sofrimento na sua narrativa surge quando descreve as prisões em decorrência do seu estatuto de imigrante ilegal combinado a acusações de facilitação da prostituição. As frases falam de sentir-se *só*, *deprimido*, *fragilizado*, *vulnerável*, *de passar por uma experiência horrível*, *de sentir-se um lixo*. A esses sentimentos, Marcos atribui a escolha de casar com um espanhol mais velho, que lhe possibilitou a legalização de sua situação:

Foi o primeiro [marido], o que me entreguei de corpo e alma. Ele chegou justo no momento em que eu estava mais fragilizado. Me sentia só, me sentia deprimido, fazia pouco tempo que eu tinha saído da prisão. Fui preso por conta do tema da prostituição. Não é proibido se prostituir, mas ganhar dinheiro em cima da prostituição e eu estava no piso de um amigo que estava sendo investigado e quando a polícia chegou eu estava ali dentro, sem documentos, não estava legal no país. E me levaram não só por estar ali dentro, mas por estar ilegal no país. Você vai preso, eles podem te manter preso por 48 horas, eles liberam com uma carta de expulsão, que você pode tentar recorrer e trocar por uma multa, e se não é feito esse procedimento, você é mandado para um centro de detenção de imigrantes e nesse centro você pode estar 40 dias preso e depois deportado. Fiquei dois dias. Foi uma experiência horrível, me senti um lixo, me senti como um lixo. Imagina você não ter feito nenhum crime e estar sendo tratado como um criminal (entrevista com Marcos, Barcelona, agosto de 2012).

Embora não esteja mais feliz no relacionamento, afirma que vai levando. Sua experiência não é diferente da experiência de outros imigrantes na Espanha ou mesmo na Europa, que têm passagens pela prisão ou pelos Centros de Internamento de Estrangeiros, devido ao envolvimento com atividades ilícitas na Espanha ou mesmo porque são enquadrados como imigrantes ilegais. Os CIE, centros em que imigrantes nessas condições são detidos, são considerados como uma espécie de prisão, com a desvantagem de que não se tem uma definição formal do status dos que ali estão, o que agudiza a situação de indefinição dos estrangeiros nesses lugares²¹.

Considerações finais

Os fragmentos das histórias aqui trazidas permitem entrever contradições em torno das narrativas que associam o contexto de mercado transnacional relacionado à homossexualidade na cidade de Barcelona com noções de liberdade, enquadradas a partir da possibilidade de expressão da sexualidade no âmbito desse mercado. Para Pablo, Jonas, Juninho e Marcos, essa liberdade, ainda que possa ser acionada como valor, encontra restrições na insegurança e no trabalho que realizam; no próprio preconceito verificado em cidades como Sória; na consequente fragilização provocada pelas políticas migratórias europeias somadas à noção de tráfico sexual, tão bem discutida por Adriana Piscitelli (2013); e no risco do encarceramento como política de expulsão e controle de imigrantes, com ou sem documentos. As possibilidades de agência – ou de torção dessas relações – aparecem quando esses rapazes usufruem do mesmo contexto de lazer e de consumo, quando optam pelo casamento com espanhóis – mescla de cálculo e sentimento, como em outros casamentos – de modo a obter a cidadania europeia ou quando se utilizam do próprio deslocamento entre diferentes países e da habilidade que isso lhes proporciona em prol de seus interesses materiais ou eróticos. Seus trânsitos são, assim, modulados pelo contexto do mercado, mas também pelo impacto das políticas de regulação migratória empreendidas pelos Estados nacionais.

Suas experiências contrastam com as narrativas mais oficiais associando a cidade de Barcelona à liberdade e à fruição experimentada no turismo. Em Barcelona, ouvi a seguinte expressão: “*no paqui, no party*”, em referência aos paquistaneses que se arriscam cotidianamente nas praias e plazas da cidade, vendendo cerveja clandestinamente e provendo a fruição de locais e turistas. Da mesma maneira, o mercado de lazer voltado para gays sustenta-se também a partir do trabalho – sexual ou não – de imigrantes. No caso brasileiro, a enorme desigualdade social é transportada também para os contextos de turismo e imigração, ainda que aí apareça de forma deslocada.

Sustento que o próprio deslocamento desses sujeitos expõe desigualdades - e ao mesmo tempo suas brechas - que são espécie de contrapartida da produção de Barcelona como um lugar imaginado, como uma cidade que “inspira a viver

em liberdade”. Essas brechas atualizam-se em cada permanência; em cada percurso que um imigrante sem documentos – ou até com documentos – faz na cidade, virando-se²² pelas suas territorialidades; em cada burla de sistemas restritivos de direitos, de mobilidades e inclusive de acesso ao consumo de bens e serviços. Nesses percursos, meus interlocutores encontravam-se com diferentes limitações, enredando-se nas dinâmicas de funcionamento do mercado e ao mesmo tempo nas políticas de enquadramento das suas mobilidades nos marcos regulatórios dos Estados nacionais. Contudo, em que pesem as diferenças entre as dinâmicas do mercado e as regulações do Estado, ambos os contextos se mostravam campo de manejo de constrangimentos sociais e legais. Tais campos de ação se constituem em meio aos trânsitos, ainda que controlados, operados por sujeitos que, quando atravessam fronteiras nacionais, são também produzidos como sexualizados e racializados.

Notas

1 - Trata-se de pesquisa de pós-doutorado financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e desenvolvida no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp entre 2011 e 2014. Durante a pesquisa me debrucei sobre trânsitos de homens gays brasileiros em diferentes escalas, local, regional e internacional, tentando apreender algo sobre como nesses trânsitos se deslocavam diferenças e desigualdades, bem como se produziam sentidos de lugar, desejos eróticos e também desejos de consumo. A pesquisa se desenvolveu nas cidades de São Paulo, Recife e Barcelona, sendo que este artigo refere aos resultados relacionados a essa última cidade.

2 - Os dados referem-se a brasileiros relacionados como estrangeiros; assim, excluem-se os imigrantes brasileiros com nacionalidade espanhola. Os números decorrem dos relatórios de empadronamento, ou seja, do registro de imigrantes nas prefeituras do país, independente da situação de regularização dos documentos. Ainda assim, são consideráveis os dados que apontam, entre 2008 e 2012, a inversão do saldo migratório espanhol em relação a estrangeiros: de país que recebe imigrantes, a Espanha passa a ser um país emissor de imigrantes, que retornam a seus países de origem ou buscam outras opções. Em relação aos brasileiros, os dados de chegada a Espanha em 2012 apontam um decréscimo de 15,4%, ainda que o Brasil figure naquele momento entre os 10 principais países de origem de estrangeiros. Tais dados, ainda que não revelem um panorama completo e cristalino da presença de brasileiros na Espanha quando realizei a pesquisa, são expressivos no sentido de delinear tendências mais amplas, que compõem o contexto de que trato neste artigo. (Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE-ES). Cifras de Población a 1 de enero de 2013 – Estadística de Migraciones 2012. Nota de Prensa. Julho de 2013. Disponível em: <http://www.ine.es/prensa/np788.pdf> acesso em 04 abr 2016.)

3 - Trata-se de relatório de pesquisa realizado através de parceria entre o Conselho Nacional de Imigração (CNig), o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil e o International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) no marco do projeto “Itineris: Proteção dos direitos dos migrantes contra a exploração, do Brasil para Estados-Membros da União Europeia”. Ver: ICMPD, 2013.

4 - Atualizo a já explorada ideia foucaultiana de que a sexualidade, como dispositivo, é produzida a partir de redes de saber-poder que incluem a gestão da vida e os saberes

biomédicos bem como aparatos jurídicos (FOUCAULT, 1977). Nos últimos anos temos produzido na antropologia brasileira um volume de trabalhos, no qual minhas próprias pesquisas se inserem (FRANÇA, 2006; 2012), que tem nos permitido avançar na perspectiva analítica que considera o mercado e processos relacionados ao consumo diante de contextos de produção de subjetividades, identidades e categorias sociais.

5 - LGBT refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

6 - *Chapero* é o termo correntemente utilizado em referência a homens que fazem sexo mediante pagamento em dinheiro. A atividade se organiza principalmente a partir de pisos (apartamentos), saunas e sites de acompanhantes. Além disso, lugares de circulação relacionados ao mercado de lazer gay, como as discotecas, também eventualmente são frequentados por *chaperos* em busca de clientes.

7 - A pesquisa realizada em 2006 pela *Fundación Triángulo*, sediada em Madrid, com 101 *chaperos* atuantes na cidade, trouxe o dado de que 55% deles é de origem brasileira. Em reunião com ativistas da ONG Stop Sida, atuante em Barcelona como uma das principais associações de combate e prevenção ao HIV/Aids e responsável por projetos de prevenção voltados para trabalhadores do sexo, a presença de trabalhadores brasileiros no mercado do sexo na cidade também foi enfatizada (Fundación Triángulo, Disponível em: <http://www.fundaciontriangulo.org/documentacion/documentos/trabajadoresmasculinos.pdf> Acesso em 08 nov 2012.

8 - CASTÁN, Patricia. Gaycelona en remojo. El periódico. Disponível em: <http://www.elperiodico.com/es/noticias/barcelona/gaycelona-remajo-2180792>. Acesso 24 out 2015.

9 - Fonte: Matinée Group (2013a) “Circuit Festival - Biggest International Gay & lesbian event: Dossier 2013”. (Julho), Barcelona.

10 - La Vanguardia. Los extranjeros suponen el 80% de los participantes en el Circuit Barcelona. Fonte: <http://www.lavanguardia.com/local/barcelona/20130816/54378604731/festival-gay-extranjeros-suponen-80-participantes-circuit-barcelona.html> acesso 24 out 2015.

11 - O bairro é conhecido também como Gayxample, dada a concentração de lojas, bares, restaurantes, boates e até mesmo hotéis voltados para o público gay.

12 - O hotel pertence a uma rede de hotéis com estabelecimentos também em Berlim e Ilhas Canárias, voltada preferencialmente para um público de gays e lésbicas. Por isso, a inversão do termo “gay friendly”, comumente utilizado para sinalizar a receptividade a pessoas gays e lésbicas em locais voltados majoritariamente para um público “heterossexual”.

13 - *Pegação* é categoria êmica em referência a trocas sexuais furtivas e muitas vezes anônimas entre homens.

14 - Termo êmico que designa o uso de psicoativos ilícitos.

15 - Porosidades entre diferentes “mercados” fazem-se notar nos trabalhos presentes no livro organizado por Piscitelli, Assis e Olivar (2012). Destaco o fato de que tais porosidades raramente são tomadas como objeto de análise no campo de trabalhos relacionados à homossexualidade, em que muito comumente se separa mercado de lazer do mercado do sexo tanto no âmbito do empírico-metodológico como no âmbito analítico - o que torna ainda mais relevante a troca de experiências de pesquisa no sentido de produzir uma análise que dê conta da diversidade de situações que encontramos em campo. De todo modo, é preciso ressaltar que, embora essa discussão não estivesse claramente formulada em pesquisas que lidaram com prostituição masculina e/ou lugares de sociabilidade e lazer relacionados à homossexualidade, estudos clássicos nesse campo, desde Reiss Jr. (1961), já permitiam conexões nesse sentido. O exemplo mais acabado provavelmente encontra-se no trabalho de Néstor Perlongher (2008).

16 - Talvez seja esse o tipo de cálculo realizado por imigrantes brasileiros na Espanha que expressavam receio diante de um retorno ao Brasil, postura mencionada na introdução deste artigo a partir de pesquisa realizada pelo ICMPD (2013).

17 - A expressão *perdendo plumas* faz referência ao ato de *fechar, dar close*, ou seja, adotar comportamento e gestual mais feminino e considerado menos *discreto*, atitude que possivelmente revelaria a identidade sexual.

18 - Tal aspecto é muito bem explorado na pesquisa de Natália Corazza Padovani (2015), sobre mulheres brasileiras e espanholas entre prisões no Brasil e na Catalunha.

19 - Essas fronteiras, em São Paulo, têm sido muito bem exploradas por pesquisadores como Vera Telles e outros que se atêm às redes do trabalho na cidade (TELLES, 2011).

20 - *Gogo boy* - Trata-se de homem musculoso estereotipado, que faz shows sensuais, eróticos em troca de dinheiro. Gogo boys trabalham, geralmente, em Clubes e Casas Noturnas, mas também se apresentam em festas de despedida de solteiro para mulheres. Eles não atendem apenas a grupos LGBTI e o seu trabalho gera polêmica social, pois é comumente associado à prostituição de homossexuais e heterossexuais, já que estes últimos também podem trabalhar como gogo boys e obter dinheiro para as despesas de suas condições materiais de vida cotidiana (Nota do Editor).

21 - Atualmente, o CIE de Barcelona encontra-se fechado para reformas e há uma grande mobilização social que reivindica seu fechamento permanente.

22 - Utilizo o termo em alusão à categoria de *viração*, tal como utilizada por Gregori (2000), no seu estudo sobre meninos que viviam nas ruas da cidade de São Paulo, para descrever a prática de lidar com diferentes interlocutores e articular diferentes estratégias de sobrevivência e satisfação de necessidades básicas.

Referências

- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*. Campinas-SP, v. 26, p. 329–376, jan./jun. 2006.
- CASTÁN, P. Gaycelona en remejo. *El periódico*. Disponível em: <http://www.elperiodico.com/es/noticias/barcelona/gaycelona-remejo-2180792>. Acesso 24 out 2015.
- FERNANDES, D; NUNAN, C. O Imigrante brasileiro na Espanha: perfil e situação de vida em Madri. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1160.pdf
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: A vontade de saber*. . Vol. 1. São Paulo: Graal, 1977.
- FRANÇA, I. L. *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação (Antropologia Social)—São Paulo: PPGAS-FFLCH/USP, 2006.
- _____. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ/CLAM, 2012.
- FUNDACIÓN TRIÁNGULO. *Trabajadores masculinos del sexo: aproximación a la prostitución masculina en Madrid*, 2006. Disponível em:

- <http://www.fundaciontriangulo.org/documentacion/documentos/trabajadoresmasculinos.pdf>
Acesso em 08 nov 2012
- GREGORI, M. F. *Viração*: experiências de meninos nas ruas. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ICMPD – INTERNATIONAL CENTRE FOR MIGRATION POLICY DEVELOPMENT. *Migração Brasil-Europa*. A situação dos migrantes brasileiros na Espanha e Portugal e de portugueses e espanhóis no Brasil: aspectos legais e vivências. Relatório de pesquisa. International Centre for Migration Policy Development- ICMPD: Vienn, 2013.
Disponível em: <http://goo.gl/icsKhc>
Acesso em 04 abr 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA - INE-ES. *Cifras de Población a 1 de enero de 2013* – Estadística de Migraciones 2012. Nota de Prensa. Julho de 2013.
Disponível em: <http://www.ine.es/prensa/np788.pdf>
Acesso em 04 abr 2016
- LA VANGUARDIA. Los extranjeros suponen el 80% de los participantes en el Circuit. In: *La Vanguardia*. Barcelona. Disponível em : <http://www.lavanguardia.com/local/barcelona/20130816/54378604731/festival-gay-extranjeros-suponen-80-participantes-circuit-barcelona.html>
Acesso em 24 out 2015.
- MARTINÉE GROUP. Circuit Festival - Biggest International Gay & lesbian event. Dossier. Barcelona, 2013.
- MASSEY, D. *Pelo espaço*: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- MCCLINTOCK, A. *Couro Imperial*: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- PADOVANI, N. C. Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. *Tese* (doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.
- PERLONGHER, N. *O negócio do michê*: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.
- PISCITELLI, A. *Trânsitos*: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ/CLAM, 2013.
- PISCITELLI, A.; ASSIS, G. O.; OLIVAR, J. M. N. (org.) *Gênero, sexo, amor e dinheiro*: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. 1ª ed. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero/ Unicamp, 2011.
- REISS JR., A. J. The social integration of queers and peers. *Social Problems*. New York. Vol. 9, pp: 102–120, 1961.
- SCHILLER, N. G; SALAZAR, N. B. Regimes of mobility across the globe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Sussex, vol. 39, 2012, pp.183-200.
- TELLES, V. S. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2011.

RESUMO

O artigo, elaborado a partir de pesquisa realizada em Barcelona entre 2012 e 2013, aborda as diferenças e desigualdades que cercam o cotidiano de imigrantes gays brasileiros na cidade, tendo como cenário o contexto do mercado voltado para gays e lésbicas. Tais experiências são contrastadas com um discurso muito presente do mercado de turismo, que atribui à cidade de Barcelona sentidos relacionados à liberdade e fruição. Sustento que os próprios deslocamentos realizados pelos imigrantes em meio a esse cenário afirmam, desafiam e deslocam normas e regulações. Ao mesmo tempo, reposicionam diferenças e desigualdades sociais que marcam o contexto brasileiro e se apresentam de forma renovada em espaços transnacionais. Ao atravessar fronteiras nacionais, os imigrantes são também produzidos como sexualizados e racializados, o que surge como fonte de constrangimento social, mas também configura campos de ação a partir do manejo da diferença.

Palavras-chave: homossexualidade, migração, gênero

ABSTRACT

The article presents results of a research done in Barcelona between 2012 and 2013. The context of the gay market in that city was the setting for the analyzes that approach differences and inequalities related to gay brazilian migrants in their daily life. Their experiences produce a contrast to discourses of touristic agents that describe Barcelona as a city of freedom and joy. Their displacements dare rules and regulations while repositioning differences and inequalities which mark brazilian social context. When trespass national borders, migrants are produced as sexualized and racialized, which sets both social boundaries and agency fields open by the management of difference.

Keywords: homosexuality, Migration, gender

Migrações internas e internacionais motivadas por orientação sexual e identidade de gênero

*Vítor Lopes Andrade**

Introdução

A reflexão teórica acerca dos deslocamentos geográficos motivados por identidade de gênero e sexualidade ainda é muito recente. Somente nos anos 2000 autores e autoras começaram a discutir a mobilidade humana decorrente especificamente destas motivações. Dentre esses teóricos e essas teóricas, podemos destacar: Didier Eribon (2008), Lawrence La Fountain-Stokes (2004), Norma Mogrovejo (2005) e Richard Parker (2002).

Até os anos 2000, os estudos migratórios em geral não levavam em consideração a orientação sexual daqueles e daquelas que migravam. Algo similar aconteceu com a categoria analítica de gênero até três décadas antes: “a perspectiva teórica – presente nos estudos de imigração até o início dos anos 1970 – era ‘cega’ em relação às diferenças de gênero, raça e etnia” (ASSIS, 2007, p. 749). O foco dos estudos clássicos de deslocamento humano se referia à esfera econômica:

Tradicionalmente, os estudos migratórios partem de pressupostos heterossexistas e genéricos: os migrantes são tratados como uma massa universal de sujeitos heterossexualizados e sem distinções de gênero, que migram apenas por questões econômicas. Por esta perspectiva, a sexualidade não só não motiva a migração como não seria afetada por esta (TEIXEIRA, 2015, p. 25).

Richard Parker alerta que “embora a tentativa de buscar uma vida economicamente melhor esteja quase sempre presente como motivação na migração e no movimento, outras questões podem estar envolvidas” (PARKER: 2002, p. 246). Dentre essas outras questões, o autor salienta que “é inegável que a sexualidade, e talvez a homossexualidade em particular, seja um fator dentro da equação migratória num grau bem maior do que tem sido frequentemente percebido” (PARKER, 2002, p. 247).

* Vítor Lopes Andrade é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca) e mestrando em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Faz parte, desde 2010, do Núcleo de Estudos Linguísticos e Culturais (NELC), vinculado ao CNPq. É filiado à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e à Associação Portuguesa de Antropologia (APA). Email: vitorlandrade@yahoo.com.br

De fato, apesar de a discussão teórica acerca de deslocamentos geográficos motivados por orientação sexual e por identidade de gênero ser recente, essas práticas são muito antigas e ainda hoje bastante recorrentes. Há quem afirme que os fluxos migratórios de pessoas não-heterossexuais se iniciaram ainda na Idade Média (RICHARDS, 1993 apud TEIXEIRA, 2015, p. 26). Didier Eribon alega que essas migrações começaram no século XIX: “desde o início e até o fim do século XIX, a reputação de certas cidades, como Nova York, Paris ou Berlim, atraía ondas de ‘refugiados’ vindos de todo o país e, com frequência, do exterior” (ERIBON: 2008, p. 32).

Um dos objetivos deste texto, portanto, é evidenciar que identidade de gênero e orientação sexual são categorias analíticas importantes para os estudos de mobilidade humana. O foco recairá, majoritariamente, na relevância da orientação sexual para se pensar os deslocamentos geográficos. Para tanto, inicialmente discorrer-se-á acerca de migrações internas – isto é, dentro de um mesmo território nacional – motivadas por orientação sexual. Na sequência, discutir-se-á as migrações internacionais envolvendo pessoas não-heterossexuais. Por fim, uma atenção especial será dada a um tipo específico de migração internacional: o refúgio baseado em perseguição ou temor de perseguição por orientação sexual e identidade de gênero. Nesta última parte também serão apresentados trechos de entrevistas que realizamos com agentes do poder público brasileiro, no caso o Beto Vasconcelos, então secretário nacional de justiça, e uma ativista de uma ONG-Organização Não-Governamental com atuação no Rio de Janeiro.

Antes de prosseguirmos, algumas explicações conceituais se fazem necessárias. Entende-se por orientação sexual a “capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas” (MUNTARBHORN; ONUFER: 2006, p. 7). Por identidade de gênero compreende-se

a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (MUNTARBHORN; ONUFER: 2006, p. 7).

O foco deste texto, como já foi mencionado acima, será em relação às migrações de pessoas não-heterossexuais. O termo “não-heterossexual” se mostra conceitualmente interessante porque engloba tanto as identidades sexuais (gay, lésbica, bissexual, homossexual) como também as práticas e desejos sexuais (homens que transam com homens – HSH –, por exemplo). Ou

seja, ao utilizarmos “não-heterossexual” estamos nos referindo a todos e todas aqueles e aquelas que, de alguma maneira, destoam do desejo afetivo e/ou sexual exclusivamente em relação a pessoas do sexo oposto.

Imaginação e Identidade

Algo presente nos fluxos migratórios atuais – seja de pessoas heterossexuais ou não – é, de acordo com Appadurai (2004), a imaginação. Ela deve ser vista como prática social e é um componente-chave da nova ordem global: “na vida social de hoje a imaginação tem uma força nova e singular. Mais pessoas em diversas partes do mundo consideram possível um conjunto de vidas mais vasto do que nunca” (APPADURAI, 2004, p. 78). Saskia Sassen, ao refutar as explicações puramente econômicas para os deslocamentos geográficos, também ressalta o papel que a imaginação exerce:

A racionalidade da emigração é muito mais complexa do que permitem as explicações de repulsão e atração. Por um lado existem questões subjetivas envolvidas [...]. Por outro lado, os efeitos de conexão da globalização geram as condições materiais e novos tipos de imaginários que fazem da emigração uma opção, até onde pouco tempo ele não existia (SASSEN, 2010, p. 115).

Mesmo nas migrações internas o aspecto do imaginário acerca do local de destino é muito forte como, por exemplo, os deslocamentos de áreas rurais para as cidades, já que a vida urbana traz um imaginário social de liberdade, inclusive de liberdade sexual. Como pontuam Parker (2002, p. 245) e Appadurai (2004), a mídia – televisão, internet e, hoje em dia, sem dúvida, as redes sociais virtuais como Facebook, etc – possuem um papel de grande importância na construção dessa imaginação.

Quando se pensa nas migrações motivadas por orientação sexual, o imaginário parece ocupar um papel de centralidade ainda maior. O ideal do “outro lugar” se refere à possibilidade de se realizar aquilo que se tem vontade, mas, seja pelos laços familiares, seja pelo contexto social mais amplo, não se tem a coragem de fazer ou, ao fazê-lo, pode-se sofrer as consequências por ter “transgredido” as regras do padrão heterossexual. “Houve – e, com certeza, ainda há – uma fantasmagoria do ‘outro lugar’ nos homossexuais, um ‘outro lugar’ que ofereceria a possibilidade de realizar aspirações que tantas razões pareciam tornar impossíveis, impensáveis, em seu próprio país” (ERIBON, 2008, p. 33).

O deslocamento geográfico para uma pessoa não-heterossexual não é apenas um meio de ter acesso a potenciais parceiros; é também a possibilidade de redefinir a própria subjetividade, de reinventar a identidade pessoal (ERIBON, 2008, p. 37). Há uma associação, portanto, entre o imaginário acerca do local para onde se migra, a orientação sexual e a possibilidade de recriar sua própria identidade. De acordo com Paulo Vieira, a “saída do armário”, isto é, o assumir-

se a não-heterossexualidade, seria um processo de mobilidade metafórica e simbólica, sendo que a mobilidade física ocupa um lugar central nesse processo de sair do armário (VIEIRA, 2011, p. 48). Ou seja, é comum que as pessoas se assumam não-heterossexuais depois que emigraram.

Pensando, pois, na migração tanto em sua esfera subjetiva como geográfica, há quem afirme que ela migração seja algo intrínseco às pessoas que não são heterossexuais:

a migração, desde um nível subjetivo e pessoal até o deslocamento para outra cidade, seria elementar na construção das subjetividades daqueles que desejam e amam corpos do mesmo sexo: o homossexual seria um migrante nato (TEIXEIRA, 2015, p. 36).

Deslocamentos internos

Entre os grupos de migrantes, são recorrentes, ainda hoje, os deslocamentos das regiões rurais para as áreas urbanas e das pequenas cidades para as grandes metrópoles por pessoas cujos desejos afetivos e/ou sexuais não se enquadram no padrão heterossexual. Parker afirma que há alguns estágios e padrões migratórios: a migração de áreas rurais para cidades pequenas, das cidades pequenas para centro regionais – como Brasília, Fortaleza, etc – e destes para as metrópoles nacionais – Rio de Janeiro e São Paulo (PARKER, 2002).

Para os homens que foram criados no interior, em áreas rurais ou pequenas cidades, a nova abertura, o anonimato e a tolerância de capitais estaduais ou regionais como Fortaleza podem representar um enorme alívio. Para homens que cresceram nessas cidades, contudo, o peso da vigilância familiar, a pressão social da vizinhança e assim por diante podem ser excessivos, e fugir para cidades grandes como o Rio de Janeiro ou São Paulo passa a ser uma alternativa (PARKER, 2002, p. 251-252).

Nota-se a relação que há entre a não-heterossexualidade e os ambientes urbanos, em detrimento das zonas rurais. Didier Eribon (2008, p.31-33) afirma que “a cidade sempre foi o refúgio dos homossexuais” e que “hoje ainda, é permanente a migração dos gays e das lésbicas para as cidades grandes ou as capitais. A homossexualidade tem ligação com a cidade” (VIEIRA: 2011, p. 50) corrobora com essa afirmação: “um dos elementos centrais da construção das subjetividades lésbicas e gays está relacionado com a atratividade dos espaços urbanos centrais, em especial as metrópoles”.

Não se deve inferir, entretanto, que não existam relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo em cidades pequenas e em áreas rurais. A etnografia de Rogers (2006) exemplifica isso, pois evidencia justamente a prática de relações

homossexuais masculinas em um pequeno povoado rural no interior do Ceará. Também o artigo de Teixeira (2015) mostra como a partir dos anos 2000 se percebe uma interiorização de manifestações de sociabilidades homossexuais para além das grandes metrópoles brasileiras:

Com o advento da Internet, das salas de bate-papo *online*, das redes sociais e dos aplicativos de geolocalização gays [...], a sociabilidade homossexual em pequenas cidades (e mesmo no meio rural) seria reconfigurada, desestabilizando polaridades como centro e periferia, urbano e rural (TEIXEIRA, 2015, p. 32).

A atratividade das áreas urbanas – ainda hoje muito forte entre pessoas não-heterossexuais – está relacionada ao que Eribon (2008, p. 32) chama de “mitologia” da cidade e da capital na cultura gay, ou seja, um imaginário coletivo da homossexualidade no que diz respeito à existência de um “mundo gay” nas grandes cidades. Por que as metrópoles possibilitam o estabelecimento de um “mundo gay”? Dois conceitos são centrais para se analisar essa atratividade dos grandes centros urbanos: região moral (PARK, 1976) e anonimato relativo (VELHO e MACHADO, 1977).

Nas cidades pequenas, embora as pessoas desempenhem papéis diferentes, estes são conhecidos pelo seu grupo social: “a rotina da cidade do interior consiste exatamente nisso. As expectativas são cumpridas cotidianamente” (VELHO e MACHADO, 1977, p. 80). Assim, manter relacionamentos com pessoas do mesmo sexo sem que isso seja sabido por parte de outros indivíduos com os quais se convive é bem improvável, uma vez que a vigilância social é forte. Já nas cidades grandes pode-se preservar certo anonimato: “o que seria característico, então, da grande metrópole é a possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes e, até certo ponto, estaques. Isto é o que seria o anonimato relativo” (VELHO e MACHADO, 1977). O anonimato não seria absoluto porque a própria mobilidade que favorece o deslocamento de um indivíduo entre diversos meios sociais dificulta a existência de áreas que sejam exclusivas (VELHO e MACHADO, 1977, p. 80).

Essa liberdade que os grandes centros urbanos proporcionam permite que gays e lésbicas, não assumidos/as, isto é, que “estão no armário”, envolvam-se afetiva e/ou sexualmente com as pessoas que lhes despertam desejos, sem que isso seja sabido por parte daqueles/as com quem se convive, como normalmente acontece em pequenas cidades e zonas rurais. “A grande cidade se torna um refúgio, principalmente para aqueles que em algum momento divergem do comportamento padrão: sendo menos vigiados são igualmente menos punidos” (LANZARINI, 2013, p. 71).

Mas, ao mesmo tempo em que a cidade grande assegura o anonimato relativo, também permite que pessoas com os mesmos interesses, gostos e desejos se associem: “um homossexual que decide ir viver numa cidade grande agrega-se àqueles que seguiram esse percurso antes dele e faz existir um mundo

que o atrai e com o qual ele, com frequência, sonhou muito tempo antes de poder a ele ter acesso” (ERIBON, 2008, p. 34). Esses encontros são possíveis graças à existência de “regiões morais” nas grandes cidades:

é inevitável que indivíduos que buscam as mesmas formas de diversão [...] devam de tempos em tempos se encontrar nos mesmos lugares. O resultado disso é que, dentro da organização que a vida citadina assume espontaneamente, a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e temperamentos (PARK, 1976, p. 64).

As regiões morais são, então, espaços específicos da cidade onde indivíduos com códigos morais divergentes da norma tendem a se concentrar. Há, assim, como coloca Perlongher (1993), regiões morais para gays e lésbicas, caracterizando uma territorialidade do desejo homossexual. Trata-se do “mundo gay” que as grandes metrópoles comportam: lugares específicos para aqueles/as que divergem das normas heterossexuais, isto é, cafés, boates, saunas, clubes destinados ao público gay, lésbico e bissexual. Em algumas cidades existem os chamados “bairros gays” – em outras, “ruas gays” – nos quais se concentram a maior parte destes estabelecimentos. “O circuito gay, portanto, torna-se um ponto importante de entrada para recém-chegados urbanos, atuando [...] como uma rede de apoio para novos migrantes” (PARKER, 2002, p. 258).

Além da possibilidade de maior liberdade, isto é, menor vigilância social – proporcionada pelo anonimato relativo – e da facilidade de encontrar outras pessoas com os mesmos interesses e desejos – através das “regiões morais” – muitos/as gays, lésbicas e bissexuais também saem de suas cidades de origem e se dirigem às cidades grandes e metrópoles como meio de fugir das injúrias e violências, uma realidade vivida por quase todos, segundo Eribon (2008, p. 30). Em grande parte dos casos, a violência – seja física, psicológica, simbólica – vem dos membros da própria família: “fomos, cada um de nós, em algum momento de nossas vidas, inferiorizados por nossas famílias simplesmente, mas especificamente, por causa de nossa homossexualidade” (SCHULMAN, 2010, p. 69). A essa realidade Sarah Schulman denomina “homofobia familiar”. Uma causa recorrente, portanto, nas migrações de pessoas não-heterossexuais é a vontade – por vezes pode-se mesmo dizer a necessidade – de se afastar da família.

“A cidade grande tende a dissecar e a desvendar à vista pública e de maneira maciça todos os traços e caracteres humanos normalmente obscurecidos e reprimidos nas comunidades menores” (PARK, 1976, p. 67). Essa visibilidade da homossexualidade nas grandes cidades – mas sendo possível, ao mesmo tempo, participar dela sem que todos com quem se convive tenham conhecimento – reforça o imaginário gay e lésbico acerca da cidade, fazendo com que mais sujeitos migrem; atraindo mais desses sujeitos, o imaginário é reforçado e alimenta um ciclo entre imaginário e migração.

Faz-se importante ressaltar que o fator principal da migração para as capitais regionais ou metrópoles pode ser a sexualidade, mas que a motivação central também pode ser econômica e, ao se migrar, descobrir-se outras possibilidades sexuais e afetivas. Isto é, pode-se migrar por ser não-heterossexual ou pode-se migrar e, então, descobrir-se não-heterossexual. Estamos falando do fator principal da migração, ainda que seja evidente que dificilmente uma migração se dê por um único motivo, como alerta Parker (2002). “Mesmo quando as perspectivas econômicas oferecidas pela imagem da cidade não conseguem materializar-se na prática, a descoberta da liberdade sexual pode, pelo menos em parte, compensar a frustração resultante” (PARKER, 2002, p. 250).

De acordo com Richard Parker (2002), outra característica relevante das migrações motivadas por orientação sexual e identidade de gênero, no que diz respeito à esfera econômica, é que o trabalho sexual pode assumir um papel importante. “Para muitos homens jovens que migram mas não conseguem encontrar trabalho, [...] a prostituição passa a ser uma forma de adaptar-se à vida na cidade e entrar em um novo conjunto de redes homossociais” (PARKER, 2002, p. 255). O mesmo ocorre com travestis⁴.

Também se deve pontuar o papel que as viagens de uma cidade para outra podem ter no que se refere à sexualidade. Ricardo Lanzarini (2013) mostra como homens de identidade pública heterossexual atestada pelo casamento, buscam, durante viagens a trabalho em cidades como São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre, novas interações sexuais, diferentes de suas práticas cotidianas, a partir de sociabilidades homoeróticas que são encontradas por meio da internet. Assim, percebe-se que não somente as migrações com intenção de permanência no local de destino estão relacionadas às questões de maior liberdade sexual, em especial no que diz respeito a não-heterossexualidade, mas também viagens – nas quais há o retorno ao local de origem – caracterizando, para além dos afazeres do trabalho, o turismo sexual.

Mobilidades Internacionais

As migrações internas e internacionais motivadas por orientação sexual, ou “sexílio” têm sido denominadas por Lawrence La Fountain-Stokes (2004) e Norma Mogrovejo (2014):

Históricamente, la emigración ha desempeñado un papel importante como opción de libertad y sobrevivencia: del campo a la ciudad; de una zona geográfica a otra; de un país a otro, desplazamiento al que se há denominado de “sexilio” [...] Esta migración a veces tiene como simple objetivo el alejarse de la familia y de la comunidad, ir a un lugar donde el individuo no tiene historia. En otros casos, se trata de ir a un lugar que tiene fama o reputación de

ser más tolerante para con los homosexuales, o donde hay comunidades establecidas, protecciones legales, medicinas para el sida, etc (LA FOUNTAIN-STOKES, 2004, p. 143-144).

Não por acaso, tanto La Fountain-Stokes como Mogrovejo, que se utilizam teoricamente do conceito de sexílio, são sexiliados, isto é, passaram pela experiência de emigrar devido às suas sexualidades. Lawrence La Fountain-Stokes, natural de Porto Rico, emigrou para os Estados Unidos, onde pesquisa a contribuição de latinos/as na cultura homossexual estadunidense (LA FOUNTAIN-STOKES, 2004). Norma Mogrovejo, peruana, emigrou para o México, país no qual se tornou uma especialista em estudos lésbicos (MOGROVEJO, 2005).

O sexílio também é retratado em obras de ficção, seja no cinema ou na literatura. Um exemplo fílmico é “Praia do Futuro”, dirigido por Karim Ainouz e lançado no ano de 2014, em uma coprodução Brasil-Alemanha. No longa-metragem, Donato (Wagner Moura), um salva-vidas de Fortaleza, envolve-se sexual e afetivamente com um turista alemão e migra para Berlim com ele, deixando para trás seu irmão mais novo – que o tinha como um herói –, sua mãe e seu emprego (AÏNOUZ; BRAGANÇA, 2014). “Stella Manhattan”, um romance de Silviano Santiago (1985), é um exemplo de literatura nacional em que se apresenta o sexílio: Eduardo é mandado pelos pais para os Estados Unidos, durante a ditadura militar, quando estes descobrem a sua homossexualidade.

Como mencionado acima, Didier Eribon (2008, p. 32) afirma que foi a partir do início do século XIX que certas cidades começaram a atrair fluxos de pessoas não-heterossexuais. Para outros autores, entretanto, desde a Idade Média essas migrações se faziam presentes: “desde a Idade Média, a migração homossexual já seria notada, sendo intensificada com a urbanização e avanços do capitalismo nas metrópoles industriais, fatores chaves na conformação da moderna ‘identidade ‘homossexual’” (TEIXEIRA, 2015, p. 26). Não se deve pensar, no entanto, que esses fluxos históricos ocorriam somente em direção às grandes metrópoles, pensando agora metrópoles não somente como cidades muito grandes, mas sim em relação ao colonialismo, já que muitos homens com desejo homossexual iam trabalhar nas colônias – por exemplo, na Índia, para os ingleses – devido a maior liberdade sexual que poderia ser disfrutada nesses locais:

[...] houve prevalência generalizada de homoerotismo entre as populações europeias nas colônias, e, para muitos homens europeus em particular, a relativa falta de proscricção contra homoerotismo era uma atração chave para viajar e trabalhar nas colônias² (ALDRICH, 2003 apud SRIVASTAVA, 2013, p. 6-7).

Historicamente, portanto, as migrações internacionais motivadas pelo desejo de práticas sexuais (ou afetivas) divergentes do padrão heterossexual são mais antigas do que se pensa e não foram somente orientadas para as grandes metrópoles.

No que diz respeito ao Brasil, Richard Parker destaca o turismo e a imigração de pessoas não-heterossexuais para o país:

Seja por razões políticas, intelectuais ou comerciais, a afluência de estrangeiros gays no Brasil tem sido uma característica da vida gay durante os últimos 15 ou 20 anos. Embora o número de homens que têm de fato migrado ou imigrado para o Brasil seja muito menor do que a quantidade de turistas que chegam para o carnaval a cada ano, sua interação mais prolongada com a cultura brasileira teve um impacto significativo no mundo gay do Brasil (PARKER, 2002, p. 270).

Dentre as imigrações para o Brasil, Parker destaca o papel do país durante a época da ditadura militar: “na década de 1970 e nos inícios dos anos 80, por exemplo, durante os piores anos de governo autoritário na maior parte da América Latina, o Brasil tornou-se um importante refúgio para homossexuais que fugiam de regimes ainda mais repressivos” (PARKER, 2002, p. 267). Mas, para o autor, o que se destaca são as viagens de homens gays e bissexuais do Brasil para o exterior, que podem ser bem mais frequentes e extensas do que as viagens de gays do exterior para o Brasil. Richard Parker (2002) identifica três padrões principais destas migrações no período de 1990 a 2000.

O primeiro padrão é o movimento internacional de ida e volta de travestis prostitutas entre o Brasil e a Europa meridional: “assim como as maiores cidades brasileiras atraem travestis de várias capitais regionais menores, as possibilidades de vida no exterior também ajudam a estabelecer um padrão migratório que liga o Brasil aos principais centros urbanos da Europa meridional” (PARKER, 2002, p. 272). O retorno ao Brasil muitas vezes é frequente após o esgotamento das possibilidades do mercado estrangeiro.

O segundo padrão migratório é o movimento de *michês*³ entre o Brasil e partes da Europa ocidental, Estados Unidos e países da América do Sul. “O movimento de *michês* do Brasil para a Europa ocidental [...] parece fazer parte de um sistema relativamente bem organizado, mas a migração para os Estados Unidos parece ser bem mais individual e não-sistemática” (PARKER, 2002, p. 277). Em relação aos países da América do Sul, “o crescente turismo gay para o Brasil também teve a tendência de estimular o movimento brasileiro para cidades como Assunção e Buenos Aires” (PARKER, 2002, p. 278).

Por fim, o último padrão de migrações identificado por Richard Parker (2002) é a residência prolongada e/ou imigração de brasileiros gays para a Europa ocidental, os Estados Unidos e o Japão. “Para muitos possíveis migrantes, a aposta de uma vida melhor em uma ou outra meca dos gays tem sido motivação suficiente para o deslocamento” (PARKER, 2002, p. 283).

É recorrente na vida de muitos sujeitos e muitas sujeitas não-heterossexuais, em especial de classe média alta e classe alta, que a primeira experiência amorosa e/ou sexual com outra pessoa do mesmo sexo aconteça no exterior. É o que relata Márcio Zamboni, ao analisar o caso de Thelma: “logo depois de se formar

na faculdade de publicidade, Thelma começou a trabalhar como guia em uma companhia de turismo. Foi durante a estadia em Miami (Estados Unidos) a trabalho que viveria sua primeira experiência homossexual” (ZAMBONI, 2014, p. 52).

Além das experiências de viagens, turismo e migrações mencionadas anteriormente, há também outro tipo de migração internacional de pessoas não-heterossexuais: o refúgio. Apesar de ser mais recente e menos conhecida, a concessão de refúgio baseado em perseguição ou temor de perseguição por orientação sexual ou identidade de gênero é uma realidade e tem aumentado nos últimos anos, no Brasil, por exemplo. É, então, para o refúgio que nossa atenção será direcionada agora.

Refúgio por orientação sexual e identidade de gênero no Brasil

De acordo com o artigo 1º da Lei nº. 9.474, de 22 de julho de 1997, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997).

Percebe-se, portanto, que orientação sexual e identidade de gênero não estão referidas explicitamente na lei. Entretanto, há o entendimento de que quando pessoas são perseguidas ou possam vir a ser perseguidos devido a esses motivos, deve-se conceder o refúgio por pertencimento a um grupo social:

Conforme o Direito Internacional dos Refugiados, a perseguição em virtude da orientação sexual e identidade de gênero é considerada dentro da perspectiva de perseguição por motivo de grupo social. Em linha com a melhor prática internacional, o Brasil também reconhece como refugiados os indivíduos perseguidos por sua orientação sexual e identidade de gênero, amparado pela legislação nacional sobre o tema do refúgio (BRASIL, 2016)⁴.

O critério “grupo social” foi um dos cinco itens estipulados para a concessão de refúgio na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Foi criado com a intenção de ser um termo aberto, a fim de possibilitar o abarcamento de

indivíduos que precisavam de proteção, mas não se enquadravam nas outras quatro categorias (perseguição ou temor de ser perseguido por raça, religião, nacionalidade ou opiniões políticas). De acordo com Thiago Oliva (2012, p. 8), “grupo social” foi pensado para estender a proteção a pessoas que pertencessem a um grupo indesejado no Estado em que viviam, sendo que à época da Convenção de 1951 a situação mais usual era a de perseguição a indivíduos que ocorria em países socialistas, como proprietários de terras, comerciantes e capitalistas em geral. Por ser um termo aberto, “grupo social” passou a incluir outros casos, como questões de gênero, por exemplo: “em meados da década de 1980, passou-se a entender que mulheres, quando perseguidas por contrariarem costumes religiosos ou sociais de seu país de origem, também devem ser protegidas pelo instituto do refúgio, já que pertencem a um ‘grupo social’” (OLIVA, 2012, p. 6).

Da mesma forma, orientação sexual e identidade de gênero passaram a ser vistas como justificativas para o pedido de refúgio, quando há fundado temor de perseguição, através da consideração de que esses/as sujeitos/as fazem parte de um determinado grupo social. Trata-se de uma diretriz interpretativa sugerida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em 2002, no documento *Guidelines on International Protection: ‘Membership of a particular social groups’ within the context of article 1A(2) of the 1951 Convention and/or its 1967 Protocol relating to the Status of Refugees*. Neste documento o ACNUR aponta a existência de precedentes em diversos países, como nos Estados Unidos da América, em que a primeira decisão de refúgio por orientação sexual foi dada a um cubano em 1990 (OLIVA, 2012, p. 15). Em 2008 o ACNUR publicou outro documento, desta vez tratando explicitamente do estabelecimento de que questões referentes à orientação sexual e identidade de gênero podem ser fatores para a solicitação de refúgio, sendo enquadrado no item “grupo social” (*UNHCR Guidance note on refugee claims relating to sexual orientation and gender identity*). Um ano antes, especialistas em Direitos Humanos haviam divulgado o documento *Princípios de Yogyakarta*, no qual defendem a afirmação, em âmbito internacional, de direitos para gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, incluindo como Princípio 23 o direito de buscar refúgio, isto é, a possibilidade desses/as sujeitos/as, uma vez que tenham sido ou possam vir a ser vítimas de perseguição, procurarem acolhimento em outro país.

O Brasil segue, portanto, as recomendações desses documentos internacionais e tem concedido o refúgio baseado em orientação sexual e identidade de gênero desde o ano de 2002. O primeiro caso foi de dois homens colombianos que mantinham um relacionamento e sofriam perseguição por parte de grupos armados que controlavam a região em que viviam, sendo que esses grupos promoviam assassinatos homofóbicos (OLIVA, 2012, p. 20-21).

Dentre os países que seguem as sugestões do ACNUR e dos *Princípios de Yogyakarta*, concedendo refúgio por orientação sexual e identidade de gênero, estão, entre outros – além do Brasil –, Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Holanda, Reino Unido e Suécia. Importa destacar que no Brasil o critério para concessão de refúgio

baseado em orientação sexual é autodeclaratório, ou seja, a pessoa afirma ser não-heterossexual; se a história for coerente e o país de origem de fato discriminar/perseguir por razões de orientação sexual, o refúgio é concedido. Em outros países, entretanto, é necessário apresentar “provas” da não-heterossexualidade, envolvendo, por exemplo, testes de excitação para homens ou exposição de fotos íntimas para mulheres.

Por outro lado, 76 Estados criminalizam atos sexuais consentidos entre pessoas do mesmo sexo, sendo que do total, 35 são países da África e 26 da Ásia (ILGA, 2015). A pena de morte por relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo acontece em 6 Estados: Iraque, Irã, Mauritânia, Arábia Saudita, Sudão e Iémen, além de doze estados do nordeste da Nigéria e em partes do sudeste da Somália (ILGA, 2015). Nestes lugares, portanto, além de poderem se defrontar com a homofobia familiar, gays, lésbicas, bissexuais e transexuais enfrentam perseguições e punições de ordem política, jurídica e/ou religiosa, sustentadas pela homofobia estatal.

Importa salientar, entretanto, que mesmo que o Estado não criminalize atos afetivos e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo, mas, ainda assim, pessoas tenham fundado temor de perseguição em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero, a concessão de refúgio se aplica. Isto é, ainda que a homofobia não seja institucionalizada, mas a sociedade civil persiga homossexuais e transexuais, a polícia nacional não os proteja, por exemplo, haja discriminação e atos homofóbicos, como é o caso da Rússia (onde a homossexualidade não é considerada crime desde 1993, mas há uma série de restrições aos direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais), ainda assim é possível a concessão de refúgio por orientação sexual ou identidade de gênero⁵. Nesses contextos, portanto, a migração internacional – ou “sexílio” – se coloca como uma alternativa desejável, e a solicitação de refúgio como uma possibilidade.

Ainda não há, no Brasil, dados estatísticos acerca do número de refugiados, refugiadas e solicitantes de refúgio por orientação sexual e identidade de gênero. Não tenho notícia, por enquanto, através da literatura e dos/as interlocutores/as, de que tenha havido alguma solicitação no Brasil motivada por identidade de gênero. Em entrevista com Beto Vasconcelos, secretário nacional de justiça, perguntei:

Já teve algum caso, aqui no Brasil, que fosse por identidade de gênero? Por exemplo, uma pessoa que nasceu biologicamente com o que se entende por homem, mas se sente mulher – que pode ser travesti ou transexual – mas no país é proibido e vem para o Brasil e pede por esse motivo especificamente?

Beto Vasconcelos: Não me recordo de caso concreto, com toda a sinceridade, com tamanho detalhamento. Mas considerando a orientação sexual como motivação, tenho certeza que o Brasil tem reconhecido e garantido proteção para pessoas com essa motivação⁶.

No que diz respeito à orientação sexual, segundo Andrés Ramirez, ex-representante do ACNUR no Brasil, o país conta, atualmente, com 18 pessoas que foram reconhecidas como refugiados/as por fundado temor de perseguição em virtude de sua orientação sexual e outras 23 solicitações foram feitas com base nesse critério, mas ainda estão pendentes de análise por parte do CONARE (Comitê Nacional para Refugiados)⁷. De acordo com Ramirez, as solicitações motivadas por orientação sexual estão aumentando no Brasil, como o número de solicitações no geral. Isto é, baseada em outros critérios, e tratam-se mais de homens do que mulheres, sendo essa a tendência geral no Brasil, não somente nessa categoria. Ainda segundo o ex-representante do ACNUR, os países de onde provém o maior número das solicitações baseadas em orientação sexual são Irã, Paquistão e Nigéria.

O CONARE – órgão interministerial, cuja presidência pertence ao Ministério da Justiça, que é responsável pelos deferimentos e indeferimentos das solicitações de refúgio no Brasil – entretanto, não sabe precisar quantos são os casos:

No que se refere aos dados estatísticos do CONARE, é importante notar que os mesmos passam por atualização contínua. Isso se deve ao fato de que diariamente, o Governo brasileiro recebe novas solicitações de refúgio, assim como periodicamente casos são decididos em reuniões do Comitê. Ademais, a análise estatística do Comitê está em fase de remodelagem, de modo que ainda estamos trabalhando na construção de dados consolidados mais detalhados. Por isso lamentamos não ter, no momento, condições de fornecer dados estatísticos referentes aos refugiados reconhecidos em razão de perseguição por motivo de orientação sexual e identidade de gênero, por se tratar de indicador ainda em construção⁸.

Dados obtidos através de uma organização da sociedade civil da cidade de São Paulo mostram que os números são bem maiores do que os apresentados pelo ex-representante do ACNUR no Brasil: aproximadamente 2% das pessoas que passaram por essa organização entre janeiro de 2013 e fevereiro de 2016 alegaram, em algum momento, serem não-heterossexuais. Sabendo-se que o número total de pessoas que passaram pela organização no período em questão é de cerca de 10.000, nota-se que em torno de 200 solicitantes de refúgio eram gays, lésbicas, bissexuais ou mantinham práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo. Dentre essas cerca de 200 pessoas, a grande maioria são homens provenientes do continente africano. Importa salientar que esses dados não representam todo o contexto nacional: referem-se somente à cidade de São Paulo e não denotam a totalidade das solicitações de refúgio na cidade, uma vez que só passam por essa organização os solicitantes e as solicitantes que desejam, isto é, não é uma etapa obrigatória do processo de refúgio se cadastrar nesta organização não-governamental.

De qualquer forma, esses dados dificilmente representam a totalidade de sujeitos/as não-heterossexuais mesmo entre solicitantes de refúgio, refugiados e refugiadas que passaram pela organização. Isso porque, tendo qualquer outro motivo para solicitar refúgio, normalmente não se menciona a sexualidade. Por exemplo, um solicitante da Nigéria, gay, mas que morava em uma região que sofria constantes ataques do grupo Boko Haram, provavelmente justificará seu pedido de refúgio no Brasil alegando o temor ao grupo mencionado, sem dizer que, além disso, era perseguido ou tinha o temor de ser perseguido devido à sua orientação sexual.

Assim, um aspecto relevante no que diz respeito à orientação sexual de refugiados/as e solicitantes de refúgio é que nem todas as pessoas não-heterossexuais em condição de refúgio solicitam o *status* por esse motivo. Ou seja, há uma diferença entre os/as refugiados/as e solicitantes gays, lésbicas, bissexuais e os/as refugiados/as e solicitantes que conseguem/pedem o *status* devido à orientação sexual, sendo que o primeiro grupo é maior do que o segundo. Além do exemplo dado anteriormente, da Nigéria, é comum que as pessoas provenientes da Síria não comentem sobre sua sexualidade, mesmo quando não são heterossexuais. De acordo com a Resolução Normativa 17/2013 do CONARE, sírios/as, devido ao conflito que acontece no país desde 2011, têm o processo de solicitação de visto facilitado nas embaixadas brasileiras no exterior. Desse modo, conseguem entrar mais facilmente no Brasil. Uma vez que aqui estão eles/as também têm o processo de refúgio simplificado, já que não precisam passar pela entrevista do CONARE para justificar o seu pedido⁹ por se tratar de uma situação clara de grave e generalizada violação de direitos humanos. Devido a esse contexto, um solicitante sírio que seja gay ou uma solicitante que seja lésbica não precisam comentar sobre a sua orientação sexual.

No Rio de Janeiro, houve o caso de um solicitante afegão que alegou ter vindo ao Brasil por outros motivos, mas, depois de algum tempo, revelou a um programa de apoio a pessoas LGBT do governo estadual que o verdadeiro motivo de sua vinda era o fato de ser gay¹⁰. Não revelar a sua orientação sexual logo no início está relacionado ao fato da dificuldade de falar sobre o tema: trata-se da fonte de discriminação, perseguição e violência vivenciadas ou que potencialmente aconteceriam em seus países de origem. “Nem sempre os solicitantes de refúgio sentem-se confortáveis para tratar abertamente do assunto, o que dá ensejo a uma aparente ausência de credibilidade” (OLIVA, 2012, p. 25). Esse receio em falar sobre o assunto pode vir a dificultar o processo de solicitação de refúgio:

[...] a dificuldade que para muitos dos requerentes é falar da sua orientação sexual, pois é sentida por muitos como um “segredo bem guardado” que terá sido a origem de muita discriminação e violência. Efectivamente, o tempo e o modo no qual o requerente refere a sua orientação sexual é um dos elementos de análise no processo que provoca dificuldades no processo (VIEIRA, 2011, p. 55).

Outro fator que pode fazer com que os/as solicitantes não falem abertamente sobre suas sexualidades é o medo de sofrerem retaliações por parte de seus/suas compatriotas. Conforme relatou a coordenadora de uma das principais organizações não governamentais de apoio a refugiados e solicitantes de refúgio do Rio de Janeiro:

A gente já teve um caso no final do ano passado [2013], início desse ano, de um refugiado que estava fugindo por isso [por ser homossexual] e aí a gente precisou da ajuda de um tradutor, uma pessoa do país dele, e quando ele começou a relatar, o africano, o refugiado que tava acompanhando, olhou e disse: “ah, ele tá pedindo refúgio porque ele é ‘viado’”. E ele começou a falar... A gente não entendia o que ele tava dizendo, mas percebeu que ali rolou um conflito, porque a pessoa descobriu que ele era [homossexual]. A gente tá tentando aprender como lidar com esses casos¹¹.

Esse depoimento revela um ponto central em relação à inserção dos/as solicitantes de refúgio não-heterossexuais no Brasil, qual seja, a estigmatização que normalmente sofrem de seus próprios conterrâneos. Aqueles/as sujeitos/as que anteriormente chegaram ao Brasil e solicitaram refúgio – por diversos motivos, como perseguição política, intolerância religiosa, etc –, mesmo se sentindo “de alguma maneira excluídos pelo [fato] de serem refugiados” (PEREIRA e NETO, 2008, p. 11), podem vir a se utilizar do estigma em relação aos seus compatriotas quando descobrem se tratar de um/a homossexual. Trata-se do que afirma Goffman (1988) de que um indivíduo estigmatizado pode “tomar em relação àqueles que são mais evidentemente estigmatizados do que ele as atitudes que os normais tomam em relação a ele” (GOFFMAN: 1988, p. 117-118). É comum, portanto, em um primeiro momento, que os/as solicitantes de refúgio não se identifiquem enquanto não-heterossexuais.

Outra questão importante é a discriminação que esses sujeitos e essas sujeitas podem vir a sofrer nos albergues. Foi o que aconteceu com o afegão mencionado acima. Ele solicitou refúgio no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, alegando outro motivo. Ao ser discriminado por sua orientação sexual, no entanto, no albergue em que estava vivendo, procurou ajuda em um programa do governo do estado voltado ao público LGBT. Foi, então, que revelou ser o principal motivo de sua vinda ao Brasil o fato de ser gay. O solicitante foi transferido para outro albergue no Rio de Janeiro¹².

A discriminação ou o medo de ser discriminado é ainda maior quando se trata de conterrâneos/as. Foi o que aconteceu com um casal de lésbicas provenientes de um país africano que chegou ao Rio de Janeiro e se deparou com várias pessoas de seu país de origem. As duas acabaram migrando internamente a fim de poderem se assumir lésbicas, o que aconteceu quando chegaram à cidade de Goiânia, graças ao apoio de um projeto local¹³. Esse caso evidencia que, às vezes,

a imigração não se encerra quando se chega ao país de destino, já que migrações internas podem vir a ocorrer: “o circuito migratório é construído [...] também em referência a uma multiplicidade de destinos possíveis numa trajetória migratória que não é pensada como finalizada” (URIARTE, 2006, p. 223).

Quando se fala de imigração e refúgio, sabe-se que as redes sociais possuem um papel de proeminente importância nestes processos (ASSIS, 2007; URIARTE, 2006). De acordo com Assis (2007), as redes normalmente são baseadas em parentesco, amizade e origem em comum e desempenham um papel fundamental especialmente quando se chega ao país de destino: “os primeiros tempos são difíceis e ter acesso ao apoio que as redes sociais podem acionar é fundamental para os recém-chegados” (ASSIS:2007, p. 752-761). No caso de refugiados/as não-heterossexuais no Brasil, eles/as dificilmente podem se apoiar nas redes sociais convencionais, ou seja, baseadas em parentes, dos quais normalmente estão fugindo, ou pautadas em origem comum, pois podem ser estigmatizados/as devido às suas sexualidades, o que evidencia uma característica peculiar em relação ao processo migratório desses/as sujeitos/as não-heterossexuais que vêm para o Brasil.

Assim como nas migrações internas, uma das motivações para se abandonar o país de origem e solicitar refúgio em outro local é a homofobia que muitas vezes as pessoas não-heterossexuais sofrem de seus próprios familiares. Ademais, outra especificidade deste tipo de migração internacional é que diferentemente de outros migrantes e de refugiados que são obrigados a se deslocar por razões diferentes, não há, geralmente, o desejo de se retornar ao país de origem, fonte de violência e discriminação.

Um último aspecto relevante no que diz respeito aos solicitantes de refúgio, refugiados e refugiadas por orientação sexual é o fato de que normalmente chegam aos países de destino sozinhos/as. Um número menor, entretanto, faz o percurso migratório junto com o/a companheiro/a do país de origem, como foi o caso das duas lésbicas de um país africano que chegaram ao Rio de Janeiro, conforme relatado anteriormente.

Uma não-conclusão...

Como foi mostrado, os estudos migratórios com ênfase para a orientação sexual e identidade de gênero ainda são muito recentes. Pessoas não-heterossexuais migraram durante as últimas décadas e séculos e continuam a migrar atualmente. Ainda que a sexualidade não seja necessariamente o único fator que motiva a mobilidade, é um importante aspecto, poucas vezes levado em consideração. Seja dentro de um mesmo território nacional ou cruzando fronteiras, para turismo sexual ou através do refúgio, há uma relação entre o deslocamento geográfico e a não-heterossexualidade, passando por questões de imaginação do local para onde se vai e também por dimensões identitárias desses sujeitos e dessas sujeitas. Percebe-se, pois, que orientação sexual e identidade de gênero devem ser entendidas enquanto categorias analíticas para os estudos de imigração e de refúgio.

Entretanto, ao invés de tentar chegar a uma constatação geral, uma proposição generalista, mostra-se mais relevante destacar que muito ainda pode ser pesquisado em relação a essas pessoas que migram interna e internacionalmente buscando maior liberdade sexual e para expressar seu gênero. No Brasil esta discussão ainda é bastante recente e merece ser aprofundada. Faltam, ainda, trabalhos de perspectiva não só teórica, mas também etnográfica, mostrando, por exemplo, como é o cotidiano daqueles e daquelas que se deslocam por suas orientações sexuais. A minha própria pesquisa, acerca de solicitantes de refúgio, refugiados e refugiadas por orientação sexual no Brasil, ainda está em andamento e precisa ser aprofundada para que se possa chegar a algumas “conclusões” – sempre, entretanto, parciais e contextualizadas, não universais e dadas como certas para todo o sempre.

Este texto – e o dossiê em que se encontra – mostra-se, dessa forma, também como um convite para que mais pesquisadores e pesquisadoras, de diferentes áreas do conhecimento, detenham-se nos estudos migratórios e de refúgio com a perspectiva da sexualidade e da identidade de gênero.

Notas

1- Segundo Larissa Pelúcio (2006, p. 524-525): “as travestis são pessoas que nascem com o sexo genital masculino (por isso a grande maioria se entende como homem) e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar a genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos. Via de regra, as travestis gostam de se relacionar sexual e afetivamente com homens, porém, ainda assim, não se identificam com os homens homo-orientados”. Atualmente tem-se utilizado o termo “transexual” para se referir a travestis e também as pessoas que passaram por cirurgias de resignação sexual (para adequar sua genitália à sua identidade de gênero). A questão, entretanto, se apresenta mais complexa, sendo que nenhuma conceitualização é definitiva, já que mesmo pessoas operadas podem se autodeclarar travestis por se tratar de uma identidade política.

2 - Tradução livre do original - “[...] there was widespread prevalence of homoeroticism among European populations in the colonies, and, for many European men in particular, the relative lack of proscription against homoeroticism was a key attraction for travelling and working in the colonies (ALDRICH, 2003 apud SRIVASTAVA, 2013, p. 6-7)”. Nota do Editor.

3 - Segundo Néstor Perlongher, michê “é o nome dado ao rapaz, geralmente jovem e de aparência hipermáscula, que oferece seus serviços sexuais a homossexuais maduros em troca de uma retribuição econômica” (PERLONGHER, 1993, p. 140).

4 - Ofício nº 15/2016/SIC CONARE/CONARE/DEEST/SNJ-MJ, de 11 de março de 2016, referente ao pedido de informação nº 08850.000543/2016-01.

5 - Sobre a situação de homossexuais e transexuais na Rússia: Human Rights Watch. 2014. License to Harm. Violence and Harassment against LGBT people and Activists in Russia. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/5492910a4.html>. A Argentina, por exemplo, já concedeu refúgio a homens gays russos.

6 - Entrevista realizada com Beto Vasconcelos, secretário nacional de justiça e presidente do CONARE na época, na cidade de São Paulo, em 07 de março de 2016.

7 - Informações fornecidas no dia 15 de setembro de 2015, durante a III Semana Internacional da PAZ – Imigração e Refúgio, que aconteceu na UFSC e da qual Andrés Ramirez participou.

8 - Ofício nº 15/2016/SIC CONARE/CONARE/DEEST/SNJ-MJ, de 11 de março de 2016, referente ao pedido de informação nº 08850.000543/2016-01.

9 - A partir de 2016 as entrevistas voltaram a ser obrigatórias também para os nacionais da Síria.

10 - Essa informação me foi fornecida, em agosto de 2015, por um funcionário do governo do estado do Rio de Janeiro.

11 - Este relato me foi dado durante a Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio, ocorrida na cidade de São Paulo em 31 de maio de 2014.

12 - Essa informação me foi fornecida, em agosto de 2015, por um funcionário do governo do estado do Rio de Janeiro.

13 - Este relato me foi dado durante a Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio, ocorrida na cidade de São Paulo em 31 de maio de 2014.

Referências

AÏNOUZ, K.; BRAGANÇA, F. *Praia do Futuro*. (Filme) Brasil-Alemanha, DVD, 2014.

APPADURAI, A. *As dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema, 2004.

ASSIS, G. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, Florianópolis-SC, nº15, p. 745-772, 2007.

BRASIL – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Lei nº 9.474*, 22 de julho de 1997. Brasília: Ministério da Justiça, 2000.

ERIBON, D. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

GOFFMAN, E. *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan AS, 1988.

ILGA - Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais. *State-Sponsored Homophobia. A World Survey of Laws: criminalisation, protection and recognition of same-sex love*. 2015. Disponível em: http://old.ilga.org/Statehomophobia/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2015.pdf [Consultado em: 14 de outubro de 2015].

LA FOUNTAIN-STOKES, L. “De sexilio(s) y diáspora(s) homosexual(es) latina(s): El caso de la cultura puertorriqueña y nuyorican queer”. *Debate feminista*, Distrito Federal – México, Año 15, Vol. 29, p. 138-157, 2004.

LANZARINI, R. *Jorge: empresário de fora, casado e versátil. Homoerotismo no anonimato das viagens*. Tese – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis. 2013. 255 p.

MOGROVEJO, N. *Autoexilio, Exilio Político o Migración por Opción Sexual*. CEME – Centro de Estudios Miguel Enriquez – Arquivo Chile, 2005. Disponível em: http://www.archivochile.com/Mov_sociales/mov_mujeres/doc_muj_otros/MSdocmujotros0021.pdf [Consultado em: 16 de julho de 2014].

_____. *Homofobia e Sexilio Político*. Disponível em: <http://www.uacm.edu.mx/uacm/Portals/3/4%20Documentos/1%20ENCUENTRO%20DE%20ESCRITOR@S%20>

ESCRITURAS%20Y%20HOMOSEXUALIDAD/Ponencias/homofobia-y-sexilio-politico.pdf [Consultado em: 16 de julho de 2014].

MUNTARBHORN, V.; ONUFER, S. (Orgs.). Princípios de Yogyakarta. Yogyakarta: [s/ed]; 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf [Consultado em: 23 de junho de 2014].

OLIVA, T. *Minorias Sexuais enquanto 'Grupo Social' e o Reconhecimento do Status de Refugiado no Brasil*. Brasília: ACNUR-Brasil (Diretório de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado do ACNUR), 2012.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In: VELHO, O. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PARKER, R. *Abaixo do Equador. Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PELÚCIO, L. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. *Estudos Feministas*, Florianópolis-SC, 14, p. 522-534, 2006.

PEREIRA, G.; NETO, J. Refugiados no Brasil: Identidade e Subjetividade. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais*. Caxambu/MG, 2008.

PERLONGHER, N. Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margaret Mead. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22, p. 137-144, 1993.

ROGERS, P. *Os afectos mal-ditos. O indizível das sexualidades camponesas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SANTIAGO, S. *Stella Manhattan*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SASSEN, S. *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Bagoas*, Natal-RGN, 05, p. 67-78, 2010.

SRIVASTAVA, S. *Sexuality Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TEIXEIRA, M. "‘Metronormatividades’ nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil". *Áskesis*, São Carlos-SP, 4, p. 23-38, 2015.

UNHCR [ACNUR]. *Guidelines on International Protection: "Membership of a particular social groups" within the context of Article 1A(2) of the 1951 Convention and/or its 1967 Protocol relating to the Status of Refugees*. 2002. Disponível em: <http://www.refworld.org/pdfid/3d36f23f4.pdf> [Consultado em: 14 de outubro de 2015].

_____. *Guidance Note on Refugee Claims Relation to Sexual Orientation and Gender Identity*. 2008. Disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/48abd5660.pdf> [Acesso em: 14 de outubro de 2015].

URIARTE, P. Migrações entre a Costa do Marfim e a Venezuela. Local, global e transnacional através da perspectiva etnográfica. *Revista Brasileira do Caribe*, Goiânia-GO, VII, p. 71-80, 2006.

VELHO, G.; MACHADO DA SILVA, L. "Organização social no meio urbano". *Anuário Antropológico*, 76, p. 71-82, 1977.

VIEIRA, P. "Mobilidades, Migrações e Orientações Sexuais. Percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias". *Ex aequo*, Lisboa-PT, 24, p. 45-59, 2011.

ZAMBONI, M. As viagens de Thelma: deslocamentos espaciais e morais na trajetória de uma mulher gay. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 6, jul/dez 2014.

RESUMO

Apesar das migrações internas e internacionais motivadas por orientação sexual e identidade de gênero serem antigas e ainda hoje muito recorrentes, a reflexão teórica especificamente sobre esses deslocamentos se iniciou somente nos anos 2000. O objetivo deste texto é evidenciar que identidade de gênero e orientação sexual são categorias analíticas importantes para os estudos de mobilidade humana. Para tanto, inicialmente discorrer-se-á acerca de migrações internas – isto é, dentro de um mesmo território nacional – motivadas por orientação sexual. Na sequência, discutir-se-á as migrações internacionais envolvendo pessoas não-heterossexuais. Por fim, uma atenção especial será dada a um tipo específico de migração internacional: o refúgio baseado em perseguição ou temor de perseguição por orientação sexual e identidade de gênero.

Palavras-chave: pessoas não-heterossexuais, sexílio, refúgio.

ABSTRACT

The internal and international migration motivated by sexual orientation and gender identity are ancient and still very common nowadays, but the theoretical reflection about this type of migration started just in 2000's. The purpose of this text is to show that gender identity and sexual orientation are important analytical categories for the studies of human mobility. Firstly, we will discuss the internal migrations – human migration within one geopolitical entity – motivated by sexual orientation. After, we will discuss the international migration of non-heterosexual people. Lastly, a special attention will be given for one specific type of international migration: the refugee status claim based on sexual orientation and gender identity.

Keywords: non-heterosexual people, sexílio, refuge.

Refugiados LGBTI no Brasil

*Fernanda Martinelli Sobreira**

Introdução

Um importante cenário no contexto internacional contemporâneo é o deslocamento de indivíduos de maneira forçada. Alguns seres humanos são levados a fugir de seus países por serem perseguidos devido às questões políticas, religiosas, militares, étnicas, de nacionalidade e por pertencerem a determinados grupos sociais específicos que são discriminados. Dessa maneira, indivíduos são obrigados a sair de seus países por sofrerem ameaças violentas e até mortes.

Nesse sentido, em algumas localidades do mundo, os indivíduos que pertencem a grupos sociais específicos, como os LGBTI¹ correm risco de vida e são perseguidos muitas vezes pelo Estado, por grupos e por alguns indivíduos da sociedade civil. Isso acontece com maior intensidade nos países onde ser homossexual é crime, podendo levar até a pena de morte. Muitos deles chegam ao Brasil, país internacionalmente reconhecido como acolhedor, a fim de solicitar refúgio, com a ideia de que encontrarão uma vida digna e de respeito aos direitos humanos. Porém, quando chegam aqui encontram obstáculos para se integrarem à sociedade brasileira, como a dificuldade de aprendizado da língua portuguesa, a cultura, o mercado de trabalho, o acesso à educação, além de sofrerem discriminação e intolerância.

Conforme dados do ACNUR (2015), atualmente (2015) há 8.400 refugiados residentes no Brasil². Dentre eles, 18 foram reconhecidos por terem sido perseguidos ou sofrerem fundado temor de perseguição devido à própria orientação sexual ou identidade de gênero; e são 23 os solicitantes, com base neste critério, que estão pendentes de análise.

I - A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados e os Direitos Humanos

Após as duas Grandes Guerras, o mundo estava exausto de tantas destruições, mortes, genocídios e guerras. Dessa maneira, em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo era impedir a ocorrência

** Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais/PUC-SP. Este artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais, sob orientação da professora Dra. Dulce Maria Tourinho Baptista.*

de guerras, o que representava um sentimento de esperança para indivíduos e nações. Diante desse cenário desumano, horripilante e desprezível, um esforço mundial foi necessário para que houvesse a reconstrução dos direitos humanos, como modelo da ordem internacional contemporânea.

Assim, em 1948 foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), assinada pelo Brasil no mesmo ano, cujo objetivo era indicar uma ordem pública internacional baseada no respeito à dignidade humana, através da consagração de valores básicos universais. Nesse sentido, evidencia-se a preocupação de sistematizar normas internacionais acerca dos direitos das minorias, conforme analisado a seguir em relação aos refugiados (PIOVESAN, 2012).

A primeira vez em que houve certa discussão sobre os indivíduos que buscavam residência em outro país, depois de fugirem de seu Estado de origem, ocorreu após a criação da Liga das Nações, em 1919. Em 1921, depois da Revolução Comunista de 1917 na Rússia e o esfacelamento do Império Turco Otomano, discutia-se como a comunidade internacional poderia dar um tratamento adequado aos refugiados russos, os quais saíram da Rússia e não conseguiam mais voltar, por terem sido desnacionalizados. Criou-se, então, o Alto Comissariado para Refugiados, para tratar especificamente dessa situação. Porém, evidenciou-se que não havia apenas russos, mas também armênios refugiados na Grécia. Assim, decidiu-se que o Alto Comissariado seria voltado para todas as nacionalidades e para qualquer questão relacionada aos refugiados.

Com o surgimento de deslocados forçados pelo mundo, a Assembleia Geral da ONU de 1950 convocou uma conferência para o desenvolvimento de uma Convenção em Genebra, a fim de se dar um *status* legal aos refugiados. Dessa maneira, em 1950, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com os seguintes objetivos: proteger e ajudar as vítimas de perseguição, de violência, de intolerância e buscar soluções para que essas pessoas possam reconstruir suas vidas em um ambiente normal. E em 1951 foi adotada a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados.

No artigo 1º da Convenção, define-se que o termo “refugiado” deve ser aplicado a qualquer indivíduo

que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ACNUR: 1951, p. 2).

Segundo o ACNUR, apesar da Convenção ser extremamente relevante, o documento era só aplicável ao fluxo de refugiados ocorrido antes de 1951, aos acontecimentos ocorridos na Europa, e não incluía refugiados de outros continentes. Com a emergência de perseguições e conflitos no mundo, foi necessário colocar os refugiados pós 1951 sob proteção da Convenção. Assim, foi criado o Protocolo Adicional à Convenção sobre Refugiados em 1967. Com a ratificação deste, os países se comprometeram a receber refugiados de qualquer época e de qualquer lugar. Ambos os documentos asseguram que qualquer indivíduo tem o direito de procurar refúgio em outro país.

A Convenção de 1951 foi ratificada e promulgada internamente pelo Brasil, em 1961. Já o Protocolo de 1967 foi promulgado internamente em 1972. Porém, na época, o Brasil só aceitava refugiados de origem europeia. Com o aumento da demanda de refugiados do mundo todo, passou a ocorrer pressões das entidades humanitárias e do ACNUR junto ao governo brasileiro e, em 1989, foi aceita a possibilidade para que indivíduos de qualquer país pudessem ser reconhecidos como refugiados no Brasil (ACNUR, 2012).

Em 1969, foi aprovada a Convenção da Organização da Unidade Africana, atualmente conhecida como União Africana, sobre refugiados. Essa Convenção reconhece que grupos paraestatais também causam perseguição, passando-se a considerar um refugiado aquele que, por viver em um cenário de graves violações de direitos humanos, é obrigado a buscar refúgio em outro Estado. Essa definição foi admitida, em 1984, pela Declaração de Cartagena.

Nesse sentido, o ACNUR foi ratificado como a instituição internacional que promove instrumentos legais para a proteção dos refugiados, inspecionando a aplicação da Convenção e/ou Protocolo. Quando os Estados ratificam estes, mostram que aceitam cooperar com o ACNUR no desenvolvimento das funções. No Brasil, o ACNUR se instalou em 1977, a fim de implementar os acordos internacionais e também incentivar a criação de uma lei brasileira específica destinada aos refugiados. Trata-se da Lei Nº 9.474/97.

II - A Legislação Brasileira e os Refugiados

O Estado brasileiro define o refugiado de acordo com o que prevê a Convenção de 1951. E com a Lei Nº 9.474/97, já citada anteriormente, foi criado o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão de deliberação coletiva vinculado ao Ministério da Justiça, o qual assume, em nome do Estado Brasileiro, o procedimento de análise da solicitação de refúgio, além de apoio e proteção aos que forem considerados refugiados³ (ACNUR, 2012, p. 31).

III - Refugiados e causas da perseguição

São diversas as causas de perseguição. De acordo com o ACNUR (1951), uma delas é a “raça” que deve ser interpretada como todos os tipos de grupos étnicos, segundo o senso comum, considerados como “raça.” Também podem

ser considerados os grupos sociais de origem comum, que formam uma minoria dentro de uma extensa população.

Outra causa de perseguição se dá por motivos religiosos; refere-se a discriminar um grupo que compartilha crenças, tradições comuns e práticas religiosas específicas. A perseguição pode ocorrer de variadas formas, como: imposição de medidas discriminatórias sobre indivíduos por pertencerem a uma comunidade religiosa ou por praticarem a própria religião; ou, proibição de praticar um culto em espaço privado ou público, da educação religiosa ou de fazer parte de uma comunidade religiosa.

Outra dimensão da perseguição está na nacionalidade que não deve ser interpretada apenas como o vínculo que une um indivíduo a um Estado. Pode se referir também ao pertencimento a um grupo étnico ou linguístico, ou seja, a perseguição contra grupos étnicos, linguísticos e culturais marginalizados no conjunto da população, também pode ser entendida como perseguição baseada na nacionalidade. A perseguição pode ocorrer através de diversas ações contra uma minoria nacional. Situações assim podem existir quando dois ou mais grupos nacionais estão dentro de um mesmo Estado.

A diversidade de opinião política faz referência às ideias não toleradas pelas autoridades, como a opinião crítica em relação às políticas governamentais ou as opiniões individuais. Muitas vezes, as autoridades podem considerar que um indivíduo possui determinada opinião política particular, mesmo que de fato, o indivíduo não defenda nenhuma opinião.

Já o pertencimento a um grupo social específico refere-se às pessoas cujo estilo de vida, origem e condição social são parecidos e não têm reconhecimento na sociedade nacional. São as pessoas que compartilham a mesma história, hábitos e estatutos sociais. A origem da perseguição pode ocorrer pelo fato do indivíduo fazer parte desse grupo específico, que pode ser considerado um obstáculo à política do governo. Esse grupo social específico pode ser aplicado, a depender do contexto, às famílias capitalistas, aos negociantes, aos membros de forças militares, aos proprietários de terras, aos bissexuais, transgêneros, homossexuais, os quais são alvos de discriminação, sobretudo em países com cultura sexista.

Para exemplificar o caso, segundo o ACNUR (2009), relatam-se dois solicitantes de refúgio que eram de uma região da Colômbia com presença paramilitar, onde se praticava a “limpeza social”, isto é, assassinatos seletivos que tinham como alvo pessoas consideradas nocivas à sociedade, como viciados em drogas, prostitutas, ladrões, homossexuais. Os solicitantes estavam sempre juntos e eram vistos como homossexuais pelos grupos armados, que os ameaçavam e agrediam para que ingressassem nos grupos armados a fim de “tomar armas e virar homens.” (ACNUR, 2009, p. 53). A ocorrência de assassinatos homofóbicos em determinado país é o motivo pela existência de um fundado temor dos solicitantes.

Os casos de indivíduos que solicitam refúgio por sua orientação sexual são, muitas vezes, ocultados no Brasil, primeiro porque, geralmente, esse indivíduo viveu grande parte de sua vida em um país onde não ser heterossexual

é considerado doença, é crime para parte da população e pelo Estado. Nota-se que esse indivíduo passou muitos anos de sua vida com seus sentimentos reprimidos, sem ser o que ele é, sem poder se expressar naturalmente, com a equivocada ideia de que a própria sexualidade é algo errado e não natural dos seres humanos.

Assim, após chegar ao Brasil, é difícil para esse sujeito “sair do armário” e afirmar a uma autoridade brasileira ou às pessoas, que está no país devido à sua orientação sexual. Além disso, o solicitante ocultará a sua sexualidade aos outros refugiados, por estes terem vivido grande parte da vida em países de intolerância. Nesse sentido, é necessário entender mais sobre a situação de vida dos LGBTI em diversas partes do mundo.

IV - A Situação dos Indivíduos LGBTI no Mundo

Segundo dados da International Lesbian Gay Bisexual Trans and Intersex Association – ILGA (2014), dos 195⁴ países do mundo, em 78 deles as relações homossexuais são ilegais⁵. Dentre esses 78, em sete países, como Arábia Saudita, Iêmen, Irã, Mauritânia, Sudão, e em algumas áreas da Nigéria e da Somália, ser homossexual é proibido, o que leva à condenação a morte. E ainda há outros quatro países em que não se sabe claramente se o código da *Sharia*⁶ está sendo implementado, os quais são: Brunei, Iraque, Paquistão e Qatar.

Na Mauritânia, o código penal de 1984, afirma que: “Qualquer muçulmano adulto que cometa um ato indecente ou um ato contra a natureza com um indivíduo de seu sexo, fica sujeito à pena de morte por apedrejamento público.” (ILGA, 2014, p. 39)

No Sudão, o código penal de 1991, pune a sodomia⁷:

Quem quer que tenha cometido sodomia será punido com o castigo de 100 chibatadas e ele será responsável por cinco anos de prisão. Se o acusado for considerado culpado pela segunda vez, ele será punido com 100 chibatadas e será preso por um período que não pode exceder cinco anos. Se o acusado for considerado culpado pela terceira vez, ele será punido com morte ou prisão perpétua (ILGA, 2014, p. 46).

De acordo com Arno Schmitt e Jehoeda Sofer (1992, apud ILGA, 2014, p. 62), a proibição

não está codificada no direito penal na Arábia Saudita. Ao invés disso, o país aplica estritas leis baseadas na *Sharia*. De acordo com a interpretação, a sodomia é criminalizada. Para um homem casado a penalidade é morte por apedrejamento, enquanto a pena para um homem solteiro

é de 100 chicotadas (...). Para um não muçulmano que comete sodomia com um muçulmano, a penalidade é morte por apedrejamento. Além disso, toda relação sexual fora do casamento é ilegal na Arábia Saudita de acordo com a lei da *Sharia*, incluindo relações sexuais entre mulheres (ILGA, 2014, p. 62).

No Iêmen, o código penal de 1994 afirma que: “a homossexualidade entre homens é definida como penetração dentro do ânus. Homens não casados serão punidos com 100 chibatadas ou o máximo de um ano de prisão, homens casados serão punidos com morte por apedrejamento.” Em outro artigo é tratado que “o lesbianismo é a relação sexual entre uma mulher e outra. Qualquer uma envolvida neste ato com outra será punida com pena de prisão por um período não superior a três anos. Se o ato acontece sob coação, o tempo na prisão pode ser expandido para sete anos” (ILGA, 2014, p. 66).

Já o código penal do Irã, de 1991, explicita as punições para sodomia:

A punição para sodomia é a morte. O juiz da *Sharia* é quem decide sobre qual a forma de realizar a matança (...). Se o sujeito adulto e de boa mente tem relações sexuais com um menor, o executor será morto e o passivo será sujeito a 74 chibatadas se não sofreu coação. Se um menor tem relação sexual com outro menor, ambos estão sujeitos a 74 chibatadas, a menos que um deles estava sob coação (ILGA, 2014, p. 58).

Também são citadas as punições para o lesbianismo:

Lesbianismo é a homossexualidade de mulheres por órgãos genitais. A punição para o lesbianismo é de 100 chicotadas por cada uma das partes (...). Se o ato de lesbianismo for repetido (...) a sentença de morte será aplicada na quarta vez (ILGA, 2014, p. 58).

Segundo a ILGA (2014), em variados Estados do norte da Nigéria têm sido adotadas as leis da *Sharia*, que criminaliza as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. A penalidade máxima para atos sexuais entre homens é de condenação à morte, enquanto para mulheres é de chicotadas ou prisão. Em 2013, uma lei de proibição de casamento de mesmo sexo foi aprovada pelo Congresso e assinada pelo presidente em janeiro de 2014. Segundo a lei, “um contrato de casamento ou união civil entre pessoas do mesmo sexo é proibido na Nigéria.” (ILGA, 2014, p. 42).

Já na Somália, de acordo com a ILGA (2014), a situação política tem se complicado. Uma área no norte do país declarou-se independente, mas ainda aplica o código penal que era imposto pelo ditador Mohamed Siad Barre até 1991. Recentemente, houve casos de pessoas condenadas à morte no país, como o de um casal de lésbicas que foram condenadas à morte por um juiz (ASYLUM LAW ORG, 2014), ou o caso de um jovem gay de 18 anos, o qual, em 2013, foi julgado e condenado por um juiz. Diante de uma multidão de aldeões, o jovem foi apedrejado até ser morto (BENNETT-SMITH, 2013).

Em fevereiro de 2014, de acordo com a ILGA (2014), o presidente de Uganda, Yoweri Museveni, sancionou a lei contra a homossexualidade, a qual foi aprovada pelo parlamento no final de 2013. Essa lei estabelece a pena de prisão perpétua para homossexualidade praticada mais de uma vez. Segundo o jornal BBC (2014), quando essa nova lei foi aprovada, vários doadores internacionais como os EUA, Dinamarca, Noruega, Suécia e Holanda, cortaram a ajuda para Uganda, com restrições de viagem aos funcionários ugandeses envolvidos em graves violações dos direitos humanos e cortes de fundos de programas com as autoridades ugandesas. Com essas sanções, em agosto de 2014, o Tribunal Constitucional, anulou a legislação contra os gays assinada em fevereiro de 2014. O governo de Uganda alegou que a decisão seria para mostrar aos doadores ocidentais que a democracia de Uganda está funcionando bem e que eles deveriam repor qualquer ajuda que foi cortada (BBC, 2013).

Em todos esses países, é evidenciada uma barbárie e intolerância em relação aos indivíduos LGBTI. Uma intolerância preexistente, como defende Eco (2000), com linchamentos, prisões perpétuas, apedrejamentos até a morte. Nesses casos, o ódio e a intolerância são sustentados pelos Estados (Ricœur, 2000). Outro país onde se está crescendo o ódio e a intolerância sustentada pelo Estado em relação aos homossexuais é a Rússia, onde a homossexualidade foi legalizada há 21 anos e os gays estão sendo literalmente caçados por grupos homofóbicos, sofrendo violência física e psicológica, espancamentos, torturas, estupros, ameaças e até morte. Em 2014, o Parlamento do país iniciou a propaganda de uma lei que queria proibir todos os relacionamentos não tradicionais. A partir dessas atitudes do Estado, junto com a propaganda da Igreja Ortodoxa contra os gays, grupos vigilantes conservadores e violentos estão atacando gays e lésbicas no país, com a justificativa de que os homossexuais são pedófilos.⁸

É contrário aos Direitos Humanos evidenciar esses tipos de ações que ocorrem em variados Estados, sem falar nas inúmeras outras histórias de intolerância em relação aos indivíduos LGBTI que são ocultadas. Estes são vistos como “os outros”, que não sentem e não pensam como os que praticam os atos violentos de intolerância e ódio, os quais se consideram a essência da humanidade e da civilização.

V - Os Refugiados LGBTI e a intolerância

Tanto os refugiados quanto os indivíduos LGBTI são vítimas de intolerância, discriminação e preconceito na sociedade brasileira e em diversas partes do mundo. Quando um brasileiro escuta a palavra “refugiado”, ele tende a pensar que o refugiado é um criminoso que teve que fugir de seu país e pediu asilo ao Brasil. E quando escuta que um indivíduo é homossexual, esse brasileiro, se for preconceituoso, tratará essa pessoa de maneira diferente, com um certo distanciamento, talvez com uma “risadinha sarcástica” e um olhar diferente, com a equivocada ideia de que esse “homossexual” poderá “agarrá-lo” e que sente algum tipo de atração sexual e afetiva por ele⁹. Evidencia-se nesta sociedade, ainda muito conservadora, esse tipo de preconceito arraigado em várias famílias, indivíduos, instituições, entre outros.

Assim sendo, quando se fala em refugiado LGBTI, a intolerância é maior, pois além do indivíduo sofrer discriminação e xenofobia por ser refugiado, poderá sofrer preconceito por sua orientação sexual. Existem casos no Brasil de solicitantes de refúgio por causa da orientação sexual, mas eles encontram muita dificuldade, pois a homossexualidade, embora não proibida por lei, é ainda tabu neste país. Segundo Sharalyn Jordan e Chris Morrissey (2013), o Brasil realiza a maior parada do orgulho gay do mundo, mas, ao mesmo tempo, tem a taxa mais alta do mundo de assassinatos homofóbicos e transfóbicos.

Os estudos de caso apresentados a seguir constatarem essa realidade. São casos verídicos, porém foram utilizados nomes fictícios. Esses refugiados relatam a dificuldade em enfrentar a discriminação e o preconceito tanto no país de origem, quanto no Brasil e a dificuldade de viverem da maneira como realmente são.

O primeiro caso, de uma mulher do Irã, é apresentado no estudo de Larissa Leite (2013):

Neda, hoje com trinta anos, deixou o seu país no Oriente Médio, após uma sequência de censuras por suas formas de expressão. A experiência de haver estudado em colégio internacional e de ter conhecido outros países impulsionava-a a desejar pequenas liberdades que frustravam as expectativas sobre o comportamento de uma jovem e violavam as normas legais impostas pelas autoridades. Na adolescência, Neda desejava poder brincar, se relacionar e se expressar com seus amigos sem se preocupar com as fiscalizações policiais ou a censura social. Queria vestir-se sem véus ou saias longas. Mas não era possível: a separação entre homens e mulheres era sempre intransigente nos espaços públicos ou mesmo em festas privadas. Durante o período de escola, Neda teve um namorado, mas eles perderam contato quando ele se

formou. Depois de um tempo, ela acompanhou o pai em uma viagem de negócios, por alguns meses, e conheceu uma outra jovem estrangeira. A relação de carinho teve início como amizade e depois se aprofundou. A então namorada chegou a visitar Neda no Irã, sendo que tudo foi aceito com naturalidade por sua família. “Os pais sabem de tudo”, conta ela. Após este relacionamento, Neda foi presa por participar de uma festa homossexual. Embora permitidas, as festas privadas exclusivamente entre homens ou entre mulheres podem ser tomadas como “suspeitas” para a polícia – já que o homossexualismo é crime. Tempos depois, Neda recebeu uma advertência (que resultou na sua demissão) por haver abraçado sua segunda namorada em um local público. Finalmente, teve seu carro apreendido, sob a alegação de não estar vestindo corretamente o véu islâmico e ter maquiagem excessiva. Com o apoio da família, ela resolveu buscar o Brasil, e aqui foi reconhecida como refugiada, por perseguição decorrente de sua orientação sexual. Hoje, trabalha e sente-se feliz, convivendo com amigos e amigas, como sempre desejou desde a adolescência. (LEITE, 2013, p. 1)

O segundo caso é de um homem do Paquistão, também estudado por Leite (2013):

“Eu sou humano. Nasci num país onde pessoas pensam que homossexualidade é uma doença.” **Ali**, não compreendia a atração que sentia por homens durante a adolescência, mas testemunhava o tratamento dado aos homossexuais em seu país - o Paquistão. Ele lembra que “duas mulheres se casaram e fugiram. Elas foram encontradas e presas. Depois, foram tratadas como loucas e internadas para tratamento psiquiátrico por suas famílias”. Na faculdade, porém, **Ali** soube da existência de “websites para gays” e passou a acompanhá-los. Em uma rede social, foi convidado para um encontro, mas ficou paralisado quando percebeu que quem o convidava era um vizinho seu, casado e com filhos. **Ali** nada respondeu. Depois, encontrou-se com um rapaz da Arábia Saudita, mas não estabeleceu nenhuma relação efetiva. Eram quase nulas as oportunidades para desenvolver sua sexualidade. Temia pela sua reputação e a de sua família. “Eu ficava com medo até de abrir os sites”, diz ele. Resolveu que precisava sair do país, para buscar um espaço onde pudesse se expressar e crescer, não importando o que custasse. Foi, então, que veio ao Brasil - e foi somente aqui que conheceu a possibilidade de pedir formalmente o refúgio. Foi também aqui que ele

pôde buscar sua identidade pessoal e a compreensão sobre a sua orientação sexual. Teve alguns relacionamentos e experiências. Hoje, trabalha em um supermercado e vive em uma casa de acolhida pública. Aprendeu a fazer bijuterias artesanais e acalenta o sonho de escrever uma novela e filmar documentários sobre o Brasil (LEITE, 2013, p. 1).

O terceiro caso do estudo de Leite (2013) é de um homem da Nigéria:

Ikenna nasceu em uma pequena vila da Nigéria. É o filho do meio de sete irmãos. Viveu com os pais até os 14 anos, quando partiu para trabalhar em outras cidades. Aprendeu muitos ofícios e seguiu estudando. “Na Nigéria não há clubes gays e as pessoas não mudam o seu jeito de ser”, conta. Os relacionamentos de Ikenna com outros rapazes, então, começaram na escola ou através de gestos muito sutis em discotecas, no início da juventude. Era preciso ser cuidadoso, porque se fosse notado ou abordasse alguém erroneamente, poderia sofrer muitos tipos de censura. Ikenna, de fato, sofreu algumas vezes. Era comum ser ofendido nos locais onde sua sexualidade era revelada. Tinha dificuldades para conseguir trabalho e, algumas vezes, chegou a ser agredido fisicamente. Ir à polícia não era uma alternativa. “Na polícia, uma palavra é tudo...”. Sua mãe conhecia a sua orientação sexual e o defendia incansavelmente na comunidade. Sempre que estava com ele, ela o levava a cultos religiosos, querendo ajudá-lo. Mas um dia, sem qualquer sintoma prévio, ela faleceu. Muitos dos seus familiares e vizinhos culpavam Ikenna e a sua sexualidade pela morte da mãe. Eles ameaçaram matá-lo e ele precisou fugir. Aos 36 anos, Ikenna tem uma pequena loja de acessórios eletrônicos no Brasil e vive em segurança. Mas não se sente feliz. “Sem a família, falta um pedaço”, diz. Ainda está confuso sobre tudo o que lhe aconteceu. Aqui, não estabeleceu nenhum relacionamento afetivo, tendo poucos amigos – todos brasileiros. Ele conta que não confraterniza com compatriotas seus e que se mantém afastado das comunidades africanas por medo. Busca manter-se em paz frequentando cultos cristãos, em memória de sua mãe (LEITE, 2013, p. 2).

O último caso relatado e divulgado pela autora citada é de um homem da Colômbia:

“Sou gay, soropositivo e refugiado”. É assim que o colombiano ***Ramirez*** começa a contar sua história, que ainda traria o desafio do câncer. Militar de carreira,

falante de quatro idiomas estrangeiros e graduado em duas faculdades, Ramirez mantinha um relacionamento homossexual estável há oito anos, quando seu companheiro veio a falecer em decorrência do HIV. Os pais dele estimularam Ramirez a reclamar pelo direito à pensão e à sucessão. Tendo feito isso, Ramirez teve a sua orientação sexual conhecida pelas Forças Armadas. Embora alguns de seus superiores o tenham apoiado, ele virou motivo de piada geral. “*Maricón, nené*” e outras tantas expressões pejorativas era o que ouvia entre as tropas. Mas o pior seria a pressão que viria a sofrer na sequência e que levaria à sua exoneração, por suposta insubordinação. Iniciava-se um infundo processo judicial. De baixa do exército, Ramirez decidiu pelo trabalho ativista em prol da prevenção ao contágio e do tratamento de pessoas portadoras do vírus HIV. A discriminação por sua orientação sexual seguia naquele ambiente, marcado pela rivalidade entre grupos paramilitares e a guerrilha colombiana. Trabalhando em pequenos vilarejos do interior da Colômbia, testemunhou crueldades que procurou denunciar. Mas recebeu da própria polícia recomendações para se calar. Ainda assim, resistiu em continuar o trabalho. Um dia, o posto médico da organização para a qual Ramirez trabalhava atendeu a companheira de um guerrilheiro, o que foi a gota d’água: o grupo paramilitar que disputava o controle da região passou a perseguir definitivamente Ramirez, numa sequência de ameaças e atentados para os quais a polícia fechou os olhos. Já não foi possível resistir. Ramirez buscou refúgio inicialmente na Argentina e, depois, no Brasil. A presença de ex-membros dos grupos armados colombianos era muito forte no país vizinho e Ramirez não se sentia em segurança. Aqui no Brasil, apesar de sua elevada qualificação profissional, teve muitas dificuldades ao buscar um emprego. “As pessoas pensam que refugiados são delinquentes ou que refugiado tem que trabalhar como pedreiro.” E completa: “se o Brasil vivesse uma tragédia, também haveria refugiados brasileiros em outros lugares”. Ele diz que nunca esconde o fato de ser homossexual e diz que há uma aceitação melhor a este fato no Brasil. Mas na sequência enfatiza que foi muito difícil obter um bom emprego (LEITE, 2013, p. 2).

O próximo caso apresentado refere-se a história de vida de um refugiado de Bangladesh, Partha Sarker, o qual aceitou ser entrevistado por mim, em maio de 2015, agregando dados a este artigo:

Vim sozinho e fui mandando de um lado a outro pelos países da América do Sul, até chegar ao Brasil. Assim que cheguei, fui detido e levado para uma sala no aeroporto, onde fiquei, muitas vezes, sem comida ou sem acesso às necessidades básicas. Foi muito difícil solicitar refúgio. Tive que brigar com muitos ao longo do caminho até que eu consegui. Quando fiquei detido, entrei, secretamente, em contato com a Cáritas e a Missão Paz através de meu iPad (a Polícia Federal não sabia que eu o tinha comigo). Felizmente, eu tinha créditos no Skype e usei o *Wi-Fi* grátis para buscar ajuda de fora. Embora a Polícia Federal tentasse de tudo para me mandar para fora do país, eu resisti e não parti. Com a gentil ajuda do pessoal da Cáritas e da Missão Paz, meus dias detidos acabaram e, finalmente, fui solto depois de uma semana. Ouvi dizer que há pessoas que ficam presas durante meses. Infelizmente, a maioria dos brasileiros não sabe o significado de refugiado. As pessoas tendem a acreditar no que o programa “Cidade Alerta” transmite, uma enorme distorção da realidade. Há medos espalhados e desinformação que predomina na comunidade brasileira quando o assunto é aceitar os refugiados. Grande parte dos indivíduos nos considera como fabricantes de bombas ou como um terrorista fugitivo ou como alguém que tomará o trabalho de um brasileiro. Em relação ao motivo de eu estar aqui como refugiado, posso dizer que, se eu não tivesse saído do meu país, eu seria morto. Temendo os danos à minha vida, saí de Bangladesh. Resumidamente, depois de passar por uma purificação Islâmica para curar a minha orientação sexual, percebi que eu não tinha proteção nem do Estado e nem da sociedade. O processo de purificação incluía chicotadas, jejum forçado, afogamento simulado, intimidação, prisão forçada, entre outros. Tudo isso ocorria dentro de uma mesquita durante dias e, para dizer a verdade, eu até esqueci quanto tempo durou. Mesmo depois da minha suposta fuga (tive que brigar com três indivíduos para ganhar minha liberdade de situação de refém), o perigo presente e claro persistiu. Assim, escapei para o país vizinho e isso me ajudou a reduzir bastante a pressão que eu sentia sobre mim. Simplificando, tive que sair do meu país para que eu pudesse viver, pois as pessoas podem extorquir um homossexual, devido ao fato da homossexualidade ser um delito culpável na corte de Bangladesh, com a punição de 14 anos de prisão. Eu não poderia ficar com meu namorado devido ao medo e ao estigma social. Sempre pensei que havia algo errado comigo e sentia culpa. E isso afetou a minha habilidade de construir relações, depois de viver como um gay enrustido por tanto tempo. Lamentavelmente, não há proteção para pessoas como nós, nem da família e nem da polícia. Proteção é algo

dentro da norma e a homossexualidade não é a norma, é uma doença e é indicada como uma ofensa ao Estado e, como pena máxima, a prisão perpétua.

Diante dos casos apresentados constata-se que esses indivíduos sofreram muito, passaram por traumas psicológicos inimagináveis, muitas vezes foram quase mortos e buscam, no Brasil, apenas uma maneira de recomeçar a vida. Apesar da existência da lei brasileira que exige que o governo dê assistência ao refugiado e das organizações que buscam ajudar o refugiado, como o ACNUR, a Caritas Arquidiocesana, a Casa do Migrante, a Missão Paz e as ONGs, ainda há muito preconceito em relação ao “outro” na sociedade brasileira. Nos casos dos refugiados LGBTI relatados percebe-se a dificuldade de se obter um bom emprego, para que possam se manter e construir uma nova vida. Eles só desejam recomeçar, conseguir autonomia neste país e ter apoio das pessoas. Porém, nas entrevistas para acesso aos postos de trabalho, os empregos lhes são, muitas vezes, negados¹⁰, ainda mais se forem originários de países que têm passado por situações difíceis internamente, como Síria, Irã, República Democrática do Congo, Haiti, Bangladesh, Colômbia, Paquistão, entre outros. No entanto, imigrantes de países do Norte, como europeus, estadunidenses, canadenses são muito bem tratados pelos brasileiros, cuja hospitalidade é bem conhecida ao redor do mundo. Porém, quando são de países ao Sul do Equador, ou seja, países menos desenvolvidos economicamente, esses indivíduos sofrem preconceito, discriminação e intolerância, o que mostra o desrespeito aos direitos humanos da sociedade brasileira para com o refugiado.

Enquanto não houver mais respeito ao outro, com uma maior disseminação e visibilidade dos refugiados, dos LGBTI e dos refugiados LGBTI, serão presenciados ainda mais casos de refugiados discriminados e de homossexuais apanhando nas ruas, sem poderem viver tranquilamente como gostariam.. Enquanto não for difundido nas escolas, nas famílias, na mídia e em toda a sociedade a ideia da tolerância, de que é necessário aceitar de fato todas as pessoas como iguais e livres em direito e não apenas juridicamente como seres humanos, continuará ocorrendo essas desesperadoras violações dos direitos humanos. Conforme defendido por Hérítier (2000), para que isso ocorra, é necessário uma tomada de consciência coletiva e individual, vontade política internacional e um sistema educacional que ensine a não odiar. Para isso, políticas públicas efetivas do governo são necessárias.

Considerações Finais

Após as leituras, análises, estudos exploratórios e estudos de caso feitos para esta pesquisa, conclui-se que, apesar do avanço dos direitos humanos e dos refugiados, existe ainda preconceito, intolerância e discriminação com mais ênfase ao refugiado LGBTI. Mesmo com a ratificação das convenções

internacionais e com a Lei brasileira Nº 9.474/97, ainda há muito caminho para se percorrer, com o intuito de proteger e dar auxílio ao ser humano que está refugiado no Brasil, o qual não é criminoso. Na verdade, como vimos, são pessoas vitimadas em seus direitos. É muito difícil para essa pessoa deixar seu ambiente natural, sua pátria, laços sociais, família, amigos e amores para buscar recomeçar a vida neste país.

Quanto à homossexualidade, apesar de ser fato extremamente natural, que aparece no decorrer da história, em diferentes civilizações, o preconceito, a discriminação e a intolerância são percebidos no cotidiano, por meio de “risadinhas sarcásticas”, olhares diferentes, agressões verbais e até com espancamentos e mortes planejadas por indivíduos, os quais se entendem como a “essência da civilização” e, assim, demonizam o “outro”, com a crença de que possuem a verdade absoluta. Esse preconceito está arraigado em variadas famílias, indivíduos, escolas, governos, Igrejas, dentre outros setores da sociedade brasileira.

Por fim, os refugiados LGBTI sofrem intolerância, discriminação e preconceito muito maior, primeiro porque sofreram discriminação nos seus países de origem, segundo por toda a intolerância que encontrarão em sociedades conservadoras, onde ainda existem tabus. Políticas públicas para conscientização da população são extremamente necessárias, especialmente nas escolas, para que indivíduos LGBTI e os que estão refugiados no Brasil não sejam invisibilizados, mas tratados de maneira igual, como seres humanos portadores de direitos.

No Brasil e em outros lugares ao redor do mundo, há um esquecimento por grande parte dos indivíduos de que a base da sociedade é formada pelos próprios seres humanos, isto é, antes da formação de Estados, fronteiras, países e nacionalidades, existiam os indivíduos, os quais não são máquinas. São, na verdade, sujeitos dotados de sentimentos, que necessitam de carinho, amor, entendimento, relações afetivas e sociais. A exclusão, a marginalização e a intolerância trazem apenas consequências negativas para todos. Portanto, é necessário que haja mais respeito aos direitos entre os indivíduos, para se conseguir viver em um ambiente de paz, tolerância, entendimento, sem linchamentos, trazendo “o outro” para perto de si, para a inclusão social. Para isso, entretanto, são necessárias políticas públicas de conscientização e inclusão do “outro”, incluso o refugiado LGBTI.

Notas

1 - Segundo o ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2012), o termo LGBTI significa: “lésbicas, homens gays, bissexuais, transgêneros e intersexo”. O primeiro refere-se a uma mulher cuja atração física e/ou emocional é direcionada a outras mulheres. O termo “gay” é usado para um homem que possui uma atração física e/ou emocional por outros homens. Porém, esse termo pode ser utilizado tanto para homens, quanto para mulheres gays. Já o bissexual é o indivíduo que é fisicamente e/ou emocionalmente atraído por homens

e por mulheres. O termo transgênero refere-se às pessoas cuja identidade de gênero e/ou expressão de gênero é diferente de seu sexo biológico. E o intersexo é a condição em que o indivíduo nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual e/ou com padrões cromossômicos que não se enquadram nas noções biológicas típicas de um homem ou uma mulher.

2 - Considerando que o país possui cerca de 200 milhões de pessoas, 8.400 refugiados é um grupo muito pequeno para o total de sua população. E é menor ainda frente aos 59,5 milhões de pessoas refugiadas no mundo (ACNUR, 2015).

3 - É interessante lembrar também que o refúgio não é concedido aos indivíduos que cometeram crimes de guerra, crimes contra a humanidade e contra a paz e que praticaram atos contrários aos princípios da ONU – Organização das Nações Unidas.

4 A ONU considera a existência de 193 países. Porém, se considerados o Vaticano e Taiwan, que a despeito de não ter a sua independência reconhecida pelo Estado Chinês, há um total de 195 países no mundo (Nota do Editor).

5 - De acordo com a ILGA (2014), os 78 países são: **na África** - Argélia, Angola, Botsuana, Burundi, Camarões, República Centro Africana, Comores, Egito, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Malauí, Mauritânia, Maurício, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal, Seichelles, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue; **na Ásia** - Afeganistão, Bangladesh, Butão, Brunei, Índia, Irã, Kuwait, Líbano, Malásia, Maldivas, Myanmar, Omã, Paquistão, Catar, Arábia Saudita, Cingapura, Sri Lanka, Síria, Turcomenistão, Emirados Árabes Unidos, Uzbequistão e Iêmen; **na América Latina e Caribe** - Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente, Granadinas e Trinidad e Tobago; **na Oceania**: Kiribati, Nauru, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga e Tuvalu.

6 - A *Sharia* é um código de conduta baseado na religião islâmica, o qual inclui as regras que regem a sociedade islâmica, como por exemplo, o que é permitido e o que é proibido, os modos de culto, a pena de morte, entre outros.

7 - Sodomia é a relação sexual anal entre pessoas do sexo masculino ou entre um homem e uma mulher.

8 - De acordo com o documentário “*Hunted: the war against gays in Russia*”, produzido pela HBO e lançado no Brasil em outubro de 2014.

9 - Ver o documentário “Meninos de Rosa, Meninas de Azul (Homofobia e Bullying Homofóbico).” Produtores: Vinicius Kairalla, Danilo César Francisco. Faculdades Integradas Alcântara Machado – FIAM, Jornalismo, II semestre, 2012.

10 - Segundo o documentário “Refugiados”, produzido pela Casa do Migrante, em 2010.

Referências:

ACNUR. *Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2009.

_____. *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. 1951. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados Acesso em: 15 de junho de 2015.

- _____. *Declaração de Cartagena sobre Refugiados*. Disponível em: <http://www.acnur.org/cartagena30/pt-br/declaracao-de-cartagena-sobre-refugiados/> Acesso em: 15 de junho de 2015.
- _____. *Diretrizes sobre Proteção Internacional N.09: Solicitações de Refúgio baseadas na Orientação Sexual e/ou Identidade de Gênero no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados*. Outubro de 2012. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bpointer%5D=0&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid Acesso em: 30 de outubro de 2014.
- _____. *Perseguidos por sua orientação sexual, refugiados LGBTI conseguem proteção no Brasil*. Março de 2015. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/perseguidos-por-sua-orientacao-sexual-refugiados-lgbti-conseguem-protacao-no-brasil/> Acesso em 15 de junho de 2015.
- ASYLUM LAW ORG. *Somali lesbians sentenced to death*. Disponível em: <http://www.asylumlaw.org/docs/sexualminorities/Somaila023201.pdf> Acesso em: 23 de outubro de 2014.
- BBC. *Uganda court annuls anti-homosexuality law*. Agosto de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-28605400> Acesso em: 15 de junho de 2015.
- ECO, U. Definições léxicas. In: ACADEMIA UNIVERSAL DAS CULTURAS. *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-19.
- HÉRITIER, F. O Eu, o Outro e a intolerância. In: ACADEMIA UNIVERSAL DAS CULTURAS. *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 24-27.
- BENNETT-SMITH, M. *Gay Teen Allegedly Stoned To Death In Somalia For Sodomy*. Março de 2013. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2013/03/21/gay-teen-stoned-somalia-sodomy_n_2916655.html Acesso em: 15 de junho de 2015.
- ILGA – INTERNATIONAL LESBIAN GAY BISEXUAL TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION; ITABORAHY, L. P.; ZHU, J. *State-Sponsored Homophobia. A world survey of laws: Criminalisation, protection and recognition of same-sex love*. Disponível em: http://old.ilga.org/Statehomophobia/ILGA_SSHR_2014_Eng.pdf Acesso em: 20 de outubro de 2014.
- JACMED, L. *Refugiados*. (Documentário). São Paulo: Casa do Migrante/Missão Paz, 2010.
- JORDAN, S.; MORRISEY, C. ¿Por qué motivos? Solicitudes de asilo de LGBT en Canadá. *Revista Migraciones Forzadas*, Oxford, nº 42, p. 13-15, maio 2013.
- KAIRALLA, V.; FRANCISCO, C. D. (Prod.) *Meninos de Rosa, Meninas de Azul (Homofobia e Bullying Homofóbico)* (Documentário). Faculdades Integradas Alcântara Machado – FIAM, Jornalismo, II semestre, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=14RW6BKJyQ> Acesso em: 30 de outubro de 2014.
- LEITE, L. *Quando a invisibilidade pode proteger - mas também oprimir*: histórias de refúgio no Brasil, baseados na orientação sexual ou na identidade de gênero. In: Caritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP); Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) – no prelo, 2013.

- PIOVESAN, F. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- RAMOS, A. Asilo e Refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: RAMOS, A; RODRIGUEZ, G.; ALMEIDA, G. (orgs.). *60 Anos de ACNUR: perspectivas de futuro*. São Paulo: CLA editora, 2011a, p. 15-44.
- RICCEUR, P. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: Academia Universal das Culturas. *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 20-23.
- SCHMITT, A.; SOFER, J. Sexuality and Eroticism Among Males in Moslem Societies. Binghamton: Harrington Park Press, 1992. In: ILGA. *A world survey of laws: Criminalisation, protection and recognition of same-sex love*. 2014.
- STEELE, B.; EDWARDS, K.; STOURTON, F. *Hunted: the war against gays in Russia*. (Documentário). HBO Documentary Films, 2014.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a situação de intolerância sofrida pelos refugiados LGBTI no Brasil, primeiro por serem refugiados e, segundo pela própria orientação sexual. Apesar do avanço dos Direitos Humanos nas últimas décadas, ainda há situações de violações dos Direitos Humanos em diversos países, especialmente naqueles em que ser homossexual é crime, muitas vezes, punido com a pena de morte. Quando essas pessoas chegam ao Brasil, encontram muitas dificuldades e constatam a inexistência de diálogo, discussão e políticas públicas concretas para que refugiados LGBTI tenham seus direitos respeitados.

Palavras chave: Refugiados LGBTI, Intolerância, Direitos Humanos.

ABSTRACT

The current article aims to analyse intolerance experienced by LGBTI refugee living in Brazil, first, for being refugees and, second, for their own sexual orientation. Although circumstances surrounding Human Rights have progressed in the last few decades, violations of Human Rights are still at large especially in those countries where homosexuality is considered as an indictable offense. Some countries practice death penalty to this day. After arriving in Brazil as refugees they still face difficulties. More dialogues, discussion and concrete public policy are necessary to safeguard their rights and needs.

Keywords: LGBTI Refugee, Intolerance, Human Rights.

Daoismo e migração: imigração taiwanesa como início do Daoismo no Brasil

*Matheus Oliva da Costa**

1 - Introdução

Este trabalho pretende contribuir com um aspecto importante da história da relação entre tradições daoistas e o Brasil e a interação entre imigrantes taiwaneses daoistas com a cultura brasileira. Este tema está inserido num contexto mais amplo: a relação entre China e Brasil, ou mais precisamente entre chineses/as e brasileiros/as. Dentro desse quadro mais amplo, fizemos um recorte na interação desses povos através das religiões, e mais especificamente por meio do Daoismo. Como veremos, essa tradição vai chegar de modo indireto até a presença de imigrantes taiwaneses na década de 1970 no Brasil, quando é ensinada e praticada, dentre outras coisas, como caminho espiritual por imigrantes chineses, taiwaneses e também por brasileiros.

O Daoismo pode ser entendido como uma tradição originária da China que se mantém através de uma estrutura ritual de transmissão de linhagens religiosas que tem raízes na antiguidade chinesa, mas se institucionalizando somente a partir do século II EC¹. Etimologicamente, o termo Daoismo, usado aqui em português, engloba outros três termos chineses: 道家 Dàojiā (escola/família do Caminho), 道教 Dàojiào (ensinamentos/religião do Caminho) e 道术 dàoshù (práticas do Caminho ou artes daoistas). A principal meta dos daoistas seria a busca de uma imortalidade através de uma ascensão espiritual numa burocracia celestial até o retorno ao próprio *Dào*.

Várias tradições e linhagens de mestres foram formadas ao longo de quase dois milênios de história do Daoismo como comunidade histórica. Veremos que no Brasil chegaram mestres e técnicas daoistas provenientes principalmente de duas tradições: o Caminho dos Mestres Celestiais (天师道Tiānshī dào) ou Caminho da Ortodoxia Unitária (正一道Zhèngyī dào), e o Caminho da Completa Perfeição (全真道Quánzhēn dào). Essas duas são as tradições daoistas que mais se destacaram no último milênio na China e Ásia em geral, muitas vezes por serem as únicas tradições autorizadas pelos governos ou financiadas por eles.

* Mestre em Ciência da Religião – PUC-SP. Graduado em Ciência da Religião - UNIMONTES. E-mail: matheusskt@hotmail.com

Enquanto a tradição da Completa Perfeição seria a mais numerosa e influente na China continental (República Popular da China), os Mestres Celestiais tem mais influência social em Taiwan (República da China), sobretudo através da Sociedade Daoista de Taiwan.

2 - As três ondas daoistas no Brasil: uma síntese

Em nossa pesquisa sobre a transplantação de uma linhagem daoista ao Brasil, institucionalizada como Sociedade Taoista do Brasil, notamos a necessidade de explicar a presença daoista de modo mais geral em nosso país. Centrados na história e na tipologização da presença e difusão do Daoismo em meio à cultura brasileira, classificamos três ondas de sua aproximação em nossa sociedade.

A primeira onda é caracterizada pela difusão indireta de elementos daoistas avulsos através da cultura chinesa ou de suas representações. Ela ocorre desde a presença oficial de grupos chineses em 1812 – contando ainda as raízes de contato com Macau já na era colonial brasileira (Freyre, 2013) – até os anos 1950. Nesse período pode ser observada uma visão generalista de um “Oriente” distante, que incluía elementos culturais chineses pela sociedade brasileira. Nessa onda, o conhecimento sobre o Daoismo no Brasil ainda é distante e mediado, sobretudo, por fontes visuais – artes chinesas em objetos coloniais, chineses em igrejas mineiras e técnicas chinesas – e escritas, como romances da virada do século XIX para o XX, livros de Guimarães Rosa e fontes esotéricas como a Teosofia.

A segunda onda se caracteriza pelo aprofundamento do encontro com essa religião chinesa em nosso país a partir da década de 1960, mas ainda é uma difusão indireta e/ou informal. Três processos culturais influenciam muito essa aproximação: (a) a religião e espiritualidade Nova Era, que têm servido de veículos de divulgação de tradições chinesas, mas de modo selecionado pelos seus interesses particulares; (b) a diáspora chinesa no Brasil, que foi responsável pela vinda de iniciados daoistas e outros que dominavam técnicas daoistas ou de influência daoista, entre todos os imigrantes; e (c) a formação de brasileiros em práticas e conhecimentos tradicionais chineses, incluindo técnicas explicitamente daoistas, nesses últimos se destacando os instrutores da escola de 气功qìgōng (exercícios com o sopro) e 内丹nèi dān (alquimia interna) do Mantak Chia, tendo 13 grupos segundo o seu site oficial.

Interessante notar que a terceira onda existe paralelamente à segunda, e já é uma divulgação direta de fontes explicitamente daoistas. Ela começa em 1973 e presencia a transmissão ritual de linhagens daoistas inicialmente por fontes chinesas vindas de Taiwan. Dois professores ou mestres se destacam em seu pioneirismo: (a) Wu Jyh Cherng (Wǔ Zhìchéng) chegou em 1973 ainda com 14 anos, data que consideramos inicial para esta fase do Daoismo no Brasil, sendo que foi somente nos anos 1980 que ele se iniciou, se tornou sacerdote

daoista (道士 Dàoishi) e ensinou explicitamente o Daoismo, sobretudo para brasileiros; (b) em 1975 desembarcou aqui o chinês Liu Pai Lin (Liú Bǎilíng), conforme Bizerril (2007, p. 84).

Após alguns anos, começaram a aparecer brasileiros iniciados no Daoismo, seja formados pelos dois mestres citados, ou formados na China. Estes últimos não entraram no escopo deste texto, mas foram abordados brevemente em outro trabalho (Costa, 2015). Além de linhagens daoistas contamos também com dois espaços religiosos em São Paulo que contam com ambientes reservados à divindades daoistas, sendo frequentados quase exclusivamente por imigrantes chineses e taiwaneses dessa capital.

3 - Diáspora chinesa, migração taiwanesa e a segunda onda de Daoismo no Brasil

Qual é o papel de fontes étnicas chinesas que ensinam práticas da sua cultura de origem aos brasileiros para a divulgação do Daoismo? E quais elementos eles trouxeram? Em que contexto e de que forma chegaram? Esse tópico visa responder à essas questões. Para tanto, é interessante contextualizar brevemente o quadro sociopolítico da situação histórica em que ocorreram essas migrações.

3.1 - Da diáspora chinesa: contexto geral e tipologia

Por volta do século XVIII, o último império chinês, o Qīng (1644-1912), liderado pela etnia Mǎn (ou Manchu), já apresentava vários problemas e fortes reações negativas da própria população. Somado a isso, todos os eventos sócio-históricos que envolveram a China desde o século XIX, culminando na vitória dos países europeus na Guerra do Ópio em 1860, alteraram profundamente toda essa sociedade. A sucessão de impérios chineses, que já tinha mais de dois milênios de existência, ruiu. Mesmo a criação da república chinesa, uma tentativa de reestabelecer a ordem e o orgulho nacional, não adiantou. O país continuava com graves problemas e com forte influência política dos países colonizadores europeus e norte americanos. Houve também a invasão japonesa na segunda guerra nos anos 1930 e 1940. Após a derrota japonesa internacionalmente e dentro do território chinês, em 1945, começou a Guerra Civil chinesa gerada pela disputa de poder entre o partido nacionalista e o partido comunista.

Para os/as chineses/as esse foi conhecido como o “Século da Humilhação” - 1850 a 1950 (Pinheiro-Machado, 2013). O final deste tempo turbulento da história chinesa se deu com a vitória dos comunistas em 1949 quando fundaram a República Popular da China. Por outro lado, também ocorreu a fundação da República da China na ilha de Taiwan, onde o partido nacionalista estabeleceu sua liderança e por anos teve o apoio dos EUA (Fairbank, 2006, p. 313). Na China

continental ou comunista, houve a polêmica Revolução Cultural. Tecnicamente esse projeto do governo de Máo Zédōng (Mao Tsé-Tung) durou de 1966 a 1969. Contudo, suas atividades mais duras e repressivas que visavam alterar a estrutura social continuaram até 1976 (idem, p. 354). Esse foi um período de violência e terror na China comunista, com perseguições a tudo que era visto como burguês e/ou tradicional. Assim, as religiões, incluindo o Daoísmo, passaram por uma situação difícil (Poceski, 2013, p. 316-320), incluindo até mesmo certa concorrência com um culto a Máo Zédōng (Fairbank, 2006, p. 371).

Com todos estes acontecimentos a diáspora chinesa contemporânea aumentou consideravelmente seu fluxo, havendo cerca de oito milhões de *chineses além-mar* somente no começo do século XX (Piza, 2013, p. 198). O cientista da religião Rodrigo W. Apolloni (2004) explicou bem o contexto da diáspora chinesa moderna. Ainda que já houvessem viagens sínicas ao redor do mundo há muitos anos, sabemos que foram nos dois últimos séculos que mais houve dispersão de chineses/as pelo mundo. O historiador Wáng Gēngwǔ formulou uma tipologia dos imigrantes chineses dos últimos séculos. Mostramos agora uma tipologização inspirada nesse autor e refinada com outros/as teóricos/as (Apolloni, 2004; Huang, 2010; Vêras, 2008; Pinheiro Machado, 2013; e Piza, 2013).

O primeiro tipo é o *mercantil* (华裔 huáshāng), mão de obra especializada em trabalhos técnicos como artesãos ou mercadores e trabalhos pesados como mineiros, sendo mais restritos ao sudeste asiático, entre o final da dinastia Ming (1368 a 1644) até o final dos Qing. Um segundo tipo seria o *trabalhador* (华工 huágōng / coolie) *de exportação*, caracterizado por se constituir de mão de obra masculina, no século XIX, voltada para agricultura. No caso desse tipo de imigrante que veio ao Brasil, se tratavam majoritariamente de cantoneses (Piza, 2013, p. 197). Provavelmente sua vinda está relacionada com o fluxo comercial marítimo do “Sistema de Cantão” (PINHEIRO-MACHADO, 2013, p. 99) e o triângulo político-colonial entre Portugal/Brasil/Macau. O terceiro tipo é o *temporário* (华侨 huáqiáo), que seriam os imigrantes que saíram da China devido às turbulências políticas do final do século XIX até meados do século XX. O quarto e último é o *descendente* ou *remigrante* (华裔 huáyì): chineses/as que desde a década de 1950 saíram da China. Eram filhos de imigrantes ou tinham filhos fora do seu país, sendo em geral mais capacitados profissionalmente. Normalmente passaram por outras regiões asiáticas (sobretudo Taiwan e Hong Kong) ou africanas antes de emigrarem para os continentes europeu e americano.

Nessa linha de raciocínio, acreditamos que tanto uma presença chinesa mais significativa quanto a transmigração da tradição Daoista por fontes étnicas ao Brasil aconteceram nesse último processo de migração sínica – remigrante ou huáyì. Dessa forma, a diáspora chinesa ocorreu mais acentuadamente com a tomada de poder dos comunistas na China (continental), o que aumentou com a Revolução Cultural. Sobre a relação Brasil-China, Apolloni (2004, p. 71) chega a

afirmar que esse “movimento migratório não partiu de uma demanda brasileira, mas de situações decorrentes do contexto internacional [...] que implicaram no deslocamento de milhões de chineses para vários países”.

Como consequência das turbulências da China continental, muitos mestres e praticantes daoistas se mudaram para Taiwan, onde fundaram associações daoistas e alcançaram relativa liberdade religiosa (Lu, Johnson, Stark, 2008). Taiwan seria, na contemporaneidade, um grande filtro sociocultural do Daoismo, sendo uma forma de refúgio dessa tradição e ao mesmo tempo sua fonte de divulgação. Há algumas décadas, pesquisadores notaram isso e tem realizado trabalho de campo lá.

3.2 - Migração chinesa ao Brasil e sua bagagem religiosa de influência daoista

Vindos, sobretudo, de Taiwan (Mei, 2007), mas também da China continental ou de Hong Kong (Piza, 2013), milhares de chineses têm chegado ao Brasil desde a década de 1960. Mei (2007) afirma que há entre 120 mil e 200 mil imigrantes chineses no Brasil, Véras (2008) estimou cerca de 200 mil chineses, e Piza (2013, p. 200), estimou haver 190 mil. Segundo Apolloni (2004), estão concentrados cerca de 100 mil chineses em São Paulo, com presenças em cidades como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife, Foz do Iguaçu, Curitiba e Porto Alegre. Segundo Piza (2013, p. 198), a presença chinesa sempre foi modesta no Brasil, ainda que já houvesse em 1919 um Centro Social Chinês. Assim, pode-se falar de duas sub-ondas migratórias dentro do quarto tipo migratório de Wáng (remigrante) para a diáspora chinesa ao Brasil na última metade do século XX, num critério quantitativamente significativo. A primeira sub-onda se situa entre as décadas de 1950 e 1970, e a segunda no final dos anos 1990.

Na primeira sub-onda vieram principalmente chineses sulistas da região de Cantão e afins que fugiam do comunismo. O trajetória comum era inicialmente sair da China continental para Taiwan, ou para outros países asiáticos e africanos, chegando em seguida ao Brasil. Eles se concentraram, sobretudo, em São Paulo, migrando depois para outras cidades brasileiras. Em São Paulo, encontraram redes sociais de acolhimento, como por exemplo a Missão Católica Chinesa no Brasil. Já a segunda sub-onda aconteceu após as aberturas econômicas e políticas da China pós MaoTsé-Tung. Agora as regiões de procedência dos chineses são mais plurais, destarte, nesse último caso as migrações se deram diante de um Brasil “oficialmente aberto ao multiculturalismo” (Piza, 2013, p. 200), além de ser um país atrativo pelo potencial de mercado (Véras, 2008). Vale lembrar que isto também ocorre com uma China em busca de unificação e abertura, mas, especialmente, orgulhosa e forte economicamente.

Alguns dos imigrantes aqui chegados já na primeira sub-onda dominavam técnicas tradicionais da cultura chinesa como artes marciais, caligrafia, medicina chinesa, culinária ou tipos de massagens, característicos de alguns *remigrantes*

(Véras, 2008, p. 254). Há vários registros e pesquisas de mestres de 武术 wǔshù/Kungfu desde 1959 (Magnani, 2000; Apolloni, 2004)². E além destes nomes citados em trabalhos acadêmicos, muitos outros imigrantes chineses detentores de práticas tradicionais chegaram ao Brasil desde o final do século XX, como acupunturistas³. Estes mestres, quando vieram ao Brasil, trouxeram também toda sua bagagem cultural, incluindo símbolos e crenças daoistas, presentes nas práticas tradicionais destes imigrantes chineses.

Importante ressaltar o contexto desse encontro gerado pela migração chinesa ao Brasil. Na década de 1970 tem início a situação favorável de aproximação política entre Brasil e Taiwan, depois Brasil e China, tanto por meios informais (Pinheiro-Machado, 2009) como formais (Véras, 2008). Esta aproximação política está no seu auge ultimamente. Da mesma forma, o crescimento de metrópoles cosmopolitas, multiétnicas e o despertar social para a diminuição de preconceitos têm aprofundado no Brasil uma abertura social a visões mais multiculturalistas. Destarte, seria um momento cultural favorável à chegada destes mestres.

Do lado dos próprios imigrantes desse período, sabemos que, muitas vezes, se tratavam de atores sociais mais formalmente instruídos. Como vimos em vários estudos, em especial o estudo de Véras (2008), o nível de formação educacional ajuda bastante na integração de imigrantes na nova sociedade onde chegam, e isso ocorreu com taiwaneses no Brasil. Toda tecnologia do século XX, a atratividade econômica, a abertura cultural brasileira e as crescentes aproximações políticas também propiciaram a migração de chineses/taiwaneses, seus produtos e suas culturas ao Brasil desde a década de 1950. Assim, a última metade do século XX foi favorável a este encontro cultural.

No que concerne a imigrantes que estavam ligados mais especificamente a grupos religiosos chineses (não-daoistas), vamos mostrar três sistemas presentes no Brasil e que representam elementos daoistas significativos. A nova religião chinesa 一贯道 Yīguàn Dào (Caminho da Consistência), também chamado de 天道 Tiāndào, ou Ten Tao (Caminho do Céu) na grafia Wade-Giles, estaria presente no Brasil desde 1963 segundo eles próprios⁴. Hoje já chegaram a cidades como Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Rio de Janeiro, Maceió, São Luís, cidades do interior e, sobretudo, São Paulo. Pode-se dizer que entre o Budismo chinês, presente em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, há elementos étnicos chineses hibridizados e com forte influência daoista que foram trazidos juntamente com a divulgação do budismo chinês, como práticas de artes marciais ou símbolos.

O último exemplo são dois espaços para prática de religião popular chinesa criada por imigrantes taiwaneses de São Paulo nos anos 1980 e 1990. Estes seguem a formatação de templos populares de Taiwan e saciam uma demanda religiosa étnica. O templo central, localizado no bairro Parelheiros, é divulgado sob o nome de 观音 Guānyīn/Kwan Yin⁵ (Avalokiteśvara), fazendo referência ao bodhisatva budista muito forte na China. Segundo Shoji (2004, p. 79), lá “são

praticados o Taoísmo e o Budismo”. Nascido de um projeto iniciado em 1984 ou 1987, com um “templo provisório” no bairro Liberdade em São Paulo, anos depois, em 1992 ou 1994, foi inaugurado o espaço com dois pavilhões principais, onde se pratica essas religiões que são tradicionais para os imigrantes chineses em São Paulo (Shoji, 2004; Usarski, 2002).

Em uma visita no dia 26/10/2014, pude conferir os dois pavilhões citados por Shoji (2004), além de outros detalhes do templo, como um pequeno altar com Budas e à sua frente uma pequena construção de cerca de quatro metros quadrados em formato de Bāguà e trigramas. Além de devoções espontâneas dos chineses que lá visitavam, havia um brasileiro que cuidava das “ferramentas religiosas” que eram utilizadas pelos devotos, sobretudo da consulta oracular. Um senhor oferecia consulta de Yījīng para os que assim queriam, sendo observadas divinações com o método 筮筒 qiāntǒng (dezenas de varetas em um tubo que contém números, balançadas até que se caia uma, também chamados de *Kau Cim*, Chi Chi Sticks ou oráculo de Guānyīn) ou método 筊杯 jiǎobēi (duas pequenas peças de madeira em formato de lua crescente usados sempre de frente para um altar). Além disso, elementos sociais não-religiosos também ocorriam: foi observado almoço comunitário e sessões de acupuntura gratuitas em uma sala ao lado do templo.

É possível observar as seguintes inscrições nos pavilhões: 1) No templo maior, está escrito 巴西觀音寺 Bāxī guānyīn sì, que pode ser traduzido como “Templo de Guanyin do Brasil”; 2) No templo um pouco menor, apesar de ser visto primeiramente por quem entra, lia-se 濟華宮 Jì huágōng, que traduzimos como Templo Chinês do Socorro [divino]⁶. Interessante perceber que, tradicionalmente, os chineses usam o termo 寺 sì para se referirem a locais budistas, enquanto o termo 宮 gōng é lembrado para edificações daoistas e/ou populares. Essa rápida apresentação dos nomes usados para batizar cada pavilhão mostram o caráter popular e sincrético próprio de templos chineses, e mais especialmente, de templos de religião popular taiwanesa. Além da questão dos nomes há muitos outros pontos que poderiam ser tratados em um estudo, como a pluralidade de divindades e a percepção cultural brasileira sobre todo esse cenário religioso do Templo de Guānyīn.

Sabemos pouco de um possível contato mais direto e público do Daoísmo popular e étnico com a cultura brasileira, com exceção do fato de que é uma oferta que se mantém restrita quase totalmente à comunidade chinesa (com ênfase de taiwaneses). Isso ocorre devido a logística dessa oferta: as divulgações e o próprio cotidiano interno do templo estão majoritariamente escritos em chinês, inclusive ideogramas tradicionais. Isso significa que no Brasil a presença de um “Daoísmo étnico” em termos de ofertas é bastante reduzida, sendo mais limitado a elementos avulsos vividos entre chineses, como rituais de proteção, amuletos, talismãs e culto a altares caseiros para os ancestrais.

4 - Imigrantes taiwaneses divulgadores de linhagens daoistas no Brasil

Como pode ser notado, o tópico anterior descreveu a relação entre imigrantes chineses e a presença indireta e/ou informal do Daoismo, com destaque para os taiwaneses. Dessa forma, se inserem na segunda onda de Daoismo no Brasil. Agora é momento de abordar a importância de duas famílias taiwanesas que imigraram ao Brasil no que concerne a história do Daoismo no Brasil. Eles marcam também a terceira onda de Daoismo em nosso país: a divulgação e vivência do Daoismo através de linhagens tradicionais e como opção de “caminho espiritual”/religião.

Já dissemos que essa terceira onda daoista começou nos anos 1970. Sabemos que as recentes migrações sínicas aqui foram propiciadas tanto pela condição mais valorizada dos migrantes, como da situação de acolhimento mais favorável. Nesse sentido, toda tecnologia e a crescente aproximação social e política entre Brasil e China vão beneficiar a vinda dos dois primeiros iniciados daoistas que aqui chegaram. Lembramos que ambos vieram de Taiwan, sendo este país a principal fonte do Daoismo tradicional do Brasil. Veremos agora as duas famílias e seus respectivos divulgadores do Daoismo tradicional presentes aqui.

4.1 - O Daoismo divulgado pela família 刘 Liú

刘君瑜 Liú Jūnyú (1907-2000), pai de família, era versado em várias práticas tradicionais chinesas, a maioria ligada à medicina chinesa – massagens, acupuntura, etc. – mas também sabia tàijí quán, qìgōng, alquimia interna e dava aulas sobre Yījīng e Dàodé jīng. É mais conhecido pelo apelido 刘百龄 Liú Bǎilíng (Liu Pai Lin em Wade Giles). Tinha vínculos com as tradições Kūnlún, Lóngmén – ligada ao Caminho da Completa Perfeição – e Jīnshān do Daoismo, mas não era sacerdote ou monge (Bizerril, 2007, p. 84; Murray e Miller, 2013).

Chegou em 1975 no Brasil, vindo de Taiwan, onde foi soldado do Guómín dǎng ou Partido Nacionalista. Um dos possíveis motivos para vir ao Brasil, seria para divulgar a massagem terapêutica tuīna que teria aprendido com seu tio-avó, depois de ficar sabendo que havia já pessoas ensinando isso no Brasil⁷. Outra história contada é que teria visitado sua filha e gostou tanto do Brasil que resolveu ficar aqui (Bizerril, 2007). Viveu na cidade de São Paulo, tendo ainda hoje discípulos que continuam seu legado nessa cidade, bem como em muitos outros locais do Brasil, chegando também a Argentina. Atualmente existem muitos grupos de práticas de discípulos de Liú no Brasil, principalmente em São Paulo⁸, contando inclusive com o seu filho 刘之明 Liú Zhīmíng (Liu Chih Ming em Wide Giles) como continuador desse legado. Hoje, esse movimento de transmissão de técnicas e conhecimentos daoistas talvez seja o mais numeroso no país.

Inicialmente deu aulas de tàijí quán e outros exercícios chineses (chamados de Taichi Pailin de forma geral), prática que faz seu movimento ser razoavelmente conhecido e difundido no Brasil. Seus ensinamentos tiveram como foco a corporalidade: meditação daoista, acupuntura, exercícios corporais e alquimia interna. Posteriormente começou a passar seus ensinamentos também a outro nível de aprofundamento, pelo estudo e exegese do Yijíng e do Dàodé jīng (Murray, 2010, p. 16; Bizerril, 2007, p. 167). Seu grupo de discípulos caracteriza-se por um Daoismo leigo e ausente de elementos litúrgicos daoistas, sendo que a transmissão de Liú não ocorreu por meio de sacerdotes e de um culto a divindades daoistas. No entanto, nos primeiros anos no Brasil ser discípulo/a dele dependia inicialmente de uma “cerimônia formal de reverência à linhagem”, os novos adeptos recebiam certificado e uma “oração da rede celeste” (Bizerril, 2007). Depois disso não foi mais obrigatório, mas continuou sendo ofertado.

Sobre o conteúdo daoista destes grupos, sabemos que os ensinamentos de Liú derivavam em boa parte da corrente daoista Porta do Dragão (龙门 Lóngmén), pertencente a tradição da Completa Perfeição. Essa corrente do Daoismo é bem conhecida pela sua alquimia interna e práticas espirituais que usam bastante o corpo, justificando os conteúdos e ênfases corporais e profiláticas na maneira de transmitir.

Uma das reações nativas a essa maneira de contato e divulgação é que na autorepresentação de ser daoistas pelos seguidores brasileiros desta linhagem, “recusam-se tanto a classificá-la como religião quanto como misticismo”, sendo que os termos “ensinamento” e “experiência verdadeira” são bastante utilizados por eles (Bizerril, 2007, p. 284). Interessante notar que essa estrutura de vivência do Daoismo não é muito diferente da experiência de grupos daoistas na Europa e América do Norte, como observou Murray (2010, p. 12). Ou seja, há uma autorepresentação do Daoismo como algo ligado quase estritamente a livros da antiguidade chinesa e práticas corporais profiláticas e meditativas.

4.2 - O Daoismo trazido por 武志成 Wǔ Zhìchéng ao Brasil

Há outra linhagem daoista difundida no Brasil também por um mestre chinês, 武志成 Wǔ Zhìchéng (em Wide Giles, Wu Jyh Cherng, 1958-2004). Ele é filho do mestre de tàijí quán e doutor em medicina chinesa 武朝相 Wǔ Cháoxiàng (em Wade Giles, Wu Chao Hsiang), que lhe ensinou esses saberes e muitos outros como meditação, enquanto sua mãe Wu Chang Jolin (Wade Giles) lhe contava histórias míticas que marcaram sua memória. Seu pai e sua mãe vieram da China continental para Taiwan na metade do século XX, após a tomada de poder de Máo Zédōng (Mao Tsé-Tung), sendo que Cherng⁹ nasceu em Taiwan, em 1958. Em 1973 os pais dele migram para o Brasil, mais especificamente para o Rio de Janeiro.

Posteriormente, nos anos 1980, Cherng tornou-se sacerdote daoista do Caminho da Ortodoxia Unitária em Taiwan, voltando ao Brasil em seguida. Após

seu retorno ele fundou junto a brasileiros/as a Sociedade Taoísta do Brasil (STB) no Rio de Janeiro em 1991, e em 2002 em São Paulo. A STB é até hoje ligada ao Caminho da Ortodoxia Unitária da Sociedade Daoista de Taiwan. Essa instituição chegou a realizar, desde a sua gênese, cursos de formação de sacerdotes daoistas para brasileiros ministrados pelo próprio Cherng já nos anos 1990.

Atualmente seus dois templos, o Templo da Transparência Sublime do Rio de Janeiro, e o Templo do Tesouro do Espírito em São Paulo, mantêm atividades regulares e eventos internacionais com outros/as mestres/as daoistas. Ambos os templos são regidos por sacerdotes brasileiros após o falecimento de Cherng em 2004. Este grupo, e sobremaneira o seu fundador, também investiram na divulgação do Daoismo pela escrita, publicando dezenas de livros próprios e traduções em português sobre Daoismo, além de artigos, jornais, entrevistas e apostilas.

Na busca de uma sistematização resumida sobre este grupo que segue o legado de Cherng, identificaremos três fases da formação e desenvolvimento da Sociedade Taoísta do Brasil - STB. Primeiro, há uma fase informal ou embrionária. Essa primeira fase é centrada na trajetória pessoal de um filho de imigrante vindo de Taiwan e buscador espiritual, Wu Jyh Cherng, e no seu interesse no Daoismo, seguindo o seu plano de divulgação dessa tradição no Brasil. Em seguida, já com um grupo de seguidores, há a segunda fase de estabelecimento formal e expansão. Aqui começa a divulgação explícita e direta de elementos daoistas, sobretudo, para brasileiros/as. Além da formalização da STB no Rio de Janeiro, houve a criação da segunda sede filial em São Paulo. Nessa segunda fase começam as publicações de textos e traduções de Cherng e outras pessoas ligadas à STB, publicações que são umas das principais marcas desse grupo de daoistas, já que outros grupos não se preocuparam com isso até o momento. Atualmente, há uma terceira fase sob liderança totalmente brasileira. Essa nova fase é marcada por reestruturações e novas referências daoistas, bem como pela independência jurídica da filial de São Paulo, que se tornou a Sociedade Taoísta de São Paulo (ST-SP).

Continuando o legado de Cherng, hoje a STB e a ST-SP são referências no ensino e práticas do Daoismo tradicional e iniciático no Brasil, sendo quase os únicos desse tipo presentes no mercado religioso nacional. Inicialmente as ofertas tinham como fontes as tradições daoistas da Ortodoxia Unitária, especialistas em liturgias, magia e a Escola Oeste de Alquimia Interna focada na prática de alquimia interior. Cherng, no entanto, divulgava e ensinava, sobretudo, artes daoistas consideradas por ele como porta de entrada para o Daoismo, sendo que estas tradições tinham conexões históricas com outras linhagens de mestres daoistas. Ambos os grupos que seguem o legado de Cherng continuaram, a seu modo, essa linha, mas com modificações e adaptações específicas.

5 - Conclusões

Como vimos, foram principalmente taiwaneses que apresentaram conteúdos culturais daoistas à cultura brasileira. De modo sistematizado podemos notar três principais expressões explícitas de Daoismo no Brasil que tem ligação direta com taiwaneses e seus respectivos conteúdos ofertados. A primeira seria a oferta de Daoismo popular taiwanês através das duas construções denominadas Templo de Guānyīn, que, apesar da referência budista, apresenta pavilhões especiais à divindades daoistas em sua sede menor no bairro Liberdade e sua sede maior no bairro Parelheiros em São Paulo-SP. É notável que essa oferta daoista exista para suprir a necessidade religiosa étnica chinesa, com ênfase de taiwaneses, tendo pouca participação brasileira. As principais atividades religiosas que ali ocorrem são devoções à divindades presentes nos altares através de reverências e oferecimentos de incenso e vários tipos oráculos tradicionais chineses.

A segunda refere-se à família Liú, em especial Liú Bǎilíng (Liu Pai Lin), pioneiro na divulgação de práticas e cosmovisões explicitamente de linhagens daoistas no Brasil. Iniciado em várias tradições, com destaque para a corrente Porta do Dragão da tradição Caminho da Completa Perfeição, Liú, apesar de não ser monge ou sacerdote, ensinou diversas técnicas e comentou clássicos da antiguidade chinesa entre brasileiros e também chineses/taiwaneses que conhecia. Entre eles, práticas como meditação, alquimia interna daoista, exegese de textos daoistas e até orações daoistas são elementos mais explicitamente daoistas praticados e ensinados.

E por terceiro temos Cherng e sua família (Wǔ) que chegaram dois anos antes de Liú, mas é somente no final dos anos 1980 que ele começou a divulgar o Daoismo do Caminho da Ortodoxia Unitária no Brasil, após ter se tornado sacerdote dessa tradição em Taiwan. Foi o primeiro a disponibilizar aos brasileiros/as os aspectos mais devocionais, ritualísticos e até exegéticos de parte considerável do Daoismo. Junto à discípulos/as brasileiros/as fundou a STB, dois templos que funcionam dentro dessa instituição, formou sacerdotes, escreveu e traduziu várias obras sobre Daoismo em português, entre muitas outras coisas. Assim como outros autores já notaram (Murray, 2010), a STB tem alterado a noção brasileira sobre o Daoismo, e marca uma nova onda dessa religião em nosso país. Esse grupo é, simultaneamente, uma forma de Daoismo tradicional chinês, universal por tentar ser transcultural, e também adaptado ao público brasileiro (Costa, 2015).

Notas

1 - O termo EC significa “Era Comum”, assim como AEC significa “Antes da Era Comum”. São formas de datações que buscam se afastar de uma leitura histórica enviesada, sendo mais apropriadas para estudos culturais.

2 - Cf., por exemplo, <http://www.grandesmestresmarciais.com.br/?p=mestres&cat=1&id=146>.

3 - Cf., por exemplo, <http://www.yau-man.com.br/GraoMestreYipFuKwan>.

4 - Ver o site: <http://www.tentaio.org.br/index.php/tao-brasil>.

5 - Cf. <http://www.quan-inn.org.br/>

6 - O termo 濟 Ji pode ser traduzido como ajuda ou auxílio material, mas optamos pela tradução “socorro”, pelo caráter religioso salvacionista e de auxílio material divino.

7 - Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Liu_Pai_Lin

8 - Cf., por exemplo, <http://www.taichipailin.com.br/> ou <http://www.centrotaoista.com.br/>.

9 - De forma que seja diferenciado de seu pai (武 Wǔ), usaremos nesse caso excepcional o nome deste ator social em sua transliteração Wade Giles (Wu Jyh Cherng), ao contrário de todo texto que segue o padrão 汉语拼音 Hànyǔ pīnyīn de transliteração romanizada da língua chinesa.

Referências

APOLLONI, Rodrigo Wolff. *Shaolin à Brasileira: Estudo Sobre a Presença e a Transformação de Elementos Religiosos Orientais no Kung-Fu Praticado no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

BIZERRIL, José. *Retorno à raiz: tradição e experiência de uma linhagem taoísta no Brasil*. São Paulo: Attar, 2007.

COSTA, Matheus Oliva da. *Daoismo Tropical: Transplantação do Daoismo ao Brasil através da Sociedade Taoísta do Brasil e da Sociedade Taoísta SP*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. São Paulo: PUC-SP, 2015.

FAIRBANK, John King. *China: uma nova história*. Trad. Marisa Motta. Porto Alegre, RS: L&PM, 2006.

FREYRE, Gilberto. *China tropical: e outros escritos sobre a influência do oriente na cultura luso-brasileira*. São Paulo: Global Editora, 2013.

HUANG, Jianli. Conceptualizing Chinese Migration and Chinese Overseas: The Contribution of Wang Gungwu. *Journal of Chinese Overseas*, n. 6, 2010, pp. 1-21.

- LU, Yunfeng; JOHNSON, Byron; STARK, Rodney. Deregulation and the Religious Market in Taiwan: A Research Note. *The Sociological Quarterly*, nº 49, 2008, pp. 139-153.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *O Brasil da Nova era*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- MEI, Wu Xiao. *Linguagem, Interação Social e Cultura*: alternância de código chinês-português por imigrantes chineses no Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado em Letras e Cultura Regional. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2007.
- MILLER, James. *Daoism: A Beginner's Guide*. Oxford: Oneworld, 2008.
- MURRAY, Daniel. *Daoism in Brazil*: The globalization of the Orthodox Unity (Zhengyi) tradition. Essay submitted to the Department of Religious Studies in requirements for the degree of Master of Arts. Queen's University: Canada, 2010.
- MURRAY, Daniel e MILLER, James. The Daoist Society of Brazil and the Globalization of Orthodox Unity Daoism. *Journal of Daoist Studies*, vol.6, 2013, pp. 93-114.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *China, passado e presente*: um guia para compreender a sociedade chinesa. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2013.
- _____. *Made in China*: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. Tese de doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- PIZA, Douglas de Toledo. Os chineses no Brasil e as diásporas chinesas. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *China, passado e presente*: um guia para compreender a sociedade chinesa. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2013, pp. 197-200.
- POCESKI, Mario. *Introdução às religiões chinesas*. Trad. Márcia Epstein. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- SHOJI, Rafael. Reinterpretação do Budismo Chinês e Coreano no Brasil. *REVER – Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, Nº 3, 2004. pp. 74-87.
- SIEGLER, Elijah. Back to the Pristine: Identity Formation and Legitimation in Contemporary American Daoism. *Nova Religio: The Journal of Alternative and Emergent Religions*, v. 14, n. 1, 2010, pp. 45-66.
- USARSKI, Frank. O Budismo no Brasil - Um Resumo Sistemático. In: USARSKI, Frank (org). *O Budismo no Brasil*. São Paulo, Lorosae, 2002, pp. 9-33.
- VÉRAS, Daniel Bicudo. *As diásporas chinesas e o Brasil*: a comunidade sino-brasileira em São Paulo. Tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

RESUMO

Existe uma relação entre Daoismo e Brasil desde o período colonial, mas que se limitava a interações indiretas via textos e artes. É somente com a chegada de imigrantes chineses vindos de Taiwan que podemos dizer que o Daoismo chega ao Brasil enquanto uma tradição viva. O tipo de imigrante vindo de Taiwan se caracterizava por já ter conhecimentos profissionais, entre eles, práticas e conhecimentos tradicionais chineses. Neste estudo vamos mostrar como e quais manifestações daoistas tradicionais chegaram ao Brasil, mais especificamente, em São Paulo e no Rio de Janeiro. O objetivo é contextualizar histórica e sociologicamente a presença daoista que aqui chegou através de imigrantes taiwaneses.

Palavras-chave: Diáspora chinesa, tradição daoista, campo religioso brasileiro.

ABSTRACT

There is a relation between Daoism and Brazil since the colonial period, but it was limited for indirect interactions by way of texts and arts. It is only with the arrival of Chinese immigrants coming from Taiwan that we may say that Daoism comes to Brazil as a living tradition. The type of immigrant from Taiwan was characterized by already having professional skills, among them Chinese practices and traditional knowledge. In this study we show how and what traditional Daoist expressions arrived in Brazil, specifically in São Paulo and Rio de Janeiro. The goal is to contextualize historical and sociologically the Daoist presence which arrived here by Taiwanese immigrants.

Keywords: Chinese diaspora, Daoist tradition, Brazilian religious field.

As manifestações da cultura popular nordestina em Sorocaba - SP

*Amanda Alves Gomes**
*Neusa de Fátima Mariano***

Com base em pesquisa de iniciação científica e em trabalho de conclusão do curso de Geografia, o texto a seguir busca, de forma sintetizada, evidenciar algumas manifestações da cultura popular nordestina presentes no município de Sorocaba, localizado a sudoeste do estado de São Paulo, a aproximadamente 90 km da capital.

Segundo dados do Centro Cultural de Tradições Nordestinas de Sorocaba-CCTN, o município possui uma população com cerca de 150 mil nordestinos natos e/ou descendentes, fato que abrange cerca de 25% do total da população sorocabana.

Ao migrarem, muitos nordestinos se deslocaram – e ainda se deslocam – para a Região Sudeste do país em busca da realização de seus sonhos e de melhor qualidade de vida no que diz respeito ao trabalho, à moradia, à saúde e à educação, entre outros. Como se sabe, a Região que abrange os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia não representa uma área homogênea, sendo, ao contrário, caracterizada por muitas singularidades, principalmente quando analisada sob o âmbito cultural. Assim, ao se deslocar, o migrante não leva somente a si e a sua família, mas também – e essencialmente – carrega consigo a sua cultura, a sua identidade que, numa nova região, se reterritorializa e passa a ser lida como cultura nordestina.

À luz das reflexões de Silva (2007), a migração deve ser concebida como um processo no qual o migrante seja considerado um sujeito na sua plenitude. Ou seja, para além de detentor de força de trabalho, cujas motivações que envolvem o deslocamento ultrapassem a visão econômica. Para a autora:

[...] o migrante insere-se numa realidade social definida por laços sociais (familiares, grupos de vizinhança, valores, ideologias etc), que o caracterizam como pertencente a um determinado espaço social e cultural. Portanto, a denominação abstrata de migrante esconde o conjunto de situações concretas e particulares, que definem sua identidade individual e social. (SILVA, 2007, p. 57).

* *Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de São Carlos - Sorocaba*

** *Professora do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de São Carlos – Sorocaba.*

Há, portanto, a construção de uma nova expressão cultural, de maneira que as manifestações, ainda que separadas dos diferentes momentos da vida, possam vir a ser traduzidas por uma especialização funcional tanto empregadas no tempo, como no espaço (SEABRA, 2003). Assim, tem-se, apesar dos espaços distintos, o tempo sobreposto, através da memória e da renovação do vivido, no tempo atual. Cabe mencionar que se atribui à cultura aqui analisada, um “conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social” (BOSI, 1992, p. 16). Neste sentido, o migrante carrega consigo a bagagem cultural da sua origem abrindo mão de alguns elementos, reinventando e ressignificando outros no local de destino. Isso funciona como garantia, ao mesmo tempo, de manutenção da própria identidade e de sobrevivência no novo contexto sociocultural.

A partir de pesquisa bibliográfica e de campo, através de entrevistas com nordestinos (descendentes e sorocabanos) e de participação em festas e atividades de caráter cultural nordestino (promovidas ou não pelo CCTN), além de registros fotográficos, buscou-se manifestações culturais singulares, dinâmicas no tempo e no espaço. Seu cerne dialoga com a contemporaneidade, reafirmando ora tradições nordestinas (ritualísticas ou não), ora a própria identidade socioterritorial, talvez por vir do migrante e da sua necessidade de valorizar suas origens.

Há, no entanto, uma construção histórica no local de destino, no caso, a região norte de Sorocaba, em que a reterritorialização permite a manifestação de identidade(s) nordestina(s), além de criar novas dimensões socioculturais, contribuindo para a produção deste espaço geográfico.

Desse modo, o conhecimento geográfico, perante a espacialização e dinamicidade da cultura, pode analisar as expressões culturais nordestinas trazidas e reinventadas no município de Sorocaba, bem como sua marginalização por parte do poder público.

Migração nordestina em Sorocaba

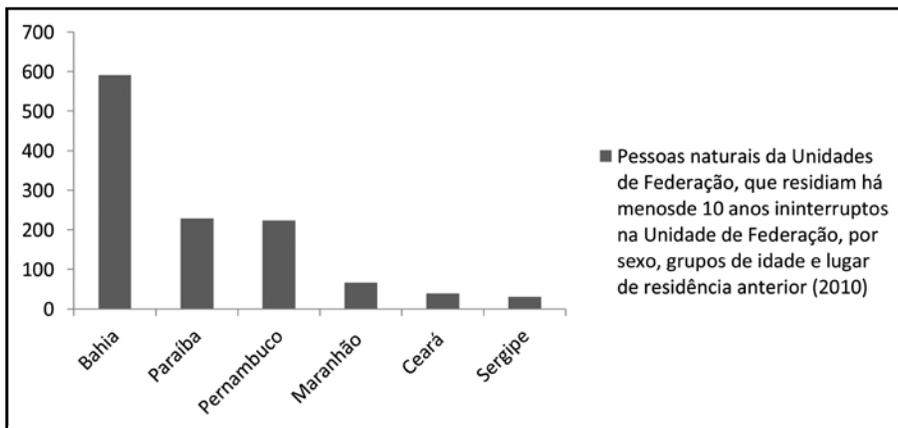
Durante o século XIX, Sorocaba recebeu grandes investimentos nas indústrias têxteis e atraiu trabalhadores provenientes de outras regiões do país, além dos contingentes europeus que imigraram para o Brasil. Essas fábricas, que tiveram sua notoriedade até a segunda metade do século XX, passaram a dar espaço para novas indústrias especializadas em bens de produção e que procuram descentralizar essas atividades, principalmente da metrópole paulista, e vinculá-las a novas regiões. Com este histórico de desenvolvimento econômico, sobretudo em relação à industrialização, a atração populacional tornou-se inevitável e trouxe para Sorocaba, migrantes de origem nordestina, tanto os que já haviam passado pela metrópole paulistana quanto os que vinham diretamente

dos estados do Nordeste (COSTA, PÉREZ e SILVA, 2001). Neste contexto, essas pessoas vinham na tentativa de conseguir emprego nas fábricas e instalavam-se nas regiões mais periféricas de Sorocaba.

Segundo os resultados da amostra do Censo Demográfico de 2010, referente à migração da “População residente por lugar de nascimento – Região Nordeste”, Sorocaba possui 35.363 habitantes nordestinos natos (IBGE, 2013).

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) também traz dados do Censo sobre a amostra de “Pessoas naturais da Unidade da Federação, que residiam há menos de 10 anos ininterruptos na Unidade da Federação, por sexo, grupos de idade e lugar de residência anterior”, contendo informações sobre a origem dos migrantes presentes no município de Sorocaba há menos de dez anos. Com isso, verifica-se no Gráfico1 que a maior parte dos migrantes nordestinos presentes em Sorocaba, veio do estado da Bahia (591 pessoas), seguido pelos estados da Paraíba (229 pessoas) e de Pernambuco (224 pessoas), do Maranhão (66 pessoas), do Ceará (39 pessoas) e de Sergipe (31 pessoas). Não há dados sobre os estados do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Alagoas (IBGE, 2013).

Gráfico 1. Pessoas naturais da Unidade de Federação, que residiam há menos de 10 anos ininterruptos na Unidade de Federação, por sexo, grupos de idade e lugar de residência anterior (2010)



Fonte: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em julho de 2013.

De modo a completar estas informações, segundo dados do CCTN, o município possui cerca de 150 mil nordestinos, sendo eles natos ou descendentes, fato que abrange por volta de 25% da população total sorocabana.

Decorrente de processos históricos e espaciais, a migração nordestina em Sorocaba se concentrou e permanece concentrada nas regiões norte e oeste da cidade, onde ainda se percebem resquícios de valorização de sua identidade.

Porém, dentro do processo histórico da divisão territorial do trabalho, atualmente fica difícil constatar com clareza o fluxo ou preferência de deslocamento e fixação pelos migrantes. Aqueles que já possuem alguma forma de contato, seja familiar ou não, geralmente se concentram junto a seus conhecidos. Porém, aos migrantes cuja perspectiva é incerta e, até certo ponto, solitária, a moradia geralmente é influenciada pela oportunidade de emprego, como verificada na fala de S. R. M.:

Então, o que acontece, eles vêm procurar é... cidade grande. São Paulo... Sorocaba... Né, eles vão até São Paulo, de São Paulo vem prá cá. Eles gostam muito de Sorocaba. É. Eles caem muito aqui em Sorocaba, por quê? Porque é uma cidade, que assim, oferece... num é né, uma cidade grande, porém, uma cidade acolhedora. É uma cidade que assim... tem muita... muito emprego em construção civil. Então, é... eles vêm pra trabalhar justamente nessa área. Informalmente.

O processo de globalização, desenvolvido e alimentado no bojo do modo de produção capitalista, tende a homogeneizar (padronizar) as diversas expressões culturais presentes em diferentes regiões do espaço geográfico. Porém, essa (re)produção espacial acaba por acirrar, de forma contraditória, desigualdades e especificidades que as diversificam. Apoiados nessas condições, ainda há locais nos quais costumes antigos sobressaem a quaisquer tendências homogeneizantes e resistem perante a insistência das novas condições de sobrevivência cultural impostas pela economia global-local, numa atitude de autoafirmação identitária.

A diversidade territorial e o processo de regionalização envolvem ações e resultados que aparecem sob diferentes graus e naturezas. Enquanto estas se relacionam às singularidades e especificidades regionais, numa abordagem mais qualitativa que ressalta as diferenças culturais, aqueles se encontram relacionados às particularidades e às desigualdades do espaço, numa esfera quantitativa e limitada. Fruto da globalização, tal relação evidencia a dialética de inclusão-exclusão e de dominância-resistência que se revelam num cenário espacial-geográfico cada vez mais corrompido pelo mercado.

Assim, podemos compreender o fato da região sul da cidade de Sorocaba haver sido designada, historicamente, à reserva do capital e, hoje, estar configurada por condomínios e bairros de classe média alta. Já a região norte, até então com pouco investimento, coube “acolher” a massa de migrantes nordestinos, pois seu passado é de loteamentos de tamanho pequeno (5m x 25m ou 125m²) que, ao passar dos anos, concentrou um número cada vez maior de famílias de baixa renda (COSTA, PÉREZ e SILVA, 2001, s./ p.). Decorre disso e da falta de aproximação entre as classes economicamente mais “baixas” e as “superiores” (que então se encontravam “anestesiadas” pela possibilidade de crescimento social e econômico) uma ocupação da zona norte também pelas

classes mais abastadas, a partir da especulação imobiliária, embora ainda se apresente um bom contingente populacional de origem nordestina, como destaca J. N. S.: *“Então, eu tenho alunos descendentes... tem alunos também que vieram... de lá. No bairro aqui. Eu escolhi o bairro porque tem uma gama de nordestinos aqui. [...] Aqui é Paineiras. Zona Norte de Sorocaba”*.

Em meio a este novo espaço e aos desafios existentes, a (re)configuração e a (re)estruturação da identidade cultural enfrentam os desafios políticos, econômicos e sociais vigentes, confrontando também a própria intenção homogeneizadora da globalização. A tendência é que haja a “reconstrução da heterogeneidade e da fragmentação via novas desigualdades e recriação da diferença em todos os cantos do planeta” (HAESBAERT *apud* HAESBAERT, 1999, p. 16).

A este fato, acrescenta Harvey:

[...] quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital. O resultado tem sido a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual efêmero no interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global altamente unificado (HARVEY, 1989, p. 267).

Deste modo, o tamanho do desafio que o processo migratório enfrenta, instituído de uma identidade cultural ao se configurar sob os diferentes espaços políticos, nasce de uma essência econômica igualmente oportunista e deturpadora. Neste sentido, cabe a observação de J. N. S.:

E há uma elite que coloca aqui a cultura que ela pretende né... [...] Então a cultura que eles fomentam é essa, a cultura de consumo de mercadorias... Não cultura de consumo de valores culturais, dentre os quais a produção musical, por exemplo, que isso é valor. Que faz refletir.

O depoente refere-se à marginalização a qual é colocada a cultura popular, no caso, nordestina, por parte do poder público de Sorocaba, uma vez que contribui com a divulgação da cultura como mercadoria.

A identidade cultural nordestina

Verifica-se, em Sorocaba, um processo de reterritorialização de migrantes nordestinos que, uma vez instalados no município, construíram suas histórias tendo como referência seu passado na terra natal. A desterritorialização e a posterior reterritorialização trazem, no bojo desse processo, um conjunto de

manifestações culturais que se fazem presentes no cotidiano, as quais não se dão somente no âmbito da festa – talvez da religiosidade popular – mas também no saber fazer, nas crenças e superstições, na culinária, etc.

Nesse sentido, a memória se faz presente na sua forma coletiva; é a memória como herança daqueles primeiros migrantes que se mantém viva por meio das manifestações culturais como forma de reafirmar a identidade. Há aqui uma conexão, interposição, ou entrelaçamento entre tempo e espaço: dois tempos, dois espaços, dois ritmos de vida, duas realidades que se colocam frente a frente em um mesmo momento histórico. Ora há o reforço da identidade territorial do passado, do local de origem ora a sua negação reafirmando uma identidade da cidade, do urbano paulista que representa “o moderno”.

Essa recusa do passado fica evidente quando o migrante, muitas vezes, não quer se identificar como nordestino, para “camuflar-se” perante o preconceito interno e externo a ele próprio. Por isso, acaba negando o CCTN que, como organização associativa de caráter filantrópico, técnico, educativo, de divulgação e promoção da cultura, da tradição e dos costumes do povo nordestino, reafirma e valoriza cada vez mais essa identidade. Também se fazem presentes aqueles que, mesmo sabendo e apoiando a entidade, preferem manter suas expressões culturais originais dentro do próprio lar, junto ao núcleo familiar e de amigos. Ou seja, não manifestam publicamente sua identidade com a cultura nordestina.

O fato é que, alimentando o próprio preconceito ou sendo reprimido de outros modos, economicamente, por exemplo, o migrante se torna muito mais vulnerável aos anseios da globalização e à lógica neoliberal, acelerando ainda mais as transformações culturais. Vale lembrar que, apesar da cultura se reconstruir diante de novas territorialidades, confirma-se, como na fala de um dos entrevistados, a incapacidade das manifestações da cultura popular nordestina se refazerem de modo completo já que, à identidade, atribuem-se também os vínculos pessoais de cada migrante, “deixados para trás” após a partida: *“Assim, nunca vai ser igual lá. Porque lá... eu num sei. É um vínculo que... eu num sei como explicar. É uma sensação que você só vai sentir lá, participando lá, porque lá é único”* (A. L. S.).

Tratando aqui da cultura nordestina tradicional e de modo a compreendê-la como fruto de complexidades vindas de sua própria origem, toma-se o cuidado de não determiná-la ao alcance da referência utilizada, a qual somente serve de base para apurar o olhar daquela que, frente ao novo meio, ora se reprime, ora se dissemina, porém, sempre se adapta ao novo espaço.

Desse modo, evidencia-se um processo de recriação e/ou ressignificação cultural que, ligado àquele que o permite dentro de si e o identifica como sua raiz, acaba por moldá-lo a cada novo meio. Surgem, assim, novas formas de expressão. Porém, há de se considerar que a manifestação cultural na sua plenitude só se concretiza, para o migrante, no cenário de sua criação original.

O papel do CCTN em Sorocaba

Como instituição de caráter filantrópico, o Centro Cultural de Tradições Nordestinas de Sorocaba – CCTN não se apresenta como organização em escala nacional, tampouco em rede. Trata-se de uma instituição local, com estatuto próprio, sem conexões com o conhecido CTN-Centro de Tradições Nordestinas de São Paulo ou qualquer outra organização de caráter similar. Foi fundado e é gerenciado por pessoas que, se encontrando na condição de migrante nordestino, perceberam a necessidade de organização da população cujos direitos, dentre eles, o de expressão cultural, estavam sendo esquecidos e negados no local de destino.

Localizado à rua Sarutaiá, no centro de Sorocaba, no início de suas atividades em 2005, o CCTN contava com o apoio do grupo de músicos e dançarinos Bambaê di Fulô e realizava eventos de culinária nordestina, apresentação de bandas e cursos. Por incômodo da vizinhança, o CCTN mudou de endereço e passou a ocupar, a partir de 2009, a sede da Avenida Itavuvu, local mais periférico. Com isso, o fluxo de frequentadores diminuiu devido a distância do local em relação à sede anterior, que era central e de acesso mais fácil. Durante o tempo em que permaneceu na Avenida Itavuvu, zona norte de Sorocaba, o CCTN desenvolveu atividades junto à comunidade, tais como oficinas de bordado, capoeira, ginástica, forró, canto de repente, maracatu, jantares temáticos, entre outros.

Cumprindo e realizando festividades fixadas no seu calendário oficial, o CCTN promoveu, em 24 de junho de 2012, o Dia Municipal do Nordeste e entre os dias 24 e 30 do mesmo mês, a Semana da Nordestinidade¹, em 8 de outubro, o Dia Nacional do Nordeste e, em 13 de dezembro do mesmo ano, o Dia das Tradições Nordestinas (CCTN, 2012).

Para homenagear os migrantes, em 2003 a Câmara de Vereadores de Sorocaba promulgou a Lei que instituiu o Dia das Tradições Nordestinas. A data foi instituída para homenagear cerca de 150 mil pessoas, entre migrantes nordestinos e seus descendentes que existem na cidade, segundo o CCTN (Centro Cultural de Tradições Nordestinas). O contingente foi calculado com um levantamento das famílias que chegaram nos últimos 60 anos: é 25% da população local. (SOROCABA GLOBALIZADA, abril de 2013).

Próximo de fechar sua sede devido ao alto custo para a sua manutenção, o CCTN continha cerca de duzentos cadastros de frequentadores, número pequeno, segundo sua presidente Selma Regina da Silva Araújo, resultante da problemática do próprio “preconceito” de expor e assumir suas origens e sua condição de migrante.

Sem o apoio concreto da Prefeitura Municipal ou de outros órgãos públicos ou privados, sustentar economicamente a sede do CCTN passou a ser um desafio durante alguns meses até que o contrato de aluguel do imóvel não pode mais ser renovado. Em busca de soluções, Selma procurou os direitos do CCTN, porém, houve reação contrária por parte da política administrativa cultural da cidade, o que somente reforçou os interesses em que se colocam os investimentos culturais locais, sob aquilo que foi “verticalmente” instituído como a “verdadeira identidade sorocabana” – baseada no caráter de uma história simplificada, de repressão e marginalização das baixas classes sociais passadas e presentes, e de movimentos que, de alguma forma, desestruturam toda a hierarquia local.

Apesar da dificuldade de não possuir mais uma sede própria, o CCTN continuou a promover eventos como a 5ª Festa de Tradições Nordestinas, realizada em dezembro de 2013, no centro de Sorocaba. Porém, o início do ano de 2014 trouxe novas perspectivas à instituição, pois, em março, ao completar exatos dez anos de muita paciência e dedicação em favor de um espaço com apoio da prefeitura sorocabana, o CCTN finalmente recebeu uma área para construção de uma nova sede. Esta ficará na zona norte da cidade e, segundo Selma, terá museu, salas de aula, biblioteca, “cordelteca”, dentre outras atividades que devem surgir quando a sede estiver em funcionamento. Tal fato representa uma possibilidade e uma garantia a mais para a continuidade e a repercussão da identidade cultural nordestina no município de Sorocaba, em respeito a seus migrantes.

Expressões da cultura nordestina em Sorocaba

Os vínculos com o local de origem nunca são completamente desfeitos no processo migratório. Mesmo que não haja conexões reais e concretas, há sempre a memória do lugar, que participou da construção da personalidade do migrante, de forma a compor a sua história. Nos casos apresentados em Sorocaba, os migrantes entrevistados disseram ter contato com a cidade de origem e, sempre que possível, retornam para ela a fim de rever parentes ou mesmo vivenciar manifestações da cultura nordestina como as Festas Juninas.

Constatou-se ainda que as manifestações culturais que também acontecem em Sorocaba possuem semelhanças com aquelas provenientes do Nordeste, porém assumem perspectivas distintas de acordo com a própria rotina e a intenção do migrante. E, quando realizadas por órgãos oficiais da cidade, a exemplo da Festa Junina, podem assumir um caráter mais de celebração oficial do que festivo, mais comercial do que cultural.

Apesar das tentativas de cooptação da expressão popular pela lógica de mercado, exemplos das manifestações da cultura nordestina puderam ser encontrados em Sorocaba, conforme brevemente apresentado a seguir.

A *Arte em Barro* é uma das expressões nordestinas em que o artesanato é produzido em argila e pintado à mão e que foi exposta durante a festa “*Arraiá*

Fora do Eixo". Este chama a atenção por seu aspecto único e a representação de bonecas, cujas peças trazem o cotidiano e recortes de temáticas e personagens históricos do Nordeste, como as baianas, os cangaceiros, os retirantes, etc..

Também integrando a identidade nordestina, o *Bumba-meu-boi* representa um produto da tríplice miscigenação com influência indígena, negra e portuguesa, cujo folguedo possui enredos variantes no Maranhão. A versão mais popular remete ao desejo de uma escrava comer a língua do boi que, então, é morto por seu marido (CASCUDO, 2001, p. 80). Assim como o *Coco*, essa manifestação é vivenciada no Núcleo de Cultura Popular Leão da Vila, do Centro Cultural Quilombinho, em Sorocaba.

Segundo Câmara Cascudo (2001, p. 147), o *Coco de Roda* remete a uma dança nordestina presente nos estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Alagoas e do Piauí. Com raízes africanas, nos dois primeiros estados citados, ele assimila alguns aspectos da dança e composição dos integrantes. Já no Piauí, ele apresenta formas variantes de dança e ritmo.

Sendo uma das representações da cultura nordestina mais cultuada em lares, festas e casas noturnas de Sorocaba, o *Forró* se caracteriza por ser um ritmo e uma dança mestiços de influências culturais de toda a Região Nordeste. No dicionário de Câmara Cascudo (2001, p. 249), o aparecimento do forró (música e dança) remete à segunda metade do século XX com a migração de nordestinos para Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. O forró faz parte do calendário de algumas casas noturnas de Sorocaba que buscam o contato com o ritmo, seja ele tradicionalmente pé-de-serra ou "universitário". Grupos sorocabanos como o Trio Macaíba, o Velha Maromba e o Forró Euzébio são exemplos de artistas que integram estes eventos.

Já a presença da *Capoeira*, que possui origens mais remotas em Angola, antes representava uma "forma de luta, muito valiosa na defesa da liberdade, de fato ou de direito do negro liberto" (CARNEIRO *apud* CASCUDO, 2001, p. 111). Em Sorocaba, a capoeira possui diversos espaços de ocorrência, como por exemplo a Associação Capoeira Liberdade, dos quais muitos mestres são nordestinos.

Assim como o *Coco* e a *Capoeira*, o *Maracatu* possui raízes africanas que representam, há mais de quatrocentos anos, a música e as tradições dos escravos provenientes da África. Ele integra dança, ritmo e canções tradicionais do Nordeste e, dentre seus tipos, tem-se o de Baque Virado (ou Maracatu Nação) que surgiu em Pernambuco durante o período escravista, entre os séculos XVII e XVIII, e representava as coroações e os autos do Rei do Congo. Está presente na cidade por intermédio de grupos como o Leão da Vila, a Comunidade do Tambor, o Matinta Pereira, entre outros.



Maracatu Leão da Vila

Autora: GOMES, Amanda Alves. Data: 20/11/2010.

Artistas locais acabam promovendo eventos informais que culminam no *Samba de Roda*, também representado pelo Núcleo de Cultura Popular Leão da Vila. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a dança é mais conhecida pela região do Recôncavo Baiano e teria surgido nos anos de 1860. De raízes na cultura dos escravos africanos presentes na Bahia, teve influência também da cultura lusitana no arranjo instrumental.

O *Canto de Repente* é o desafio entre cantadores sertanejos. Segundo Câmara Cascudo (2001, p. 584), “*repente* é a resposta inesperada e feliz, aturindo a improvisação do adversário”. Para Severino Uchoa (*apud* CASCUDO, 2001), o Canto de Repente “é a resposta rimada proferida em meio a uma conversa, o esclarecimento ou a declamação em versos. Caracteriza-se pela surpresa do tema e prontidão da rima”. O repente pode ainda se caracterizar como uma forma de protesto e é uma expressão tão espontânea que não necessita de um palco, podendo acontecer no cotidiano, fato que dificulta o mapeamento de suas ocorrências. O CCTN é um canal que permite esta manifestação cultural nordestina, a exemplo da foto, com a dupla de repentistas.



Dupla de Repentistas
Autora: GOMES, Amanda Alves. Data: 23/06/2012.

Também presente nos eventos do CCTN está a *Cordel*. Historicamente, ele vem dos povos conquistadores greco-romanos, fenícios, cartagineses, saxões etc., chegando à Península Ibérica (Portugal e Espanha) em meados do século XVI, sob os nomes de “pliegos sueltos” (Espanha) e “folhas soltas” ou “volantes” (Portugal). No Brasil, instalou-se na Bahia (Salvador) através da colonização e assim se difundiu para todo o Nordeste. Em dezembro de 2011, o CCTN promoveu um encontro de cordelistas, o que demonstra o quão importante é o Centro para as manifestações da cultura popular nordestina e a manutenção da identidade.

As rendas *Renascença* e *Filé* são outro exemplo de beleza e delicadeza da cultura nordestina. O seu tecer pode ocorrer pontualmente, com caráter espontâneo, ou em locais próprios promovidos pelo poder público como as feiras de artesanato. A renda *Renascença*, segundo a rendeira entrevistada C. L. M. B. S., tem suas origens nas proximidades das cidades de Pesqueira e de Vila de Simbres, no interior de Pernambuco, onde foi ensinada às mulheres indígenas pelos colonizadores europeus. Este artesanato, às vezes considerado banal, precisa ser valorizado, não só pela tradição, mas como verdadeira obra de arte. Já a renda *Filé*, segundo Valença e Melo (2010), é mais comum no estado da Paraíba e se caracteriza por ser utilizada em produtos mais “rústicos”, sem

muito acabamento, como em toalhas e passadeiras de mesa, roupas artesanais”. Além dos eventos promovidos pelo CCTN, esta renda também está presente em feiras de artesanato que ocorrem nas praças da cidade, como mais uma forma de reafirmar a identidade cultural de expressão nordestina trazida pelo processo migratório.



Renda Renascença

Autora: GOMES, Amanda Alves. Data: 01/12/2013.

Acompanhando a rotina no lar ou em restaurantes e em muitos eventos relacionados à cultura nordestina em Sorocaba, a *Comida Típica* merece destaque pela sua forma de se difundir na cidade, seja através dos migrantes, seja pela apreciação por parte dos próprios sorocabanos. Um dos pratos típicos nordestinos presente no dia a dia é o *Baião de Dois*, feito com arroz e feijão misturados e, conforme o estado ou a região nordestina de origem pode ser incrementado com queijo, tempero forte, linguiça etc. Além de tapioca, curau, acarajé, cocada, carne de sol (charque) e outros alimentos mais popularizados nos lares, pratos como mungunzá, bolo de carne empanado, baião de dois, buchada de bode, bobó de camarão, manteiga de garrafa e galinhada podem ser encontrados nos lares de migrantes e descendentes que mantêm a sua identidade na culinária nordestina. Ainda, em casos como o da família do entrevistado A. L. S., pode-se verificar a busca por ingredientes e temperos no Mercado Municipal de Sorocaba, cuja presença de barraca específica de alimento do Norte e do Nordeste brasileiro contribui para a manutenção da identidade do território de origem, realizada em um novo contexto socioterritorial.

Em Sorocaba, verificam-se ao menos quatro restaurantes de nomes e pratos nordestinos. São eles: “Cantinho do Nordeste” e “Rainha do Norte”, “Feijão de Corda”, “Delícia do Nordeste”, localizados na zona Norte, Central e Leste, respectivamente.

Considerações Finais

Diante de todo o material teórico assimilado, somado aos relatos orais, constatou-se que, no município de Sorocaba, há o predomínio de migrantes e descendentes advindos dos estados da Bahia, da Paraíba e de Pernambuco. No entanto, as manifestações da cultura popular nordestina ainda são restritas a poucos lugares. Enquanto o CCTN permaneceu sem sua sede para a promulgação e o resgate da identidade territorial nordestina, as manifestações culturais acabaram por se limitar a espaços como o Centro Cultural Quilombinho, algumas casas noturnas e nas próprias residências de migrantes e descendentes, localizadas principalmente nos bairros das zonas norte e oeste da cidade.

Evidencia-se, portanto, que em Sorocaba, a identidade e a manifestação da cultura popular nordestina se encontram, assim como seus detentores, marginalizados perante a sociedade local. Por mais que ela exista e seja disseminada, exaltada e vivenciada por alguns, continua escondida pelo poder público sorocabano que, ao negar apoio, credibilidade e respeito, inibe – a partir de mecanismos políticos que excluem a participação dessa cultura no circuito administrativo político cultural da cidade – a sua reconstrução espacial e cotidiana na vida de velhos e novos migrantes, bem como de seus descendentes. Desse modo, ela é ora fragmentada de “cima para baixo” ora “de baixo para cima”, em um ciclo que desconstrói o que um dia fora sonho e reconstrói o que é possível na realidade encontrada, nesse “encontro com a terra prometida”, para lembrar Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Notas

1 - Embora não tenha havido uma atenção maior ao termo “Nordestinidade” para nomear a Semana, acredita-se que o emprego de tal palavra tenha a ver com a diversidade cultural proveniente dos estados da Região Nordeste do país, de forma a contemplar as identidades dos migrantes nordestinos em Sorocaba.

Referências

- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CASCUDO, L. C. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Global, 2001.
- CCTN. Centro Cultural de Tradições Nordestinas de Sorocaba. Disponível em: <http://www.cctn.org.br>. Acesso em: XX abr. 2012.
- COSTA, A. *Mitos sobre o sertão: realidade, exageros ou simples mentiras?* Portal Virtual Barcelona, RN, Brasil. Disponível em: <http://www.barcelonarn.tk>. Acesso em: XX fev. 2013.
- COSTA, E. M. A. da; PÉREZ, N. M.; SILVA, P. C. da. “Só volto lá quando puder comprar óculos escuros”: histórias de viagens do Nordeste a Sorocaba. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidade de Barcelona, ano 50, n. 94, ago. 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-50.htm>. Acesso em: XX abr. 2012.
- HAESBAERT, R. *Região, diversidade territorial e globalização*. GEOgraphia, Universidade Federal Fluminense, ano 1, n. 1, 1999.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: maio/2013.
- MELO, M. T.; VALENÇA, L. A. *A inserção da renda filé no conceito do novo luxo*. In: IV Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade Senac. 2010. Recife. Anais eletrônicos... Disponível em: http://www.faculdadesenacpe.edu.br/encontro-de-ensino-pesquisa/2011/IV/anais/comunicacao/005_2010_ap_oral.pdf. Acesso em: XX jun. 2013.
- SEABRA, O. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. 2003. XXX f. Tese (Livre-docência) Universidade de São Paulo, 2003.
- SEADE, 2007. Disponível em: www.seade.gov.br/economiapaulista.pdf. Acesso em: 15 nov. 2012.
- SILVA, M. A. M. *Contribuições metodológicas para a análise das migrações*. (p. 57-68). HEIDEMANN, H. D.; SILVA, S. A. *Simpósio Internacional*. Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo: DG/USP, UGI, Associação Editorial Humanitas, 2007.
- SOROCABA GLOBALIZADA. *Terra de todos os povos. Sorocaba, 2013*. Disponível em: <http://www.sorocabaglobalizada.com.br/conteudo/mundo>

RESUMO

Objetivou-se, nesse estudo, analisar espacialmente as manifestações da cultura nordestina presentes no município de Sorocaba, decorrentes de movimentos migratórios atraídos pela oportunidade de emprego local. Coube ao trabalho identificar parte desse cenário cultural nordestino na tentativa de se compreender os locais que abrange, bem como se estes permanecem uniformes ou fragmentados, homogêneos ou heterogêneos no cotidiano do migrante e do descendente nordestino. Buscou-se, ainda, entender a presença do CCTN (Centro Cultural de Tradições Nordestinas) de Sorocaba na vida dos migrantes e dos descendentes, bem como na política, na cultura e na sociedade local como um todo.

Palavras-chave: Cultura popular, Migração, Identidade nordestina.

ABSTRACT

The objective of this study is to spatially analyze the manifestations of the Brazilian Northeastern culture present in the city of Sorocaba, resulted from migration movements attracted by employment opportunities. It aimed to identify part of this Northeastern cultural scene in an attempt to understand the places over which it is spread, as well as if they remain uniform or fragmented, heterogeneous or homogeneous in the migrant and Northeastern descendants' daily life. Moreover, we sought to understand the presence of CCTN (*Centro Cultural de Tradições Nordestinas*) of Sorocaba in the lives of migrants and descendants, as well as in local politics, culture and society as a whole.

Keywords: Popular culture, Migration, Brazilian Northeastern identity.

Perfil dos haitianos acolhidos pela Missão Paz: algumas evidências dos dados primários - janeiro a julho de 2015

*Patrícia Nabuco Martuscelli**
*Dirce Trevisi Prado Novaes***

Introdução

A Missão Paz, por meio do Centro Pastoral de Mediação para Migrantes (CPMM), atende diariamente dezenas de imigrantes das mais variadas partes do mundo. Dentre eles, se destacam os haitianos, grupo migratório que tem chegado ao país principalmente após o terremoto que devastou o Haiti em 2010. Dentre as causas que motivam esses fluxos migratórios, estão as mais diversas, tais como a busca por melhores condições de vida através de emprego ou estudo, fuga de uma situação de pobreza extrema e destruição do país depois do terremoto.

Nesse sentido, é importante conhecer o perfil dos haitianos que foram atendidos pela Missão Paz no período de janeiro a julho de 2015, quando foi transferida a acolhida emergencial da Paróquia Nossa Senhora da Paz (visto seu caráter estritamente emergencial) para a Sede da Pastoral da Criança da Arquidiocese de São Paulo, próximo à estação Armênia do metrô, em espaço disponibilizado pela Arquidiocese de São Paulo com o apoio da Prefeitura Municipal.

A acolhida emergencial da Missão Paz visava receber da melhor forma possível aqueles haitianos que chegavam a São Paulo e não possuíam local para dormir considerando que as vagas disponíveis na Casa do Migrante são limitadas e também que alguns haitianos não podiam ou não queriam se dirigir para albergues públicos. O cadastro para a acolhida emergencial era realizado junto às Assistentes Sociais e constava de cópia de documento de identificação

* *Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Bolsista CAPES. Voluntária do Centro de Estudos Migratórios (CEM/Missão Paz). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Deslocados Ambientais (NEPDA/UEPB).*

** *Mestre em Direito do Trabalho pela PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica. Membro do Grupo de Estudos CEM/LABUR – Centro de Estudos Migratórios/Laboratório de Geografia Urbana/USP.*

e algumas perguntas feitas pelas assistentes a fim de apreender aspectos da realidade dos imigrantes, tais como datas em que chegaram ao Brasil, datas em que chegaram a São Paulo, se já possuíam Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ao chegar a São Paulo, se possuíam algum problema de saúde.

A partir dessas informações, foi possível obter um enorme número de dados que permitiram traçar um perfil sobre os imigrantes haitianos que participaram do atendimento emergencial da Missão Paz entre janeiro e julho de 2015. Deve-se reforçar que a população que precisou de atendimento emergencial da Missão Paz chegou a São Paulo em situação de extrema vulnerabilidade social e econômica. Assim, esse artigo tem como objetivo conhecer o perfil dos haitianos mais vulneráveis que foram atendidos pela Missão Paz no período analisado. A tabulação e análise de dados de 620 haitianos permitem desenhar o perfil dessa população, o que possibilita atender melhor esse fluxo migratório e contribui para a construção e implementação de políticas públicas para os migrantes de modo geral e para os haitianos especificamente que têm sido o maior fluxo migratório para o país nos últimos 5 anos.

Considerando a origem dos dados que são os atendimentos realizados pelas Assistentes Sociais aos imigrantes, é importante ressaltar que alguns destes estavam incompletos ou porque o imigrante pode ter respondido alguma pergunta de maneira incompleta ou com informações que não condizem com a realidade. Quando erros claros foram percebidos, tais como a pessoa afirmar que chegou ao país em uma data posterior à data de sua solicitação de refúgio, e havia possibilidade de correção, esses foram corrigidos. Assim esse estudo é exploratório a partir de dados primários cuja principal função era documentar um atendimento e não realizar uma pesquisa em si.

O objetivo geral desse artigo é conhecer o perfil dos imigrantes haitianos que receberam atendimento emergencial na Missão Paz entre janeiro e julho de 2015. Seus objetivos específicos incluem: a-) obter mais informações sobre a migração haitiana para São Paulo, incluindo categorias de gênero, idade, tempo médio de deslocamento e profissão; b-) divulgar dados primários para a população geral, especialmente para estudiosos a fim de motivar novas pesquisas e estudos sobre a migração haitiana para o Brasil e para São Paulo, c-) contribuir para a construção e a implementação de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais para os imigrantes em geral e para a população haitiana em particular; d-) contribuir para a discussão sobre a situação migratória da população haitiana no Brasil; e-) informar a população brasileira, a mídia e a academia sobre a imigração haitiana em São Paulo.

Além disso, há uma carência de respostas para essa população como pôde ser visto na falta de coordenação entre os governos do Acre e de São Paulo em maio de 2015, quando da ocasião do envio de haitianos de Rio Branco para São Paulo. Entender quem são essas pessoas, como elas chegam ao país e

qual o tempo médio de deslocamento delas entre o Acre e São Paulo, ajuda a pensar maneiras de recebê-las observando a legislação internacional de Direitos Humanos, de integrá-las à sociedade brasileira para que elas possam contribuir positivamente para o crescimento e o desenvolvimento do Brasil.

A metodologia dessa pesquisa envolveu a análise de dados primários disponíveis na Missão Paz. Foram analisadas, catalogadas e tabeladas as informações de 620 haitianos que foram atendidos no acolhimento emergencial da Missão Paz entre janeiro e julho de 2015. Os documentos analisados foram cópias dos documentos de identificação dos imigrantes e respostas desses imigrantes às perguntas das assistentes sociais (informações anotadas no verso de cada ficha). Além disso, foram observadas as fichas de acompanhamento de atendimento das assistentes sociais que continham as datas em que o atendimento foi realizado. Dos documentos dos imigrantes é possível obter uma série de informações tais como nome, sexo, idade, se pediu refúgio ou não, profissão, data em que solicitou refúgio. Algumas informações incompletas, como profissão, em alguns casos, foram completadas de acordo com informações fornecidas por esses imigrantes no momento de seu cadastro junto à Missão Paz. Maiores explicações sobre os dados e as análises serão fornecidos em cada seção específica desse artigo

Dessa forma, esse trabalho se divide em seções que abordam características específicas dessas migrações. São elas: Sexo, Idade, Situação Migratória no Brasil, Trabalho, Profissão, Chegada ao Brasil e Tempo de Deslocamento para São Paulo. Em cada seção, são apresentadas pequenas conclusões e comentários sobre os dados, as análises, gráficos e tabelas que ajudam a visualizar melhor as informações apresentadas. Além disso, são propostos ao final alguns resultados e conclusões a partir da análise dos dados primários. Nessa seção, também são evidenciadas algumas perguntas que podem motivar futuras pesquisas e trabalhos sobre a imigração haitiana no Brasil.

A imigração haitiana por sexo

Apesar de se observar a entrada de mulheres haitianas, o fluxo migratório do Haiti para o Brasil ainda é predominantemente masculino. Nesse sentido, os dados podem levar a novas perguntas tais como: o que tem motivado a vinda de mulheres haitianas para o Brasil? Por que o fluxo continua predominantemente masculino? Seria exagero falar em uma feminização da imigração haitiana para o Brasil. Contudo, a chegada de mulheres demanda políticas públicas especializadas para essa população. Dessa maneira, não se pode tratar o fluxo haitiano apenas como masculino. Especial atenção deve ser dedicada às mulheres que chegam, ainda que em menor número. Vejamos o Gráfico 1 e a Tabela 1.

Gráfico 1: Haitianos divididos por sexo



Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Tabela 1. Imigrantes haitianos por sexo

mulheres	3,87%	24
homens	96,13%	596
Total	100%	620

Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan-jul/2015)

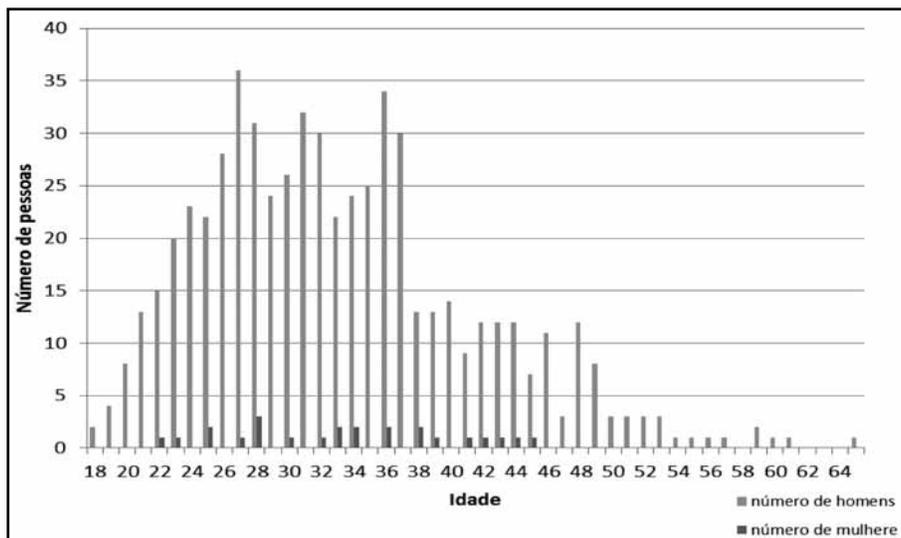
Idade dos imigrantes haitianos

Para a mensuração da idade, foi considerada a idade com que os haitianos e haitianas chegaram ao Brasil, ou seja, a idade que eles possuíam na data de entrada no país. Dessa forma, algumas informações precisam ser destacadas: é importante observar que há haitianos que chegam com apenas 18 anos no país e há os que chegam com 65 anos. Nesse sentido, é necessário pensar políticas públicas que levem em consideração as necessidades da população mais jovem, como capacitação e também as necessidades dos mais velhos que não terão tantas chances no mercado de trabalho, principalmente para desenvolver atividades que demandam maiores esforços físicos tais como agricultura e construção civil.

Deve-se ressaltar ainda que a idade média da população haitiana é de 33 anos e 47 dias, sendo a média de idade das mulheres de 33 anos e 6 meses e dos homens 32 anos. Essa é uma população em idade extremamente produtiva para o mercado de trabalho. Dessa forma, esse é um fluxo migratório com grande potencial para contribuir para a economia e o desenvolvimento dos países de destino. Ao mesmo tempo, essa é uma idade em que as pessoas ficam pouco doentes, de modo que demandam menos serviços de saúde e assistência social

(se estiverem trabalhando). A migração dessa população em idade extremamente produtiva pode estar ligada à uma estratégia de sobrevivência da família no país de origem que, ao enviar a pessoa com maior possibilidade de encontrar emprego e trabalhar, estará garantindo apoio para a família por meio do envio de remessas. O Gráfico 2 e as Tabelas 2 e 3 apresentam os dados sobre idade:

Gráfico 2: Idade de mulheres e homens haitianos atendidos pela Missão Paz



Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Tabela 2: Haitianos mais jovens e mais velhos		
Imigrantes	Mais jovem	Mais velho
Geral	18	65
Homem	18	65
Mulher	22	45

Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan-jul/2015)

Tabela 3: Média de idade dos haitianos	
Geral	33 anos e 47 dias
Homens	32 anos
Mulheres	33 anos e 6 meses

Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan-jul/2015)

Qual a situação migratória da população haitiana analisada?

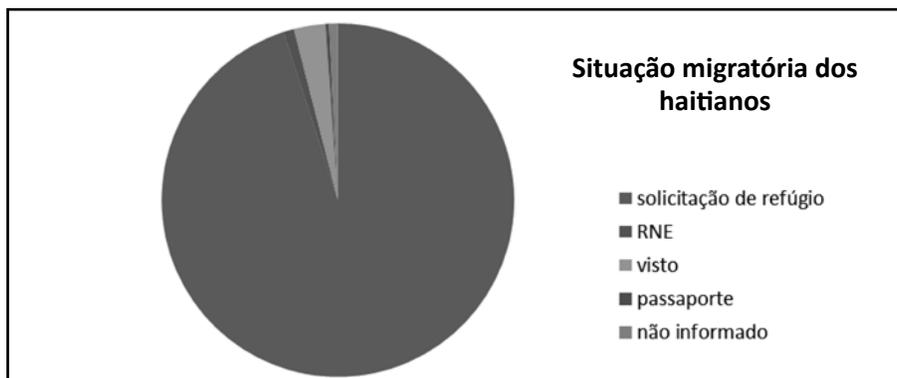
É interessante observar que a população haitiana se insere nas lógicas existentes para conseguir regularizar sua situação migratória. Pode-se observar claramente que um pequeno número de haitianos chega com visto humanitário (apenas 18). Dessa forma, o visto humanitário não era até então uma ferramenta efetiva para garantir a entrada regular de haitianos no Brasil. Ainda que o discurso governamental de garantir vistos para haitianos seja muito simples, na prática, a maior parte dos haitianos não tem acesso a esse visto. Seria interessante analisar porque isso ocorre: seria um problema nas embaixadas, o número de vistos seria insuficiente? Um fato é claro, as pessoas se utilizavam de outras maneiras para chegar ao país, inclusive com a ajuda de coitotes e atravessadores. Pode-se inferir que terceiros estão lucrando milhares de dólares todos os anos e que centenas de pessoas se colocam em uma situação de vulnerabilidade para conseguirem chegar ao Brasil. Se todos os haitianos chegassem ao Brasil com visto, eles provavelmente não gastariam seus poucos recursos com “coitotes” em travessias clandestinas e teriam condições de arcar com seus gastos até encontrarem um trabalho, de modo que dependeriam menos de assistência e acolhimento emergencial dos governos locais e de organizações da sociedade civil.

Por outro lado, a solicitação de refúgio se apresenta como alternativa jurídica de regularização migratória no país (para 565 haitianos do sexo masculino). Tanto que os haitianos já pedem refúgio antes mesmo de chegarem a São Paulo. Duas considerações devem ser feitas sobre essa questão: a primeira é que existe um acordo entre o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e o Conselho Nacional das Migrações (CNMig) para analisar os pedidos dos haitianos e garantir sua permanência. Contudo, esse processo pode demorar muito tempo e diversos pedidos ficam “perdidos” no diálogo entre essas duas instituições. O segundo ponto é que se “nega” ao haitiano o seu reconhecimento como refugiado. Isso porque, como todos os pedidos de haitianos são diretamente encaminhados ao CNMig, não há uma análise cuidadosa de cada caso e alguns haitianos poderiam ser reconhecidos como refugiados por estarem fugindo de seu país por fundado temor de perseguição por causa de sua raça, nacionalidade, opinião política, pertencimento a grupo social ou grave e generalizada violação de direitos humanos, como consta na lei 9474/1997. Outras alternativas para regularizar a situação migratória envolvem nascimento de filho brasileiro e casamento com cidadãos brasileiros, dessa forma o haitiano tem possibilidade de permanência no país como disposto no Estatuto do Estrangeiro (1980).

Por fim, é necessário ressaltar que todas as mulheres analisadas solicitaram refúgio. Se a hipótese de que os homens haitianos vêm primeiro para o país e depois trazem as mulheres estivesse correta, essas mulheres teriam maior tempo para solicitar o visto humanitário no Haiti ou em qualquer um dos países entre o Haiti e o Brasil. Dessa forma, seria importante estudar porque essas mulheres

que, em teoria, teriam mais possibilidades de solicitar o visto humanitário não o fizeram. A travessia entre o Haiti e o Brasil, como relatado por diversos haitianos, é especialmente dura. As mulheres estão mais sujeitas à violência de gênero, dentre elas abusos sexuais. Sendo assim, seria do interesse que essas chegassem ao Brasil de maneira regular. Tais informações podem ser observadas no Gráfico 3 e nas Tabelas 4 e 5 abaixo:

Gráfico 3. Situação migratória dos haitianos



Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Número Total	620	100%
Solicitante de Refúgio	589	95%
RNE¹	6	0,97%
Visto	18	2,9%
Passaporte	2	0,32%
Não informado	5	0,81%

Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Haiti	13
Equador	1
Peru	1
Não informado	3

Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

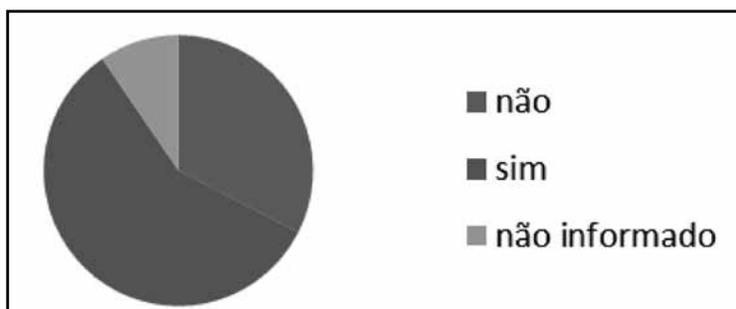
O acesso da população haitiana à Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS

Os dados mostram que mais de 50% dos homens e mulheres haitianos atendidos já chegaram a São Paulo com a Carteira de Trabalho em mãos. Essa informação pode revelar duas observações importantes: o objetivo central dessa migração, cujo foco está na busca por trabalho e o fato de que a maior parte desses imigrantes já chega à cidade de São Paulo com esse documento, de modo a não depender tanto desse serviço na cidade. As Tabelas 6 e 7, e os Gráficos 4 e 5 apresentam maiores informações sobre a CTPS de mulheres e homens haitianos na Missão Paz:

Homens	não	sim	não informado	total
	194	345	57	596
Porcentagem	32,55%	57,89%	9,56%	100%

Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Gráfico 4. Homens que chegaram à Missão Paz com CTPS

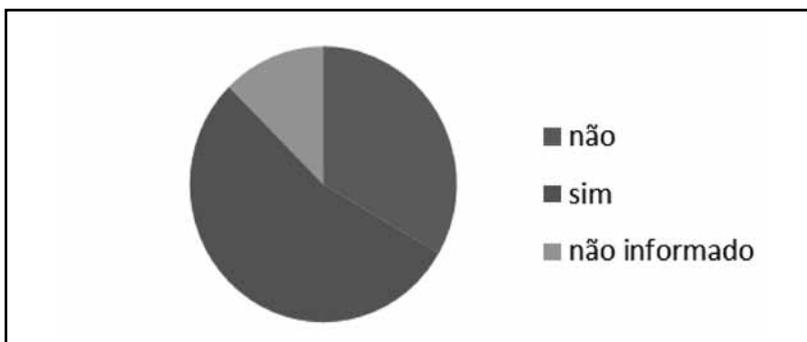


Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Mulheres	não	sim	não informado	total
	8	13	3	24
porcentagem	33,34%	54,16%	12,50%	100%

Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Gráfico 5. Mulheres haitianas que chegaram à Missão Paz com CTPS



Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Profissão e formação da população haitiana

Sobre a profissão dos haitianos, é incerto considerar a sua formação profissional apenas pela sua declaração. Isso porque a profissão informada pode ser tanto aquela que o haitiano já exercia em seu país de origem ou a que deseja exercer no Brasil, o que não necessariamente corresponde à sua formação educacional ou aquilo que ele desempenhava no Haiti. O quesito profissão é aquele com menos informações no banco de dados da Missão Paz. Quando a profissão não é declarada, várias situações são possíveis: a primeira é que o imigrante, por quaisquer motivos, não quis declará-la; a segunda pode-se considerar que esse haitiano esteja buscando inserção no mercado de trabalho e a terceira é que ele não possui qualquer formação. Assim, esse indicador não pode ser utilizado para entender a inserção laboral desses imigrantes no mercado de trabalho, porque não se sabe quantos estão de fato exercendo a profissão declarada. Contudo, a partir da declaração profissional, pode-se inferir sobre sua formação profissional.

No grupo das mulheres, o maior destaque é para a profissão de comerciante (70% das mulheres). Essa profissão é mais fácil para as mulheres porque não depende de muita qualificação. Há ainda mulheres que teriam maior qualificação tais como aquelas que se declararam administradoras, contabilistas e enfermeiras (12,5% delas).

Dentre os homens, destacam-se profissões de pouca qualificação tais como pedreiro (27,18% do total), agricultor (9,22% do total), comerciante (7,04% do total). Outro número interessante são os estudantes (4,53%). Infere-se que uma parte dos haitianos começou sua formação em seu país de origem e vem para o Brasil com o objetivo último de terminar seus estudos. Contudo, isso acaba sendo muito difícil por causa da burocracia e dos procedimentos complexos para validação de diplomas, assim como as dificuldades com o idioma, a necessidade de se sustentar no Brasil e ainda, muitas vezes, enviar dinheiro para casa. Essas são barreiras enfrentadas também por aqueles qualificados que são professores

(11), jornalista (1), contabilista (1), contador (1), fotógrafo (1), técnicos em diferentes setores (10, totalizando cerca de 4,19% dos haitianos que chegaram ao país). Percebe-se claramente que essa mão de obra qualificada, na maior parte das vezes por diferentes dificuldades, não se insere no mercado de trabalho da forma que seria mais vantajosa para a economia e o desenvolvimento do país. Além disso, a maior parte da população haitiana está voltada para o setor de serviços, especialmente para a construção civil no caso dos homens, e declara profissões de baixa qualificação. Tais informações podem ser observadas nas Tabelas 8 e 9, e, nos Gráficos 6 e 7:

Tabela 8. Profissão das mulheres haitianas	
Profissão	Profissionais identificadas
administradora	1
Auxiliar de serviços gerais	1
comerciante	17
contabilista	1
enfermeira	1
esteticista	1
não informada	1
vendedora	1

Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Gráfico 6. Profissão das Mulheres Haitianas



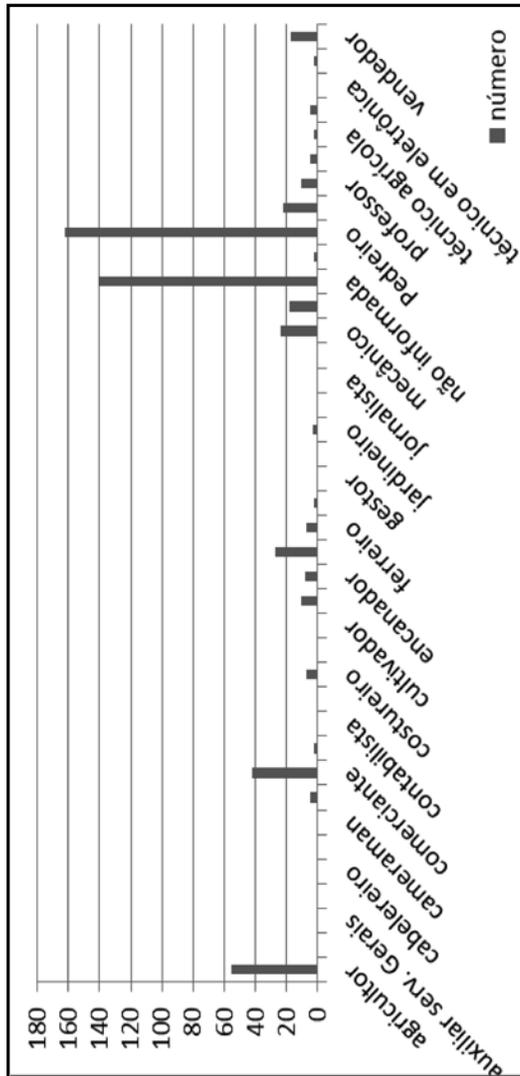
Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Tabela 9. Profissão dos homens haitianos	
Profissão	Profissionais identificados
agricultor	55
auxiliar de limpeza	1
auxiliar serv. Gerais	1
avicultor	1
cabeleireiro	1
camareiro	1
cameraman	1
ceramista	5
comerciante	42
construtor	2
contabilista	1
contador	1
costureiro	7
cozinheiro	1
cultivador	1
eletricista	11
encanador	8
estudante	27
ferreiro	7
fotógrafo	2
gestor	1
hotelaria	1
jardineiro	3
jogador	1
jornalista	1
marceneiro	1
mecânico	24
motorista	18
não informada	141
negociante	2
Pedreiro	162
pintor	22

professor	11
soldador	5
técnico agrícola	2
técnico de informática	5
técnico em eletrônica	1
técnico em refrigeração	2
vendedor	17

Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Gráfico 7. Profissão dos homens haitianos



Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Tempo de deslocamento para chegar a São Paulo

Sobre as datas de chegada, algumas estimativas foram feitas a partir da data de solicitação de refúgio. Para fins estatísticos, aproximou-se a data de solicitação de refúgio com a data de chegada ao Brasil, visto que os haitianos já chegavam a São Paulo com o protocolo.

As datas de chegada ao Brasil e a São Paulo são informações normalmente fornecidas pelos próprios haitianos, que podem incorrer em erros tais como informar datas depois da data de solicitação de refúgio (nessas ocasiões, foi considerada a data de solicitação de refúgio como a correta visto que não é possível solicitar refúgio sem estar em território nacional). Na informação sobre a chegada a São Paulo, quando o haitiano informou a data precisa, essa foi considerada. Quando essa informação não estava disponível, foi utilizada a data do atendimento realizado na Missão Paz. Interessante observar que o tempo médio de chegada para os homens é de 22 dias e para as mulheres é de 19 dias. Alguns deles conseguem se deslocar para São Paulo em apenas 1 dia, já outros demoraram 290 dias. Os dados permitem observar que a maior parte dos haitianos chega em pequenos grupos tendo entrado pelo Acre. Alguns poucos entraram pelo Mato Grosso. Maiores informações podem ser encontradas nas Tabelas 10 e 11:

Tabela 10. Tempo médio de chegada dos haitianos até São Paulo		
Tempo médio de chegada	Mulheres (dias): 19,08	Homens (dias): 22,31

Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Tabela 11. Dias necessários para chegar a São Paulo		
Dias que necessários para chegar a SP	Número de homens²	Número de mulheres
1	4	1
2	2	0
3	3	0
4	1	0
5	8	0
6	7	0
7	9	0
8	13	0
9	13	0

Dias que necessários para chegar a SP	Número de homens²	Número de mulheres
10	20	0
11	38	3
12	41	1
13	35	4
14	32	0
15	34	4
16	22	0
17	28	0
18	24	0
19	14	1
20	20	1
21	26	3
22	11	0
23	13	2
24	14	0
25	14	0
26	10	0
27	10	0
28	12	0
29	7	1
30	5	0
31	8	0
32	2	0
33	9	0
34	2	0
35	1	0
36	4	1
37	4	0
38	2	0
39	2	0
40	3	1
41	1	0
42	10	0

Dias que necessários para chegar a SP	Número de homens²	Número de mulheres
43	2	0
44	1	0
45	0	1
46	1	0
47	1	0
48	1	0
50	1	0
51	3	0
52	2	0
53	1	0
54	2	0
55	1	0
56	1	0
63	1	0
66	1	0
71	1	0
75	2	0
79	1	0
84	1	0
93	1	0
95	1	0
101	1	0
107	1	0
114	1	0
126	1	0
133	1	0
134	1	0
137	1	0
141	1	0
179	1	0
217	1	0
290	1	0
Total	575	24

Fonte: Cadastros de atendimento da Missão Paz (jan – jul/2015)

Considerações

A análise dos dados permite entender um pouco mais sobre o perfil dos imigrantes haitianos atendidos no acolhimento emergencial da Missão Paz entre janeiro e julho de 2015. Tendo sido analisadas informações de 620 haitianos (596 homens e 24 mulheres), algumas considerações podem ser delineadas:

A primeira delas é que o fluxo migratório do Haiti para o Brasil continua composto por homens em idade produtiva buscando inserção no mercado de trabalho brasileiro. Se por um lado há uma grande variação de idade dessa população entre 18 e 65 anos, a média etária é de 33 anos e 47 dias, o que configura o auge da aptidão à produtividade laboral.

Sobre a atuação dessa população no mercado de trabalho, a maior parte dela se direciona principalmente para o setor de construção civil, no caso dos homens, e o setor de comércio, no caso das mulheres. E também há haitianos profissionalmente qualificados que são administradores, professores, jornalistas, contadores, fotógrafos, dentre outros.

O visto humanitário fornecido nas embaixadas brasileiras no caminho entre o Haiti e o Brasil atingiu apenas 2,9% de todos os casos estudados. Nesse sentido, carecia um meio regular para os haitianos entrarem no país. Ao mesmo tempo, terceiros (coiotes, agenciadores, atravessadores, etc.) estavam lucrando muito com a vinda de haitianos, considerando que mais de 97% dos haitianos entraram no país sem visto humanitário ou outro documento reconhecido pelas autoridades brasileiras. É provável que eles tenham contado com alguma “ajuda” para realizar esse percurso. Dessa forma, foi necessário que o governo reavaliasse essa situação e buscasse mecanismos políticos institucionais que tornassem o visto humanitário mais acessível aos interessados.

Algumas considerações devem ser feitas sobre a chamada “feminização” desse fluxo migratório. As mulheres, ainda que em pequeno grupo, começam a chegar ao país. Assim, faz-se necessário pensar e implementar políticas públicas dirigidas para essa população. Seria interessante estudar porque todas as mulheres analisadas chegaram ao país sem visto humanitário, pois seria esperado que elas tivessem mais tempo para conseguir o documento no Haiti ou em outro país de trânsito migratório.

Por fim, outro achado desse breve levantamento ressalta o tempo de deslocamento dos haitianos do Acre para São Paulo que é de cerca de 20 dias. Dessa maneira, há tempo suficiente para que eles peçam refúgio e façam a Carteira de Trabalho nos estados de entrada. Naquele momento, a maior parte deles continua a chegar pelo Acre em pequenos grupos.

Algumas futuras questões de pesquisa podem ser desdobradas a partir dos dados dessa pesquisa e motivar outros trabalhos em diferentes áreas do conhecimento:

- Por que as mulheres haitianas começaram a vir para o Brasil? Quem são essas mulheres? Por que o fluxo continua predominantemente masculino?

- Por que o visto humanitário não era uma alternativa viável para a entrada regular de haitianos no Brasil no período analisado?
- Será que o sistema brasileiro de regularização migratória para haitianos consegue proteger e garantir direitos para essa população?
- Quem estava “lucrando” com a entrada dos haitianos de maneira irregular no Brasil? Qual o percurso migratório e os riscos que essa população enfrentava?
- Os haitianos que chegam a São Paulo ficam na cidade de São Paulo? O que acontece com eles depois do acolhimento emergencial?

Essas são apenas algumas reflexões que pretendem motivar mais estudos sobre a população haitiana no Brasil e em São Paulo. Desse modo, esse trabalho pretendeu contribuir para traçar um perfil dos haitianos recém-chegados a São Paulo entre janeiro e julho de 2015 com base na tabulação e análise de dados primários registrados nas fichas cadastrais de atendimento da Missão Paz. Novas pesquisas que utilizem tanto a literatura já existente sobre migração haitiana quanto os dados primários disponibilizados nesse perfil poderiam contribuir para entender melhor esse fluxo migratório para o Brasil e assim desenvolver e implementar políticas públicas que atendam as diferentes necessidades dessa população. Nesse sentido, a Missão Paz encontra-se aberta para colaborar com pesquisadores, estudantes, autoridades do poder público e outras organizações da sociedade civil, para que juntos possamos receber e integrar os imigrantes, garantindo seus direitos humanos e promovendo seu potencial para contribuir com o desenvolvimento social tanto nos países de origem como no Brasil.

Notas

1 - Organização fundada pelos padres scalabrinianos em São Paulo, com a construção da Igreja Nossa Senhora da Paz em 1940 que tem como objetivo acolher migrantes. Mais informações podem ser encontradas em: <http://www.missaonspaz.org/>. Acesso em 02 maio 2016.

2 - Refúgio é uma proteção internacional criada pela Convenção das Nações Unidas sobre o *Status* de Refugiados de 1951. Essa classifica o refugiado como uma pessoa que tenha saído de seu país de origem ou de residência habitual por causa de um fundado temor de perseguição devido a sua nacionalidade, raça, religião, opinião política ou pertencimento ao grupo social. No Brasil, a legislação que trata de refúgio é a lei 9474/1997, que dentre outras definições demanda que a pessoa esteja em território nacional para solicitar refúgio.

3 - RNE significa o Registro Nacional de Estrangeiros. Trata-se de um número de identificação de estrangeiros residentes permanentes no país.

4 - Foram dispensados aqueles que chegaram com visto diretamente a São Paulo e aqueles que não tinham informações sobre data de chegada.

Referências

- BRASIL – CASA CIVIL. *Estatuto do Estrangeiro* (Lei nº 6.815/1980). Brasília-DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em 20 abr. 2016.
- BRASIL- CASA CIVIL. *Lei nº 9474/1997*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm. Acesso em 28 abr. 2016
- UNITED NATIONS. *Geneva's Convention Relating to the Status of Refugees, 1951*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/3b66c2aa10.html>. Acesso em 28 abr. 2016
- UNITED NATIONS. *Protocol Relating to the Status of Refugees, 1967*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/3b66c2aa10.html>. Acesso em 28 abr. 2016

RESUMO

Esse artigo apresenta um estudo exploratório a partir da análise de dados de 620 haitianos que foram atendidos no acolhimento emergencial da Missão Paz entre janeiro e julho de 2015. Os registros analisados foram cópias dos documentos de identificação dos imigrantes e respostas desses às perguntas feitas pelas assistentes sociais no momento de seu cadastro na Missão Paz. O objetivo principal desse trabalho é contribuir para o estudo da imigração haitiana para o Brasil, por meio da abordagem de dados primários fornecidos pela Missão Paz. Como objetivos secundários, destacam-se contribuir para a criação e construção de políticas públicas que atendam as diferentes necessidades dessa população e informar melhor a academia, a sociedade civil e os tomadores de decisão sobre a situação dos haitianos em São Paulo. Suas principais conclusões são que o fluxo migratório haitiano estudado era predominantemente masculino; a solicitação de refúgio permanecia como principal alternativa de regularização migratória; a população haitiana que chegava ao Brasil estava em plena idade produtiva, porém, esta nem sempre era inserida no mercado de trabalho brasileiro de acordo com sua qualificação.

Palavras-chave: haitianos, migração, acolhimento emergencial, Missão Paz.

ABSTRACT

This article presents an explanatory study with the analysis of data from 620 Haitians, who were received in the emergency reception in Missão Paz between January and July, 2015. The analyzed registers were the copies of the identification documents of the immigrants and the answers they give to the social assistants' questions in the moment they arrive in Missão Paz. The main objective of this work is to contribute to the study of the Haitian Immigration to Brazil, with the primary data that were provided by Missão Paz. The secondary objectives are to contribute to the creation and implementation of public policies that fit the different needs of this population and to inform the academy, the civil society and the decision makers about the situation of the Haitians in São Paulo. The articles' principal conclusions are that the analyzed Haitian migratory flux was predominant male; the ask for asylum was the main alternative of migratory regularization in Brazil and the Haitian population that arrived in the country were in the most productive age, but, it was not always inserted in the labor market according to its qualification.

Key-words: Haitians, migration, emergency reception, Missão Paz

Humanitarian Crises and Migration: causes, consequences and responses.

Susan Martin; Sanjula Weerasinghe; Abbie Taylor (org.). London / New York, Routledge, 2014, 375 p.

Nunca talvez na história tenham sido tão frequentes e tão evidentes, como nos últimos anos, os fluxos de migrações forçadas relacionadas às situações de crise humanitária. Na verdade, se existe uma novidade explosiva que denuncia a gravidade das situações limites no mundo contemporâneo, é exatamente aquela que emerge da extraordinária vaga de milhões de pessoas forçadas a deixar seu mundo e seu modo de vida comum, devido a incontroláveis ameaças à sua sobrevivência. Embora haja muita movimentação no mundo acadêmico buscando entender as imensas implicações desse fenômeno, a sua compreensão permanece sendo muito superficial. Uma tentativa de maior fôlego para dar conta da enorme proporção que vem tomando esse fenômeno é o que busca fazer a publicação *“Humanitarian Crises and Migration”*.

Essa obra apresenta um painel das muitas situações de crise humanitária que assolam o planeta, em particular aquelas ligadas ao fenômeno das mudanças climáticas, com os decorrentes deslocamentos de população. Fato novo em vários campos de conhecimento, os vários estudos que esse volume recolhe têm em comum a preocupação em tentar definir que tipo de fenômeno se trata. Daí a necessidade de reunir elementos em torno de noções como “crise humanitária”, “migração de crise”, “migrações forçadas”, “migrantes ambientais”, assim como suas relações com os *Internal Displacement Persons* (IDPs ou pessoas deslocadas internamente) e o estatuto do refúgio. Porém, a premência em apontar os caminhos para o atendimento humanitário digno dos grupos atingidos pelas crises humanitárias faz com que os autores se detenham muito mais nos dilemas políticos do direito internacional, das práticas de acolhida (e, sobretudo, de rejeição) dos países implicados, e das possibilidades de criação de políticas públicas relacionadas às “migrações de crise”.

É dessa forma que se pode entender a abordagem da primeira parte, *“Introduction and a Theoretical Perspective”* (introdução e perspectiva teórica), ao delinear a proposta e os objetivos que o conjunto da obra procura alcançar. O primeiro texto, dos organizadores do volume, faz o exercício de compor a cena criada pelos estudos de caso apresentados. A intenção é procurar

enquadrar as diferentes situações abordadas sob três conceitos maiores: “crise humanitária”; “migração de crise”; “migrações mistas”. Tendo presente que a “crise humanitária” envolve situações de ameaça a subsistência básica de grandes grupos de população, para além de sua capacidade adquirida para suportá-la, afirma que a “migração de crise” por ela desencadeada carrega uma complexidade que supera o que, normalmente, noções como “migrações forçadas” fazem referência.

Os grupos e indivíduos mobilizados pelas crises humanitárias não possuem uma motivação e perfil único: envolvem causalidades, motivações, objetivos e itinerários os mais diversificados e sobrepostos possíveis. São “fluxos mistos”, com “diferentes motivações utilizando as mesmas rotas para entrar e transitar nos países de destino”, com “estratégias mistas”, “numa complexa interação de fatores ambientais com outros de ordem social, econômica e política”, e cujas “manifestações perpassam frequentemente os movimentos que ocorrem no contexto das crises humanitárias”. São as chamadas “migrações mistas”, em que “motivações mistas” se entrelaçam, havendo migrantes que podem estar se deslocando devido a ameaças justificadas à sua integridade física, ao mesmo tempo em que buscam melhores oportunidades econômicas (p. 9-12). Em comum a todas elas, a imensa vulnerabilidade social das populações atingidas.

Dessa forma, as crises humanitárias acrescentam uma complexidade maior à toda problemática referente ao marco jurídico da proteção internacional dos refugiados e deslocados internos, ao seu reassentamento e garantia de direitos básicos, seja pela proporção que adquiriu na última década, seja pelas situações inusitadas criadas, como o fato de tomar um crescente perfil urbano.

O segundo artigo, *“Conceptualizing ‘crisis migration’: a theoretical perspective”*, de Jane McAdam, nessa mesma linha, vem aprofundar essa discussão. Para avançar na problematização da conceituação da “migração de crise”, coloca o foco de sua análise na própria ideia de “crise”: quando uma situação é julgada como tal? Como o conceito é utilizado? Quem o emprega? Com que fim? Essa discussão é importante porque ajuda a explicar a natureza e lugar das intervenções políticas sobre ela, seus condicionamentos, as lacunas normativas e institucionais do direito internacional, e a sua maneira de implementação. Até o momento, a expressão “migração de crise” se apresenta como um conceito “guarda-chuva”, em fase de “construção”, abrigando as mais diversas narrativas de situações de crise, as quais via de regra desencadeiam deslocamentos de população.

Outra questão seria se esses deslocamentos são de fato indicadores de uma verdadeira “crise”, como verdadeira situação de ameaça, ou se seria uma forma tradicionalmente adquirida de resiliência de um determinado povo. Em todo caso, a “migração de crise”, não importando seu contexto ambiental, econômico ou social, parece ser sempre “uma resposta para uma série de pressões acumuladas que tornam a vida intolerável e insustentável” (p. 34). Para além da proporção ou gravidade das diversas situações de “migração de crise”, seu

processo de construção conceitual carrega uma forte carga subjetiva, permeada de conotações e interesses políticos divergentes.

Assim, pode-se dizer que o “olhar” sobre a crise pode apresentar duas tendências: vê-la como um “evento” ou como um “processo”. Conforme o tipo de interpretação, temos um diferente “conceito instrumental de formulação de políticas”, tendendo a privilegiar soluções de assistência imediata (evento), ou a promoção de formas de resistência que implicam o protagonismo e empoderamento das populações atingidas (processo) (p. 37-38).

Tendo a consciência de que a construção do conceito “migração de crise”, como um “guarda-chuva” para abrigar as diversificadas situações de deslocamento de população devido a crises humanitárias, necessita de uma atenção redobrada quanto às narrativas sobre os muitos casos em análise, o livro recolhe na sua segunda parte uma grande variedade de estudos de caso sobre migração de crise.

A parte II do livro, *“Case studies of humanitarian crises: movements, protection implications and responses”* (Estudos de casos sobre crises humanitárias: movimentos, implicações quanto à proteção e respostas), reúne dez casos diferentes e emblemáticos. O primeiro (c. 3), *“rising waters, broken lives”* (águas subindo, vidas quebradas) traz a experiência das grandes inundações ocorridas no Paquistão (2011), que atingiu 20 milhões de pessoas, e na Colômbia (2012), com 300 mil pessoas desabrigadas. O texto estuda as relações entre o fato da inundação repentina e a crise de milhares de deslocados internos, e que políticas públicas foram acionadas desde então para o seu atendimento.

O segundo (c. 4), *“recurrent acute disasters, crisis migration”* (desastres agudos e recorrentes, migração de crise), a partir do caso exemplar do Haiti, relaciona os eventos recorrentes de desastres naturais que se abatem sobre o país e a vaga constante de migrações nas mais diferentes direções. Caso típico de “migrações mistas”, procura examinar as conexões entre as migrações devido aos desastres naturais, e aqueles motivados pela violência política e social, além da busca de sobrevivência.

No texto *“Health crises and migration”* (crises de saúde e migração, c. 5) estuda os casos de alertas mundiais sobre a ameaça de grandes epidemias (cólera, SARS, H1N1, AIDs) com a possibilidade de grandes migrações, por um lado, e as políticas de restrição de migração, por outro.

A seguir, o estudo *“Criminal violence, displacement and migration in Mexico and Central America”* (Violência criminal, deslocamentos e migração no México e América Central, c. 6), coloca a questão da violência criminal como causa de crise humanitária, na medida em que seus impactos se disseminam no tecido social de todo um país. A extensão de comunidades atingidas, as pessoas deslocadas em várias regiões, o modo como os migrantes se tornaram algumas das vítimas preferenciais dos grupos em conflito, tendem a sinalizar para a necessidade de políticas adaptadas, de grande envergadura, para a proteção dos grupos mais vulneráveis.

O texto *"Intractability and change in crisis migration"* (Intratabilidade e mudança em migração de crise, c.7) ao trazer os casos esquecidos dos norte-coreanos na China e dos burmeses na Tailândia, expõe a realidade de populações rechaçadas por regimes autoritários, seja na origem, seja no destino. A abordagem integrada dos diferentes fatores implicados na situação de crise humanitária dessas populações mostra como dependem, por sua vez, da trajetória dos regimes políticos dos países em que se localizam.

O capítulo *"Environmental processes, political conflict and migration"* (Processos ambientais, conflitos políticos e migração, c.8), ao trazer à baila a realidade emblemática da Somália, como caso prolongado e aparentemente insolúvel de crise humanitária, em que se aliam a fuga devido à seca e à fome, consequência da desertificação do país, com a decorrente e crescente violência de grupos *jihadistas*. Fazendo um histórico dessa crise humanitária multifacetada desde a época da colonização, faz-se uma análise sobre como a mútua implicação de fatores ambientais, políticos, econômicos, étnicos e religiosos, contribuíram para um deslocamento gigantesco de população.

O texto seguinte, *"Environmental stress, displacement and the challenge of rights protection"* (Pressão ambiental, deslocamentos e o desafio dos direitos de proteção, c. 9), trata da dificuldade do reconhecimento dos direitos de populações deslocadas por motivos ambientais. Para tanto, discorre sobre cinco casos diferentes: Quênia, Bangladesh, Vietnam, Gana e Etiópia.

O capítulo *"Enhancing adaptation options and managing human mobility in the context of climate change"* (Intensificando opções de adaptação e de gerenciamento da mobilidade humana no contexto das mudanças climáticas, c. 10) apresenta o resultado de uma pesquisa feita a partir de dados referentes a oito países, em que se busca criar um quadro que ajude a entender o modo como a migração pode ser uma prática de adaptação e estratégia de sobrevivência em meio às crises ambientais periódicas, como a variação das chuvas. Seus autores apontam para elementos que ajudam a elaborar um planejamento em vista de uma política de adaptação, que considere as relações de longo prazo entre mobilidade populacional, estratégias de adaptação ambiental e desenvolvimento econômico.

O texto *"Community relocations"* (Relocalizações comunitárias, c. 11) discute os efeitos do aquecimento global nas regiões do Ártico e das Ilhas do sul do Pacífico, e o necessário planejamento de realocação das populações atingidas, considerando suas características comunitárias.

O capítulo seguinte, *"Something old, something new"* (Alguns coisas velhas, algumas coisas novas, c. 12) considera as possibilidades de reassentamento de população frente às perspectivas do acirramento dos eventos climáticos extremos. Discute os modelos propostos, e propõe a elaboração de algumas linhas de orientação que busque relacionar os projetos de reassentamento com aqueles de desenvolvimento, numa abordagem holística que considere os vários aspectos das populações atingidas.

A terceira parte do volume, *“At-risk Populations”* (Populações em risco) centra-se nos casos mais novos, inusitados e complexos, que emergem desse contexto global de disseminação de crises humanitárias, os quais apontam para os limites das estruturas de regulação das políticas de proteção internacional. O primeiro caso seria o dos “não-cidadãos” estrangeiros, vítimas da violência e da guerra nos países para os quais migraram, estudado no texto *“Protecting non-citizens in situations of conflict, violence and disaster”* (Protegendo não-cidadãos em situações de conflito, violência e desastres, c. 13). Da abordagem de alguns casos recentes (Líbano em 2006; África do Sul em 2008; Costa do Marfim, 2010; Líbia em 2011; Tailândia em 2011) apresentam-se várias conclusões sobre a condição de vulnerabilidade dessas populações, tratadas como se fossem apátridas, e a inadequação dos mecanismos do direito internacional em protegê-las.

O texto *“Trapped populations: limits and mobility at times of crisis”* (Populações ‘presas’: limites e mobilidade em tempos de crise, c. 14) traz a situação dos grupos que em tempos de violência e crise social estão condenados à “imobilidade involuntária”. São justamente as populações mais vulneráveis, com menor acesso ao apoio das agências humanitárias, que devido à privação dos direitos mais elementares não possuem nem mesmo a possibilidade de fugir ou se deslocar em busca de segurança e sobrevivência.

O texto a seguir, *“Policy adrift”* (políticas a deriva, c. 15), traz a realidade igualmente grave dos grupos humanos que, no alto mar, se encontram a deriva. É o caso dos *“boat migration”* (migrações no bote), também chamados *“boat people”*, de grupos que fogem da realidade da fome, opressão e perseguição étnica, como os haitianos, cubanos e caribenhos que tentam chegar à costa da Flórida, ou mais recentemente, da minoria muçulmana *rohingya* de Myanmar, rechaçada por todos os países do sudoeste asiático. Caracterizados por uma mistura de origens, motivações e itinerários (próprios das “migrações mistas”), vagam pelo mar sem ser aceitos e reconhecidos nem mesmo em base ao direito humanitário. A resistência internacional dos países em acolhe-los é uma das mais flagrantes violações dos direitos humanos dos migrantes e refugiados.

O último texto dessa parte do volume, intitulado *“Flight to the cities”* (vão para as cidades, c. 16), trata do crescente fluxo em direção ao meio urbano, de refugiados e deslocados por motivos climáticos ou por violência. Atualmente, a tendência é que procurem se alojar nas periferias urbanas, numa situação de enorme precariedade social, se misturando a outros grupos migrantes em situação de vulnerabilidade, dificultando ainda mais o trabalho das agências humanitárias e o reconhecimento de seus direitos de proteção. Os deslocados internos, numa realidade como essa, acentuam o seu caráter de “migração mista”, próprio daqueles atingidos pelas crises humanitárias.

Por fim, um capítulo final, *“The global governance of crisis migration”* (a governança global da migração de crise, c. 17), na quarta e última parte (*“governance”*), procura fazer uma síntese, no sentido de avaliar as possibilidades

dos instrumentos atualmente existentes de governança global em criar e gerenciar políticas nacionais e internacionais que promovam os direitos dessas populações deslocadas.

Essa obra oferece, assim, uma grande riqueza de contribuições para o entendimento da realidade inusitada e atordoante dos grandes fluxos de população mobilizados por focos de crise humanitária que explodem em diferentes cantos do planeta. Afirmar isso não impede que reconheçamos os seus possíveis limites frente a uma realidade global que não se cansa de nos surpreender. Por um lado, o livro traz estudos de caso com um acento particular sobre os impactos que o aquecimento global têm sobre os deslocamentos forçados de população, gerando os chamados fluxos mistos, e na capacidade da governança nacional e internacional em garantir uma agenda de proteção e reinserção dessa população. Por outro, no entanto, é preciso reconhecer que os últimos anos têm destacado muito mais as implicações do caos político emergente em várias regiões em conflito no planeta, escapando a qualquer forma de controle, o que tem aumentado e agravado a realidade das migrações de crise.

O ano 2015 foi particularmente impressionante nesse ponto. De toda maneira, serão necessários mais estudos desse porte para uma compreensão mais aprofundada, e também com maior riqueza de informações, sobre essa realidade migratória emergente. De um lado, para resgatar as condições de vida das populações atingidas, e de outro para obter uma visão que vá além do meramente geográfico, estatístico ou político-jurídico. Ou seja, que nova humanidade está em gestação nessa realidade turbulenta e imprevisível: que juventude? Que valores culturais e humanos? Que formação comunitária e social? Que futuro para o nosso planeta?

Sidnei Marco Dornelas, cs

*Assessor da Comissão Episcopal para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial – CNBB
Grupo de Apoio do Setor Mobilidade Humana - CNBB*

Ao fim desta estrada...

Lucas Florêncio Costa

- Não vou criar meus filhos no cabo da enxada! Nós tem é que ir pro Sul, Neco. Nesse roçado não dá mais não. Socorrinho tá que não se aguenta aqui e eu não quero perder mais um fil...

Manoel aproximou seu enorme e descarnado corpo de Maria, a abraçou e antes que sua mulher terminasse a frase, rompeu seu silêncio - *Ô Maria, tu pensa bem mulher! São Paulo não é esse paraíso que cê tá pensando não...*

Manoel lembrava cada trecho, palavra e silêncio daquela conversa. Até porque havia se passado somente uma semana e meia desde que ela acontecera. Ele vinha remoendo aqueles instantes na memória desde que entrara no ônibus, rumando pra São Paulo. Lembrava-se do pano azul de Maria, presente de uma comadre, enfaixando o cabelo mal escovado dela. Recordava-se do cheiro da vasta cozinha da casa que moravam. Redesenhava em sua cabeça o cenário, puxando na memória o fogão de lenha e a sensação de sua quentura tímida. Num canto do ambiente uma mesinha à meia altura sem nada por cima, do outro lado um banco talhado no tronco de um mulungu, tudo pairando sobre o chão de terra batida. Neco lembrava até da luz que entrava pela única janela do recinto. Era uma luz tão forte que espremia os olhos de qualquer um que a visse. Era tão clara que tilintava num clarão. Era a luz do raiar de um dia qualquer do ano de 1966.

O casal era pai de seis crianças. Com sua mulher, Maria Muniz (que era uns quinze anos mais nova que ele), Neco havia conseguido a duras dores criar os seis filhos. Não que isso seja algo bonito de se escrever, pois o casal, na verdade, tivera 17 filhos. É que lá *pr'aquelas* bandas, o árido Pernambuco, cada pedaço de chão ecoa um desafio indizível. E naquele cenário, de inconfundível imensidão, Maria e Neco criaram três meninos e três meninas.

Há uns dois anos a mulher colocara na cabeça que deveria ir para o Sul. Desde que uma comadre lhe enviara uma carta do Rio de Janeiro reportando *"todas as coisas mais bonitas que há de se ter nesse mundo de Deus"* e que

sua irmã, Maria José, fora morar com o esposo em S. Paulo, Maria Muniz não tirou da imaginação o plano de *descer no mapa*, rumo a uma vida sem miséria. Já Manoel, ou melhor, *Neco* (como a mulher gostava de chamá-lo) ainda esperava uma vida melhor no sertão. Ele vira os avós e os pais morrerem naquelas terras e até então não se via muito longe de lá. E essa dualidade de expectativas era motivo de muitas e longas conversas do casal. Maria firme e decidida; Neco cheio de titubeios!

Enfim chegou o dia em que Neco se decidira e mesmo Maria há tempos desejosa da viagem, era a palavra do marido que havia de definir aquilo. Arranjos desta sociedade! Antes mesmo de anunciar sua chegada, parou diante da porta da cozinha – à qual mal comportava sua volumosa imagem, pois embora fosse magérrimo, sua estrutura óssea era qualquer coisa de monumental. Seu enorme corpo era abraçado pelo Sol do meio dia, que batia em suas costas. Neco então passou os olhos por todo o ambiente, percebendo o teto, o chão, as paredes... o calor pacífico que saía do fogão lhe chamou especial atenção. Ali, ele estivera por anos! Sua mulher, que até então estava de costas para ele, virada ao fogão à escolher feijão, por fim olhou-o. Maria, que era dessas pessoas que, ainda que mal lesse, interpretava o mundo e as pessoas com uma destreza inegável, viu nos olhos do marido uma inquietude inédita.

- Ôxi, o que você tem? Vai entrar não? Maria indagou.

Olhando para Maria, como poucas vezes havia olhado, com uma voz baixa, tão distante de sua costumeira fala, Manoel desabafou - *Decidi Maria! Decidi...*

- *Decidiu o quê homem? Que conversa é essa?* Neco procurou sua banqueta de madeira, olhou para os lados e ao encontrá-la puxou-a com uma mão e se sentou - *Nóis vamo pra São Paulo, ainda esse mês!*

- *Como é que é?* Maria então largou a cuia de feijão que vinha segurando desde que Neco entrara.

- *Vai eu e Zé. Depois vai você e os outro menino tudo. Dentro de uns... três meses, a gente tá pra lá, tudo junto.*

Titubeando uma reação, Maria se pôs a chorar. Encostou-se ao fogão e puxando o pano da cabeça, começou a enxugar as lágrimas que caíam. A notícia soara como um coice no peito dela. Ao mesmo tempo em que sorria internamente, pois sua intenção finalmente se fazia aceita, sabia que o desfile do tempo traria mais amargura por conta desta mesma decisão e por isso chorava e chorava. O marido, agora decidido, levantou-se e seu enorme corpo pôs-se a ocupar quase toda a entrada da cozinha, que era também a entrada da casa. Virou-se de costas para Maria e saiu para o terreiro. Estava gélido internamente, pois imerso na vontade de um melhor destino, mas assombrado pelo medo da mudança, do incerto.

Dezesseis dias depois, estava ele e o filho José, que era o mais velho dos seis filhos, dentro de um precário ônibus com destino a São Paulo. E é bom dizer

que adjetivar aquele transporte como um “precário ônibus” soa quase como um elogio: era mesmo um remendo metálico.

José era um rapazote que tinha lá seus 15 anos e já apresentava uma estatura formidável, tendo já alcançado o pai em altura! No aspecto físico *puxara o pai*, como se costuma dizer. As pernas do jovem, demasiadamente grandes e magras, mal cabiam entre o espaço de sua poltrona com a da frente. Assim, fizera boa parte da viagem com parte das pernas para fora da janela. Manoel vinha na poltrona do lado, junto ao filho. Seu imenso corpo também não se acomodava no espaço destinado à ele, mas sendo quem era, contentara-se em esticar uma das pernas no corredor esburacado do ônibus. Neco trazia consigo um saco de pano, de tamanho médio. Ali levava o documento dele e do filho, a carta de sua cunhada onde constava o endereço dela, uma banda de bolo de massa puba e uma *lata de biscoito* com carne e farinha. Os alimentos que eram pra durar toda a viagem, que se estenderia por uns cinco dias, se acabaram no arremate do segundo dia de viagem. A fome era medonha!

Manoel e o filho haviam de aguentar uns dois dias e meio à base de farinha, que era a única coisa que sobrara. José mal se aguentava no banco e se remexia constantemente, como se lutasse com o desconforto. Por vezes levava um cutucão do pai, gesto que só chateava mais o inquieto e famélico jovem! Por fim dormiram; já era a noite do terceiro dia e a viagem já superara seu meado. Estavam a percorrer o sul mineiro, pela escura e estonteante estrada.

Foi na madrugada do quarto dia que se sucedeu o que marcaria aquela viagem!

Neco acabara de acordar; há alguns minutos o filho se mexera tanto na poltrona que o espaçoso homem despertara. Com a preocupação no caminho, não voltou a dormir. Pôs-se a rezar e pensar como poderia vir a ser a sua vida e a vida dos seus. Encostava a cabeça no banco e pensava no que ainda não existia... desencostava a cabeça e punha-se a imaginar seu amanhã, fiando incertezas tão numerosas quanto os vazios do caminho que desfilava pela janela. Por umas duas vezes Neco, sem saber, recitara internamente o poeta recifense da *vida severina*... aquilo o acalmava. Na sua prospecção, a sombra de um mau pensamento se desenhava. O homem olhou o escuro caminho que mal se desenhava à frente. A sombra enigmática em sua mente aumentara. Com o braço direito chamou o filho – *Zé... acorda!* O rapazote se revirou, fugindo do chamado paterno – *Zé, Zé... acorda!*

MEU DEEEUUUS!!! Um grito de homem, vindo da frente do ônibus. Era o motorista. O ônibus de repente sacolejou para a direita. Um alvoroço! As pessoas começaram a gritar, as malas dançaram no ar e caíram no chão. E num piscar de cílios, o encanecido ônibus foi desandando para a esquerda. Um estrondo! Era o pneu esquerdo! O ônibus solavancou repentinamente e num liso e angustiante movimento foi tombando para o lado esquerdo, aproximando-se a cada segundo do chão. O ônibus declinava em sua capotagem e levava consigo

toda a gente. E num desses momentos em que nosso corpo é tomado por uma energia inexplicável que nos faz ser ou fazer aquilo que nem sequer supomos possível, Manoel se agarrou fortemente ao banco com seu poderoso braço esquerdo e com o outro lado de seu corpo prendeu o do filho José, que estava a acordar, tamanho era o susto. José também se agarrou ao banco.

Gritos, muitos gritos! Um coral esquizofrênico e aterrorizante de gritos! O ônibus beijou violentamente o chão! O estarrecedor rugido do metal estatelando no chão, a poeira da estrada tomando toda estrutura do precário transporte, que agora encostada ao chão tinha todos os vidros quebrados e toda parte esquerda de sua extensão meio que retorcida. O volumoso carro deslizou uns 15 metros na estrada; um novo solavanco, o ônibus girou em si duas vezes, arrebatando com a gente em seu interior. Apesar dos gritos nada se ouvia ou se via! O ônibus deslizava no barranco, que ia se esfacelando com o peso do carro, serenando a fatalidade da cena. O ônibus enfim parou onde a estrada, em seu lado direito, vinha a dar. Em 10 segundos a viagem se transformou na mais *tirana* das léguas.

A névoa de poeira deitou-se sobre todo o espaço, como se fosse um enfeite trágico do acontecido. Agora, um silêncio torturante rasgava o cenário, dominando-o do cume das colinas mineiras, que circundavam a estrada e os corpos retirantes estatelados pelo caminho. No capotar do ônibus Manoel bateu com as costelas no braço do banco, o que o presenteou com duas fraturas; Zé beijou com parte da face o banco da frente, que o empurrou para trás; na capotagem quase não saiu do lugar, pois era tão desproporcional ao espaço que ficou preso entre os bancos. Sua descomunalidade o salvou! O corredor do ônibus era lavado pelo rubro fluído dos corpos esfacelados pelo acidente.

Manoel levantou-se e mesmo atordoado pela dor, assombrou-se com a cena. O pânico e o medo dançavam à sua frente. Já acostumado com a dureza da vida, seu espanto durou apenas um pestanejar. Revistou todo o ônibus sem sair do lugar e com a força implícita que guia as grandes pessoas foi carregar os corpos da gente para fora do ônibus. O saldo era de quatro mortes e dezenas de corpos escangalhados, como se fossem desarranjos humanos. Manoel conduziu para fora do ônibus uns 20 corpos. Carregava-os como uma criança carrega um brinquedo, pois sob sua imagem de magreza cadavérica se escondia uma força física vinda *não sei de onde*, assim como a fé que o acompanhava desde menino. Depois de um punhado de instantes se deu a lembrar do filho, que ele havia ajudado a descer do desalinhado transporte... *onde Zé está?* Ergueu seu corpo procurando ver o filho. Avistou-o sentado, à beira da estrada, segurando um objeto no meio das imensas pernas. Foi para lá, para próximo do filho e quanto mais se aproximava o objeto ia ficando mais nítido. O rapaz estava sentado, debruçado sobre uma lata de metal da qual pescava com as mãos pedaços de carne seca.

- José! Uma desgraça dessa e você comendo, meu filho?

O jovem José ergueu seu rosto para o pai, mas não o respondeu.

- De quem é isso? De quem é essa comida?

- Sei não pai.

A estrada estava ainda escura, embora faltasse pouco a principiar o amanhecer.

O jovem José, já tão habituado com a dureza de sua terra, mas ainda tão ingênuo em sua condição de criança crescida, queria somente acabar com aquilo que o vinha afligindo há dias...

E Manoel, homem traçado com as cores inconfundíveis do sertão, deixou seu filho ali; foi se sentar mais além. Deixou as vistas se perderem naquela vastidão assustadora e mal iluminada. E por alguns instantes se sentiu pequeno, como há muitíssimo tempo não se sentia; sentiu frio, sentiu fome. Foi abraçado por uma inexplicável vertigem... e por fim, sentiu medo de tudo. Ali sentado à beira daquela estrada buscou conforto em sua fé e perdoou, em silêncio, seu destino.

Foram longos instantes e por nenhum momento deixou Zé sair de seu olhar. Ele olhou para o filho, distante alguns poucos metros e que agora cambaleava de sono e chorou intensamente em seu peito, pois em sua sabedoria de homem simples, Neco sabia que ao fim daquela incerta estrada, seu menino teria de ser um homem.

TRAVESSIA agora também ON LINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 70 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(2 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.missaonspaz.org

Ano XXIV N° 46 – jan./abr. – 2016

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585



Migrações,
meios de comunicação
e processos comunicacionais



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

SUMÁRIO

EDITORIAL

Migrações internacionais e processos comunicacionais - *Roberto Marinucci*

DOSSIÊ: MIGRAÇÕES, MEIOS DE COMUNICAÇÃO E PROCESSOS COMUNICACIONAIS

Problemáticas concernientes a la relación comunicación-migración - *Pedro Russi*

“I’m an Immigrant”: cosmopolitismo, alteridade e fluxos comunicacionais em uma campanha anti-xenofobia no Reino Unido - *Denise Cogo, Viviane Riegel*

Media representations of immigrants in Italy: framing real and symbolic borders - *Marco Bruno*

A prevalência de imaginários estereotipados do Brasil no exterior e o papel das mídias na sua manutenção - *Maria Badet*

El uso de las tecnologías de la información y comunicación (TIC) por los migrantes sudamericanos en la Argentina y la conformación de redes sociales transnacionales - *Cecilia Melella*

Migração e usos sociais do facebook: uma aproximação à webdiáspora senegalesa no Rio Grande do Sul - *Liliane Dutra Brignol, Nathália Drey Costa*

Dos usos comunitários da webradiofonia no contexto migratório transnacional - *Mohammed Elhajji, João Paulo Malerba*

Educação intercultural. Teorias, políticas e práticas de pluralismo cultural no sistema de ensino italiano - *Marco Catarci*

Migração, prevenção em saúde mental e rede digital - *Sylvia Dantas*

ARTIGOS

Migración en tiempos de crisis: exploraciones del concepto de resiliencia social transnacional en Apaseo el Alto, Guanajuato, México - *Ana Vila Freyer, Eduardo Fernández Guzmán, Perla del Carpio Ovando*

Delito, seguridad, orden público e “inmigración limítrofe” en Argentina (1976-1995) - *Manuel Andrés Pereira*

RELATOS E REFLEXÕES

Il giornalista come mediatore culturale - *Giampiero Valenza*

Jesus de Nazaré e os estrangeiros - *Luciano Manicardi*

Ciò che ci spezza il cuore e ci transforma in missionarie: nelle vie della speranza insieme ai migranti - *Terezinha Santin, Ivanir Ana Filipi, Gjeline Preçi*

RESENHAS, TESES E DISSERTAÇÕES

Crianças Soldado na Colômbia: a construção de um silêncio na Política Internacional - *Patrícia Nabuco Martuscelli*

Espaço aberto à divulgação de livros doados à Biblioteca do CEM

Serão divulgados apenas os livros que se enquadram nos critérios de catalogação da Biblioteca do CEM, especializada em migrações.



Italianidade no interior paulista: Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)

Autor: Oswaldo Truzzi

Italianidade no interior paulista – Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950) chega ao público como importante referência no campo dos estudos migratórios. Resultado de longa pesquisa, investiga não apenas a chegada de imigrantes italianos às lavouras cafeeiras, mas também o processo de constituição do sentimento de “italianidade” que se completou em terras brasileiras.

Tráfico internacional de pessoas

Autor: Cíntia Yara Silva Barbosa

Em 1973, Rubem Fonseca publicou o seu impressionante conto ‘Passeio Noturno, Parte 1’, cujo narrador, um serial killer burguês, queixava-se de haver, na cidade do Rio de Janeiro, ‘mais gente do que moscas’. Quase 40 anos depois, essa visão do ser humano reificado ao extremo mostra-se atualíssima e, pior, disseminada pelo mundo todo. O tráfico Internacional de Pessoas, delito no qual a pessoa é transformada em coisa, em commodity internacionalmente negociada como grão vulgar, sujeita a figurar como anônima percentagem (elevada, aliás) de ‘perda no transporte, foi o tema desafiante, a um só tempo brutal e delicado, escolhido pela corajosa Autora’. (...) “...a indignação com a hediondez de seu objeto de estudo e com as limitações dos instrumentos disponíveis para combatê-lo não lhe obnubila o senso nem a leva a trilhar a tão fácil quanto enganosa senda do panfletarismo. À denúncia irrefletida e destemperada, prefere o sedição terreno da apresentação de dados oficiais e de pareceres de abalizados pensadores do campo do Direito, sem esquecer a crítica minuciosa da legislação brasileira e estrangeira, bem como dos tratados internacionais que buscam, na globalizada sociedade dos dias correntes, regular o trânsito de pessoas através das fronteiras e combater os crimes a isso relacionados”. (Ney Fayet Júnior).





Jornadas transatlânticas: uma pesquisa exploratória sobre tráfico de seres humanos do Brasil para Itália e Portugal

ICMPD – International Centre for Migration Policy Development

A pesquisa exploratória “Jornadas Transatlânticas” sobre tráfico de seres humanos do Brasil para Itália e Portugal foi realizada no âmbito do projeto “*Promotion Transnational Partnerships: Preventing and Responding to Trafficking in Human Beings from Brazil to EU Member States*” (Promovendo Parcerias Transnacionais: Prevenção e Resposta ao Tráfico de Seres Humanos do Brasil para os Estados Membros da União Europeia), que visa contribuir para o enfrentamento ao tráfico de seres humanos através da redução da sua incidência para Estados-Membros da União Europeia (UE), particularmente Portugal e Itália, a médio e longo prazo. A identificação de grupos vulneráveis e em situação de risco, bem

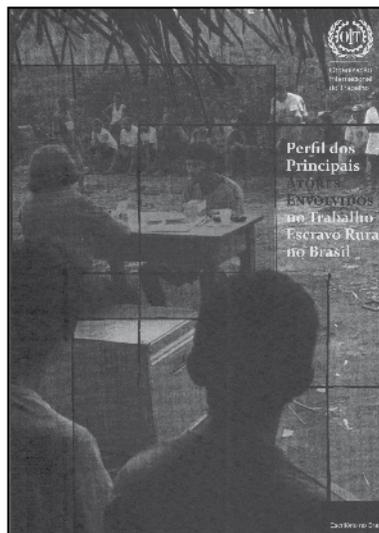
como das rotas relevantes de tráfico transnacional do Brasil para Estados-Membros da UE, representa uma contribuição valiosa para o sucesso da implementação do projeto. Esta publicação apresenta e analisa os resultados da pesquisa, realizada por três equipes diferentes, a trabalhar de forma independente no Brasil, na Itália e em Portugal. Durante a sua realização, foi dada particular atenção aos fatores de expulsão e atração e aos critérios de discriminação, tais como gênero, idade, orientação sexual e classe social. A pesquisa apresenta também recomendações gerais relativas à cooperação transnacional em matéria de tráfico de seres humanos entre o Brasil e países de destino da UE que, futuramente, poderão ser utilizadas para embasar a formulação de políticas e estruturas operacionais de ação.

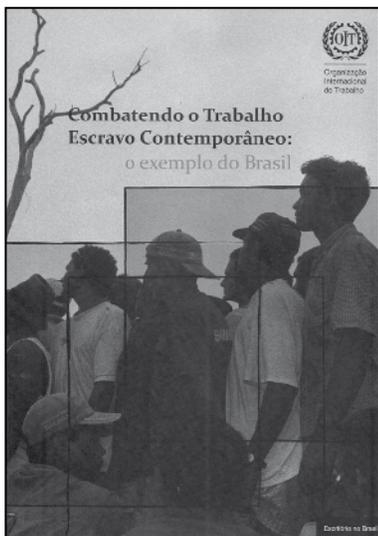
Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil

Organização Internacional do Trabalho – OIT

A OIT tem prestado cooperação técnica ao Governo Brasileiro desde 2.002 graças ao apoio do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos da América e do Governo da Noruega. O Programa de Ação Especial da OIT para Combater o Trabalho Forçado tem incentivado pesquisas e atividades no que se refere a prevenção, reabilitação das vítimas e condenação dos criminosos, incluindo campanhas nacionais de comunicação e atividades de treinamento e conscientização.

Para maiores informações, acesse: www.ilo.org/forcedlabour

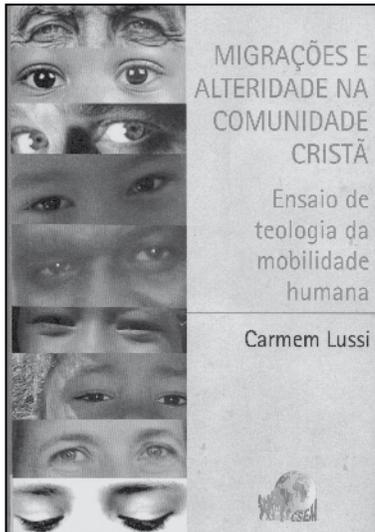


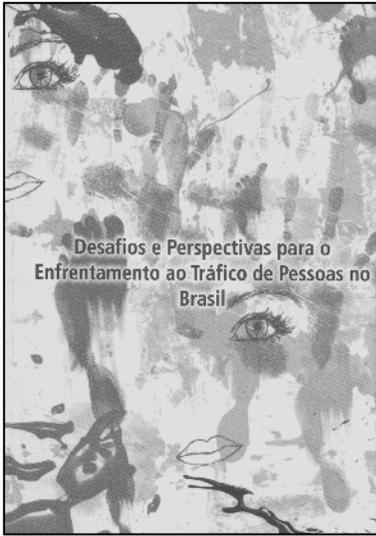


Escritório da OIT no Brasil - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
Combate ao tráfico de pessoas – Trabalho em Liberdade
USAID - BRASIL

Migrações e alteridade na comunidade cristã – Ensaio de teologia da mobilidade humana. Autora: Carmem Lussi

Migrações e alteridade na comunidade cristã é um texto construído a partir da experiência eclesial de lideranças e de comunidades cristãs em situação de mobilidade humana internacional, na escuta dos migrantes e em confronto com o saber teológico. O volume sistematiza ampla pesquisa de campo, na busca por respostas dos próprios migrantes a perguntas como: O que acontece com a fé dos migrantes enquanto migram? E depois que chegarem em terra estrangeira, como a migração transforma a vivência da fé e da experiência eclesial? E em que modo a experiência migratória incide na experiência espiritual e eclesial, de uma pessoa ou de uma comunidade? As reflexões estimulam a teologia e a pastoral a pensar e a interpretar a migração no conjunto da vida eclesial, sem separá-la das demais alteridades e do dinamismo da vida cristã e da existência de outros protagonistas que integram a experiência comunitária dos cristãos.



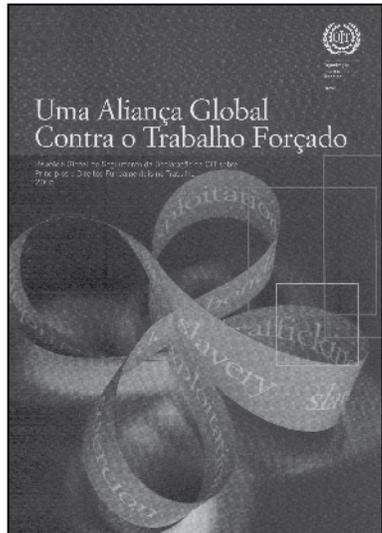


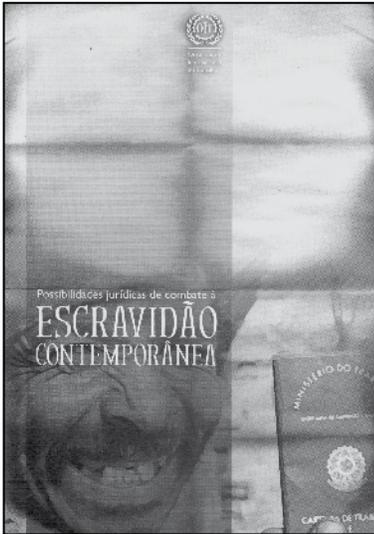
Desafios e perspectivas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil
MINISTÉRIO da JUSTIÇA / BRASIL – 2011

Uma aliança global contra o trabalho forçado – Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2005

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT

Este relatório, de natureza inovadora, é o quadro mais completo sobre trabalho forçado contemporâneo. Ele oferece a primeira estimativa global e regional, realizada por uma organização internacional, do trabalho forçado no mundo atual, inclusive o número de pessoas afetadas, quantas delas vítimas de tráfico, e os lucros auferidos pelos criminosos na exploração de trabalhadores traficados. Com base nesses dados, o Relatório lança nova luz sobre a gravidade do problema do trabalho forçado. Um quadro dinâmico emerge de três importantes categorias de trabalho forçado: trabalho forçado imposto pelo Estado para fins econômicos, políticos e outros; trabalho forçado ligado a pobreza e discriminação e trabalho forçado que resulta da migração e do tráfico de trabalhadores através do mundo, muitas vezes associado à globalização. O Relatório deixa bem claro que a abolição do trabalho forçado representa um desafio para virtualmente todos os países do mundo - sejam eles industrializados, em transição e em desenvolvimento. Avalia experiências no nível nacional no enfrentamento desse desafio, com ênfase especial na importância de leis e políticas sólidas e de sua rigorosa aplicação, como também em estratégias eficazes de prevenção. O Relatório repassa também as ações contra trabalho forçado promovidas nos últimos quatro anos pela OIT e por seus parceiros tripartites – governo, empregadores e trabalhadores. Propõe uma nova aliança global para relegar o trabalho forçado à História.





Possibilidades jurídicas de combate à escravidão contemporânea

Escritório da OIT no Brasil - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

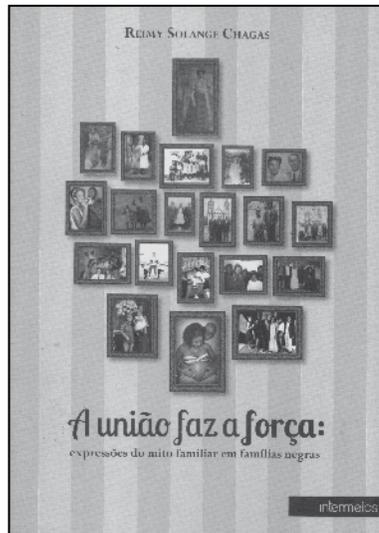
Combate ao tráfico de pessoas – Trabalho em Liberdade

USAID - BRASIL

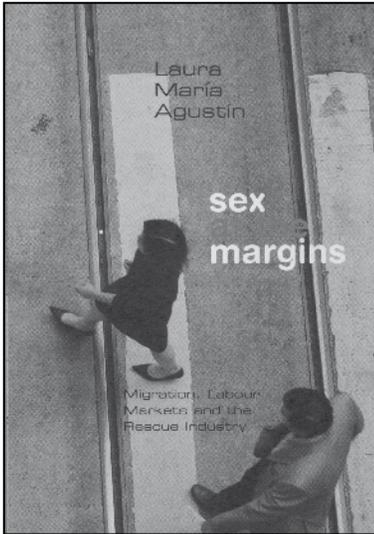
A união faz a força: expressão do mito familiar em famílias negras

Autora – Reimy Solange Chagas

Este livro tem por objetivo apresentar, refletir e problematizar sobre os aspectos psicológicos de famílias negras na contemporaneidade por meio do conceito de mitos familiares, e apreendê-los partindo do pressuposto de que as fantasias, crenças e valores que eles abarcam são atravessados por questões históricas, socioculturais, políticas e religiosas capazes de influenciar a dinâmica familiar e atribuir significados às histórias presentes e pregressas das relações familiares que configuram sua estrutura inconsciente. Considerando a dimensão inconsciente e subjetiva de famílias negras, propõe verificar variações no mito familiar em seu aspecto menos favorável, sob a forma de segredos familiares, que por sua vez estão imbricados em segredos sociopolíticos do contexto social, cujos silenciamentos decorrentes



enredam a intersubjetividade dessas famílias, pois são transmitidos psíquica e geracionalmente. As vicissitudes do mito familiar se referem às variações que adquire esta transmissão psíquica: se ela é inter ou transgeracional. A partir destes conceitos, é possível explicitar o caráter da variação das heranças psíquicas veiculadas na cadeia geracional destas famílias: se são estruturantes como etnicidade, ou então alienantes, como o trauma, o luto e o não dito. Portanto, este livro visa fundamentalmente refletir sobre a subjetividade das famílias negras e problematizá-las por intermédio da escuta clínica da abordagem psicanalítica, buscando lançar luz sobre suas especificidades, organização de seus mitos familiares e possíveis efeitos psicológicos das marcas de sua história social familiar traumática.



Sex at the margins – Migration, Labour, Markets and Rescue Industry

Autora: Laura María Agustín

This groundbreaking book explodes several myths: that selling sex is completely different from any other kind of work, that migrants who sell sex are passive victims, and that the multitude of people out to save them are without self-interest. Laura Agustín makes a passionate case against these stereotypes, arguing that the label ‘trafficked’ does not accurately describe migrants’ lives and that the ‘rescue industry’ disempowers them. Based on extensive research amongst both migrants who sell sex and social helpers, *Sex at the Margins* provides a radical analysis. Frequently, says Agustín, migrants make rational choices to travel and work in the sex industry. Although they are treated as a marginalised group, they form part of the dynamic global economy. Both powerful and controversial,

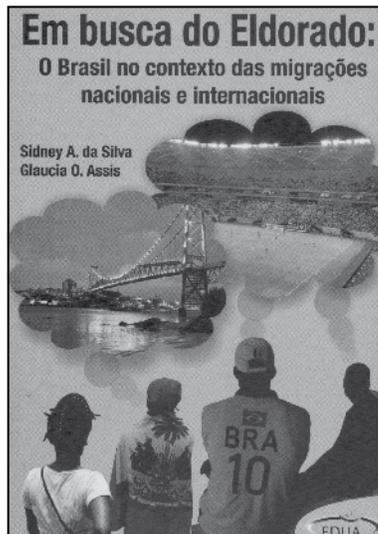
this book is essential reading for all those who want to understand the increasingly importante relationship between sex markets, migration and the desire for social justice.

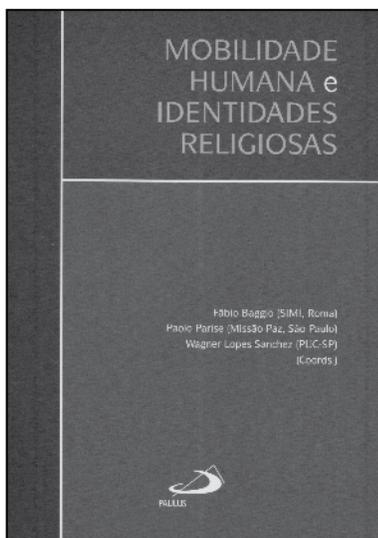
Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais

Sidney A. da Silva; Gláucia O. Assis (Orgs.) – [2016]

O livro é um presente para os estudiosos da questão migratória. Trata-se de uma obra de leitura obrigatória pelos cenários e enfoques que apresenta. Trazendo estudos de contextos diversos, aponta para a complexidade dos processos migratórios contemporâneos e o quanto o Brasil necessita ampliar suas frentes de estudo, seja por meio de novas metodologias, como se apresenta nas pesquisas sobre a circulação de jogadores (as) de futebol, seja por meio de novas abordagens analíticas, para tratar das políticas de recepção de novos imigrantes no país. A migração haitiana para o Brasil, retratada a partir de diferentes perspectivas, sinaliza para o grande desafio de pesquisa que é esta mobilidade contemporânea. E nos aponta também, bem como o conjunto dos textos, o quanto abordagens ampliadas e multidisciplinares são proficuas para os estudos migratórios.

Maria Catarina Chitolina Zanini - UFSM





Mobilidade humana e identidades religiosas

Fabio Baggio; Paolo Parise; Wagner L. Sanchez (coords.). São Paulo: Paulinas, 2016.

O sonho de ter uma vida digna que possibilite viver bem tem movido a humanidade desde suas origens em busca de outros lugares, de condições sociais mais favoráveis e acolhedoras. Mas essa busca sempre vem carregada e despedidas, de ausências, de perdas, de renúncias, de abandonos, de tragédias e de sofrimentos para crianças, adultos e idosos. As cenas que temos visto nos últimos anos na imprensa são apenas sinais de uma realidade bruta e dolorida para milhares de pessoas. O fenômeno da migração compulsória tem sido uma constante na história da humanidade; nos últimos anos, no entanto, em termos mundiais, ele tem se despontado com muita força em virtude do “êxodo sírio” desde que começou a guerra civil na Síria. A escalada migratória na Europa tem colocado na pauta do dia da imprensa,

dos governos e dos organismos humanitários não só o tema da migração, mas também a gravidade de suas causas e as necessidades de se encontrar soluções para esse problema que vai além de medidas paliativas. Por isso, os movimentos migratórios atuais nos obrigam a pensar a própria forma de organização das sociedades atuais que não estão fundadas na justiça e na igualdade. Por isso, os fenômenos migratórios não podem ser vistos como ocasionais e localizados, mas como parte de um sistema social que expulsa as pessoas de suas terras e as exclui do banquete da vida. Acolher essas pessoas que deixam sua cultura, suas famílias, seus amigos e suas condições materiais para trás é, hoje, uma das exigências éticas mais importantes no momento atual. Construir sociedades que não obriguem as pessoas a migrar e que ofereçam as estruturas sociais mínimas para que todos possam viver em paz e com dignidade é uma exigência política prioritária hoje.

Normas para apresentação de textos

Travessia – Revista do Migrante deixou de ser monotemática e os artigos podem ser enviados a qualquer momento.

Tamanho: 10 a 20 laudas, fonte *times new roman*, tamanho 12, com breve resumo e três palavras-chave (em inglês e português ou espanhol). A *Travessia* publica textos em espanhol.

No título, não colocar nota, e para a identificação do autor, utilizar asterisco; quando houver mais de um autor, a revista respeitará a ordem constante no texto recebido.

Não transformar em nota o que é fonte bibliográfica, inserir no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação).

Nas referências bibliográficas, relacionar apenas as fontes citadas no artigo, em ordem alfabética e se houver repetição de um mesmo autor, obedecer a ordem cronológica.

Seguir as normas da ABNT, destacando os títulos em itálico; no caso de artigos em revistas, fazer constar: local, volume, número, páginas, mês, ano (nesta ordem). Na citação de fonte eletrônica, colocar o endereço entre <...> e a data de acesso.

Os textos devem ser inéditos e seu envio implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista *Travessia*; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações.

Podem ser organizados dossiês e enviados à *Travessia*.

Além de artigos, a revista recebe resenhas, relatos, crônicas, contos...

Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição.

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de vinte anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: Os **migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação **militante**.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Sumário

Apresentação - Possibilidades de travessias
José Carlos Pereira

DOSSIÊ: MIGRAÇÃO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO

Vivendo em liberdade? Homossexualidade, diferenças e desigualdades entre brasileiros na Espanha
Isadora Lins França

Migrações internas e internacionais motivadas por orientação sexual e identidade de gênero
Vítor Lopes Andrade

Refugiados LGBTI no Brasil
Fernanda Martinelli Sobreira

ARTIGOS

Daoísmo e migração: imigração taiwanesa como início do daoísmo no Brasil
Matheus Oliva da Costa

As manifestações da cultura popular nordestina em Sorocaba - SP
Amanda Alves Gomes; Neusa de Fátima Mariano

Perfil dos haitianos acolhidos na Missão Paz de janeiro a julho de 2015
Patrícia Nabuco Martuscelli; Dirce Trevisi Prado Novaes

RESENHA

Humanitarian crises and migration: causes, consequences and responses
Sidnei Marco Dornelas, cs

CONTO

Ao fim desta estrada
Lucas Florêncio Costa

travessia@missaonspaz.org
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576